



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 36ª REUNIÃO

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**11/07/2012
QUARTA-FEIRA
às 08 horas**

Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 54ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 11/07/2012.**

36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quarta-feira, às 08 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 47/2012 - Não Terminativo -	SEN. SÉRGIO SOUZA	8
2	MSF 50/2012 - Não Terminativo -	SEN. FRANCISCO DORNELLES	102

2ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

FINALIDADE	PÁGINA
Explicar o posicionamento do governo brasileiro frente à situação política do Paraguai, em especial acerca do processo que culminou com o impeachment do então presidente Lugo, e suas consequências para as relações entre o Brasil e aquele país. Justifica-se essa proposição no fato de que o Paraguai é membro pleno do Mercosul, com vínculos econômicos e sociais estreitos com o Brasil.	151

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)(8)(30)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Anibal Diniz(PT)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367
Vanessa Grazziotin(PC DO B)(13)(15)	AM 6726	3 Lindbergh Farias(PT)(12)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Sérgio Souza(PMDB)(14)(17)(18)	PR (61) 3303-6271/ 6261	4 Eduardo Lopes(PRB)(26)(27)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(25)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Antonio Carlos Valadares(PSB)	SE (61) 3303-2201 a 2206	6 João Capiberibe(PSB)(24)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)			
Jarbas Vasconcelos(PMDB)	PE (61) 3303-3245	1 Lobão Filho(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2314
Luiz Henrique(PMDB)	SC (61) 3303-6446/6447	2 Romero Jucá(PMDB)	RR (61) 3303-2111 a 2117
Valdir Raupp(PMDB)	RO (61) 3303-2252/2253	3 Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083/6084
Vital do Rêgo(PMDB)	PB (61) 3303-6747	4 Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303-6623/6624
Pedro Simon(PMDB)	RS (61) 3303-3232	5 Ricardo Ferraço(PMDB)	ES (61) 3303-6590
Francisco Dornelles(PP)	RJ (61)-3303-4229	6 VAGO(21)(22)(23)(31)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303-6063/6064	1 Aécio Neves(PSDB)	MG (61) 3303-6049/6050
Paulo Bauer(PSDB)(11)	SC (61) 3303-6529	2 Cyro Miranda(PSDB)	GO (61) 3303-1962
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 Clovis Fecury(DEM)(19)	MA 3303.6349
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)			
Fernando Collor(PTB)	AL (61) 3303-5783/5786	1 Mozerildo Cavalcanti(PTB)	RR (61) 3303-4078 / 3315
Gim Argello(PTB)	DF (61) 3303-1161/3303-1547	2 Inácio Arruda(PC DO B)(9)	CE (61) 3303-5791/5793
Blairo Maggi(PR)	MT (61) 3303-6167	3 João Ribeiro(PR)(28)(29)	TO (61) 3303-2163/2164
PSOL			
Randolfe Rodrigues	AP (61) 3303-6568	1 VAGO	

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozerildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- (11) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (12) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (13) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (14) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (15) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (16) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (17) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (18) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
- (19) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

- (20) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
- (21) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (22) Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (23) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (24) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (25) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (26) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (27) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (28) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (29) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (30) Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
- (31) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (32) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS, ÀS 10H
SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAÚJO SOUZA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 11 de julho de 2012
(quarta-feira)
às 08h**

PAUTA

36ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

1ª PARTE	Deliberativa
2ª PARTE	Audiência Pública
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 07

1ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 47, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhora LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pronto para deliberação

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

[Parecer aprovado na comissão](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 50, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Pronto para deliberação

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

[Parecer aprovado na comissão](#)

2ª PARTE

Audiência Pública

Assunto/Finalidade:

Explicar o posicionamento do governo brasileiro frente à situação política do Paraguai, em especial acerca do processo que culminou com o impeachment do então presidente Lugo, e suas consequências para as relações entre o Brasil e aquele país. Justifica-se essa proposição no fato de que o Paraguai é membro pleno do Mercosul, com vínculos econômicos e sociais estreitos com o Brasil.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RRE 27/2012](#), Senador Francisco Dornelles e outros

Convidados:

- **Embaixador Antonio de Aguiar Patriota**

Ministro de Estado - Ministério das Relações Exteriores - [MRE](#)

1ª PARTE - DELIBERATIVA

1



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR SÉRGIO SOUZA

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 47, de 2012 (Mensagem nº 00298, de 28/03/2012, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.*

RELATOR: Senador **SÉRGIO SOUZA**

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Mensagem nº 47/2012, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Lígia Maria Scherer, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo da referida diplomata, do qual extraio as informações que passo a relatar.

Filha de Adalberto Scherer Sobrinho e Lucy Szabó Scherer, a Sra. Lígia Maria Scherer nasceu em Curitiba, Paraná, em 28 de outubro de 1951.

Formou-se em Letras, Português e Inglês pela Universidade Federal do Paraná em 1974 e em 1978 ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Foi nomeada Terceira Secretária em 1979, e subsequentemente, Segunda Secretária, em 1981,

Primeira Secretária, em 1988, Conselheira, em 1996, Ministra de Segunda Classe, em 2002 e Ministra de Primeira Classe, em 2008.

Dentre as funções que exerceu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: Subchefe da Divisão do Meio Ambiente, de 1991 a 1994 e Chefe da Divisão da Ásia e Oceania II, de 2001 a 2003.

No Exterior, foi Segunda Secretária na Embaixada em Roma, de 1985 a 1988; Segunda e Primeira Secretária na Embaixada em Tóquio, de 1988 a 1991; Primeira Secretária e Conselheira na Embaixada em Washington, de 1994 a 1997; Conselheira na Embaixada em Tel Aviv, de 1997 a 2001; Encarregada de Negócios em missão transitória na Embaixada em Díli, em 2003; Ministra-Conselheira na Missão junto à Comunidade Econômica Europeia – CEE, em Bruxelas, de 2005 a 2007, tendo, em 2007, passado a chefiar o Escritório de Representação do Brasil em Ramallah.

É detentora da medalha da Ordem do Rio Branco, no grau de Oficial (1992) e da Medalha do Pacificador (2000), ambas outorgadas pelo Governo brasileiro.

Em 2001 defendeu a tese “A Questão de Jerusalém: Realidades e Perspectivas”, aprovada no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Segundo documento informativo sobre os países para os quais foi indicada a diplomata em questão, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, cabe deixar registrado aqui que Moçambique conta com uma população de 20,1 milhões de habitantes. Tem um produto interno bruto de US\$ 12,1 bilhões, o que lhe proporciona uma renda per capita de US\$ 982. O crescimento do PIB foi de 7,2% em 2011. Seu Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,322, que lhe confere o 184º lugar no mundo, contra o 168º lugar em 1998, o que permite verificar importante queda de seu IDH em período um pouco superior a dez anos.

Estima-se que 3.500 cidadãos brasileiros residam atualmente em Moçambique.

O intercâmbio comercial com o Brasil cresceu de US\$ 42 milhões em 2010 para US\$ 85 milhões em 2011, com amplo superávit brasileiro da ordem de US\$ 77 milhões, que representou crescimento de 101% em relação ao ano anterior. Segundo registra o documento informativo do



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR SÉRGIO SOUZA

Itamaraty, “O início das exportações de carvão da Vale, este ano, deverá contribuir para mudar esse quadro, produzindo superávits comerciais para o lado moçambicano e gerando oportunidades para exportadores brasileiros.”

A pauta exportadora brasileira é composta majoritariamente por produtos manufaturados, que representaram 56% do total, entre eles, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e locomotivas diesel-elétricas.

De acordo com dados do Banco Central do Brasil, o estoque de investimentos diretos brasileiros em Moçambique registrou aumento de 18 vezes em apenas dois anos, passando de US\$ 3 milhões em 2008 para US\$ 54 milhões em 2010.

A Vale está presente em Moçambique desde 2004, tendo vencido concorrência internacional para a realização de pesquisas em uma das maiores reservas carboníferas do mundo, localizada em Moatize. As atividades da mina foram inauguradas pela Vale em 2011 e a primeira exportação de carvão ocorreu em setembro último. A Vale tenciona exportar entre 5 e 6 milhões de toneladas por ano. A Vale adquiriu em 2010 a concessão do Corredor de Nacala, onde será desenvolvida ferrovia ligando Moatize ao Porto de Nacala.

Outras empresas brasileiras presentes em Moçambique são a Odebrecht, a Camargo Corrêa, Galvão Engenharia, Eletrobrás e Petrobras.

Moçambique participa de vários projetos de cooperação com o Brasil, em áreas como saúde, alimentos, educação e ciência e tecnologia, entre outras.

O Reino da Suazilândia, um dos países para os quais a Embaixadora Ligia Maria Scherer foi cumulativamente indicada para exercer a nossa representação oficial, tem população de 1,2 milhão de habitantes. Seu PIB é de US\$ 3,6 bilhões, não havendo registro de brasileiros residentes no país.

O Reino da Suazilândia, localizado na parte meridional do continente africano, é um país que enfrenta grandes dificuldades, com elevados índices de pobreza, com problemas como instabilidade política e grave incidência de HIV. Embora o Brasil mantenha relações diplomáticas formais com aquele país desde 1978, o comércio bilateral é extremamente parcimonioso, com um intercâmbio total em 2011 da ordem de apenas US\$ 20,994 milhões. O Brasil exporta para a Suazilândia turbinas a vapor, motores e máquinas ceifeiras, material elétrico e tubos de aço. Em 2011 os principais

produtos importados pelo Brasil foram circuitos integrados e microprocessadores, gerando déficit na relação comercial com o Brasil de aproximadamente US\$ 13,78 milhões.

Há interesse por parte do Governo suazi em projetos de cooperação com o Brasil nas áreas de saúde, para o combate à AIDS, de educação e agricultura. Outro âmbito de cooperação bilateral possível é o de biocombustíveis, principalmente para a produção de etanol, tanto de milho quanto de cana de açúcar. A EMBRAPA realizará missão de prospecção para analisar possibilidades de cooperação no tema.

A República da Madagascar, o outro país onde a diplomata acima mencionada foi indicada para exercer, de forma cumulativa, a nossa representação oficial, tem população de 21,3 milhões de habitantes e seu PIB é de US\$ 8,7 bilhões. Não há registro de brasileiros que lá vivam. O intercâmbio comercial com o Brasil, que reflete grande discrepância entre importações e exportações, perfaz um total de US\$ 22,9 milhões, dos quais US\$ 21,9 milhões constituem exportações brasileiras. Na pauta de exportações do Brasil predomina o açúcar (81%) e produtos manufaturados, como veículos automotores. O Brasil importa de Madagascar minérios, instrumentos de precisão e máquinas e aparelhos elétricos. Não há investimentos brasileiros em Madagascar.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 47, DE 2012

(nº 298/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

Os méritos da Senhora Ligia Maria Scherer que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de março de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma caligrafia fluida e elegante, identificada como a do Presidente do Senado Federal.

EM No 00087 MRE

Brasília, 12 de Março de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **Ligia Maria Scherer**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **Ligia Maria Scherer** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº /DP/AFEPA/G-MRE/APES

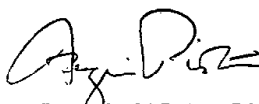
Brasília, de de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **LIGIA MARIA SCHERER**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **LIGIA MARIA SCHERER** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE LIGIA MARIA SCHERER**

CPF.: 15602451900

ID.: 779117 SSP/PR

1951 Filha de Adalberto Scherer Sobrinho e Lucy Szabó Scherer, nasce em 28 de outubro, em Curitiba/PR

Dados Acadêmicos:

1974 Letras, Português e Inglês pela Universidade Federal do Paraná
1978 CPCD - IRBr
2001 CAE - IRBr, A Questão de Jerusalém: Realidades e Perspectivas

Cargos:

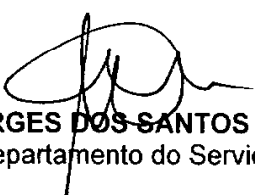
1979 Terceira-Secretária
1981 Segunda-Secretária
1988 Primeira-Secretária, por merecimento
1996 Conselheira, por merecimento
2002 Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2008 Ministra de Primeira Classe

Funções:

1979 Divisão das Nações Unidas, assistente
1985 Embaixada em Roma, Segunda Secretária
1988 Embaixada em Tóquio, Segunda e Primeira Secretária
1991 Divisão do Meio Ambiente, Subchefe
1994 Embaixada em Washington, Primeira Secretária e Conselheira
1997 Embaixada em Tel Aviv, Conselheira
2001 Divisão da Ásia e Oceania II, Chefe
2003 Embaixada em Dili, Encarregada de Negócios em missão transitória
2004 Missão junto à CEE, Bruxelas, Ministra-Conselheira
2005 Representação Permanente junto à FAO, Roma, Ministra-Conselheira
2007 Escritório de Representação em Ramallah, Chefe do escritório

Condecorações:

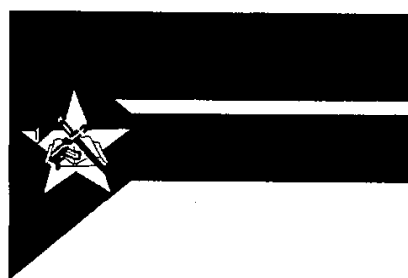
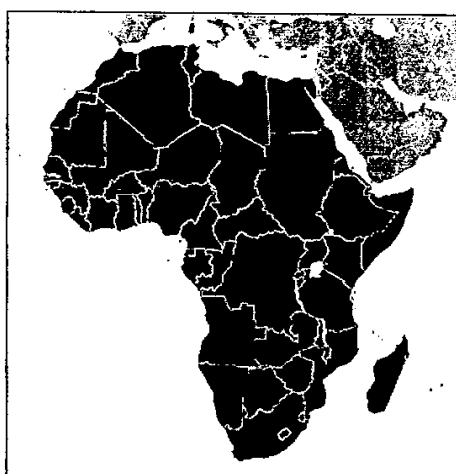
1992 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2000 Medalha do Pacificador, Brasil



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA II**

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



**OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Março de 2012**

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
RELAÇÕES BILATERAIS	7
POLÍTICA INTERNA	19
POLÍTICA EXTERNA	20
ECONOMIA	23
ANEXOS	25

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Moçambique
CAPITAL	Maputo
ÁREA	801.590 km²
POPULAÇÃO	20,1 milhões
IDIOMAS	Português (oficial, falado por 50,3% da população); macua (26,3%); tsonga (11,4%); cerca de outras 30 línguas africanas
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (28,4%), protestantismo (27,7%), islamismo (17,9%), outras (7,2%), sem religião (18,7%) (Censo 2007)
SISTEMA POLÍTICO	Semipresidencialismo
CHEFE DE ESTADO	Presidente Armando Emílio Guebuza
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Aires Ali
CHANCELER	Oldemiro Marques Balóí
PIB (estimativa 2011)	US\$ 12,1 bilhões
PIB PPP (estimativa 2011)	US\$ 23,87 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB	7,3% (2007); 6,8% (2008); 6,4% (2009); 7,2% (2010); 7,2% (2011 est.)
PIB per capita	US\$ 473
PIB per capita PPP	US\$ 982
UNIDADE MONETÁRIA	Metical moçambicano
IDH (2011) - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	0,322 (184ª posição entre 187 países analisados)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	47,8%
EXPECTATIVA DE VIDA	50,2 anos (PNUD, 2011)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	3.500 cidadãos
EMBAIXADORA DESIGNADA DO BRASIL PARA MOÇAMBIQUE	Ligia Maria Scherer (indicação em processo de apreciação pelo Senado Federal)
EMBAIXADOR DE MOÇAMBIQUE PARA O BRASIL	Murade Isaac Miguigy Murargy

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL → MOÇAMBIQUE	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	28.560	14.945	23.324	28.265	35.228	27.300	32.389	110.240	42.380	85.277
Exportações	27.976	10.792	23.310	28.245	35.212	27.300	32.387	108.118	40.377	81.183
Importações	583	4.152	14	20	16	0	2	2.122	2.002	4.094
Saldo	27.392	6.640	23.296	28.225	35.196	27.300	32.385	105.995	38.375	77.089

PEREIS BIOGRÁFICOS**Armando Emílio Guebuza**
Presidente da República

Nasceu em Murrupula, no norte do país, em 1943. Ingressou no Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos (NESAM), em 1949. Em 1963, foi eleito presidente do NESAM, sucedendo Joaquim Chissano, que viria a ser Presidente de Moçambique entre 1986 e 2005.

Após ser preso pela polícia política portuguesa por cinco meses, Guebuza juntou-se à FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), em Dar-es-Salaam (Tanzânia), em 1965.

Em 1974, foi designado Ministro da Administração Interna, conforme os Acordos de Lusaca, que previam a formação de Governo de transição. Em 1975, após a independência, tornou-se Ministro do Interior. Em 1978, foi nomeado Vice-Ministro da Defesa e Governador de Cabo Delgado. Em 1981, foi Governador de Sofala. Em 1986, assumiu o Ministério de Transportes e Comunicações.

Em 1990, foi nomeado, pelo então Presidente Joaquim Chissano, chefe da delegação da FRELIMO que negociou com a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) o Acordo de Paz, em Roma.

Após as primeiras eleições multipartidárias do país, em 1994, tornou-se líder da bancada da FRELIMO no Parlamento. Foi eleito Secretário-Geral da FRELIMO durante o VIII Congresso do Partido, em 2004.

Armando Emílio Guebuza foi eleito Presidente da República de Moçambique em dezembro de 2004 e reeleito no pleito de outubro de 2009.

Aires Bonifácio Ali*Primeiro-Ministro*

Nasceu na província de Niassa, no norte do país, em 1956. Graduou-se em Psicopedagogia, em 1980, pelo então Instituto Superior Pedagógico de Maputo, atualmente Universidade Pedagógica.

Em 1986, ingressou no Ministério da Educação, como técnico de recursos humanos. Em 1990, foi nomeado Chefe de Gabinete do Ministério e Diretor Nacional de Educação.

Foi Governador Provincial de Niassa (1995-2000) e de Inhambane (2000-2004) e Ministro da Educação e Cultura durante o primeiro Governo do Presidente Guebuza, entre 2005 e 2009.

Em 2006, foi eleito membro da Comissão Política da FRELIMO durante o IX Congresso do Partido.

Em 15 de janeiro de 2010, foi indicado pelo Presidente Guebuza para exercer o cargo de Primeiro-Ministro.

Oldemiro Marques Balói*Ministro dos Negócios Estrangeiros*

Graduado em Economia pela Universidade Eduardo Mondlane (1984) e Mestre em Economia Financeira pela Universidade de Londres (1994).

Entre 1986 e 1989, foi diretor nos Ministérios da Indústria e do Comércio. De 1990 a 1994, foi Vice-Ministro para Cooperação, período em que a ajuda internacional foi crescente, após o fim da guerra civil. Em 1994, foi nomeado Ministro da Indústria e do Turismo, cargo que exerceu até 1999, quando ingressou na iniciativa privada.

Entre 2003 e março de 2008, ocupou cargo de Administrador Executivo do Banco Internacional de Moçambique (BIM). Simultaneamente, foi Presidente da SADC Banking Association e Vice-Presidente da Associação Moçambicana de Bancos.

Voltou ao Governo em 11 de março de 2008, quando assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Moçambique são próximas desde a independência do país africano.

O Brasil reconheceu a independência de Moçambique em 25 de junho de 1975, dia de sua proclamação. No fim daquele ano, foram estabelecidas relações diplomáticas entre os dois países. Em 5 de janeiro de 1976, foi criada a Embaixada do Brasil em Maputo e, em janeiro de 1998, foi aberta a Embaixada de Moçambique em Brasília.

Em 1981, foi assinado Acordo Geral de Cooperação entre os dois países, que desde então tem sido utilizado como base para mais de trinta ajustes complementares, referentes à cooperação entre Brasil e Moçambique em áreas como agricultura, setor farmacêutico, produção de medicamentos antirretrovirais, esportes, artes audiovisuais e cinematográficas, esportes e capacitação de técnicos em ciências florestais (ver tabela de Acordos Bilaterais em Vigor, ao final deste documento).

Em 1982, foi estabelecida a Comissão Mista, com base no Acordo Geral de Cooperação do ano anterior. As duas primeiras Reuniões da Comissão Mista Brasil-Moçambique tiveram lugar em Maputo, em 1982 e 1989.

Em 1989, teve também lugar a inauguração, em Maputo, do Centro de Estudos Brasileiros.

No período de 1993 a 1994, o Brasil contribuiu para as forças de paz da ONU que monitoraram o processo de paz em Moçambique. A operação das Nações Unidas foi comandada, durante seu primeiro ano, pelo General brasileiro Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva.

As relações econômicas bilaterais têm grande ímpeto, atualmente, com a presença de empresas brasileiras no país e com a aprovação, em dezembro de 2009, de mecanismo de financiamento (via BNDES) ao intercâmbio econômico bilateral, no valor de US\$ 300 milhões, para realização de obras de infraestrutura por empresas brasileiras.

Visitas e eventos bilaterais de alto nível

O então Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou Maputo em 2000, por ocasião da III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Na ocasião, anunciou a disposição brasileira em conceder o perdão parcial da dívida de Moçambique com o Brasil, no valor de cerca de US\$ 280 milhões. O Presidente Chissano visitou o Brasil em 2001 e 2002, nesta última para participar da IV Cúpula da CPLP.

Em novembro de 2003, o então Presidente Lula visitou Maputo – ocasião em que foram assinados diversos instrumentos de cooperação, com destaque para o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Saúde, com vistas à construção de laboratório para fabricação de medicamentos

antirretrovirais genéricos. A visita foi retribuída pelo Presidente Joaquim Chissano em setembro de 2004, quando foi firmado o acordo para o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique para com o Brasil.

Em fevereiro de 2005, o Vice-Presidente José Alencar representou o Brasil na cerimônia de posse do Presidente Guebuza. Dois anos depois, o Presidente Guebuza veio ao Brasil como convidado de honra por ocasião da Data Nacional brasileira. Em outubro de 2008, o então Presidente Lula retornou a Maputo, quando inaugurou a sede provisória do Escritório da Fiocruz-África. Em julho de 2009 o Presidente Armando Guebuza realizou nova visita ao Brasil, acompanhado dos Ministros de Negócios Estrangeiros, da Indústria e Comércio, da Energia e dos Transportes e Comunicações. No ano seguinte, em novembro, o então Presidente Lula viajou a Maputo para a inauguração da fase inicial de operações da Fábrica de Antirretrovirais e lançamento oficial dos três primeiros pólos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique. A Presidenta Dilma Rousseff esteve em Maputo em outubro de 2011, ocasião em que participou das cerimônias de celebração dos 25 anos de falecimento de Samora Machel – líder da Guerra de Independência de Moçambique e o primeiro Presidente do país.

Também tem sido frequente a troca de visitas bilaterais em nível de chanceleres. A última delas foi a vinda ao Brasil do Chanceler Oldemiro Balói, em junho de 2011. Outros encontros de nível ministerial também têm ocorrido com frequência, com destaque para a aproximação entre os respectivos Ministérios de Indústria e Comércio. O então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, realizou visita a Maputo em novembro de 2009, acompanhado por mais de 100 empresários brasileiros, além de representantes da ABDI, da APEX, do BNDES e da SECEX. Encontro promovido naquela ocasião contou com a participação de cerca de 200 empresários dos dois países. Realizou-se, igualmente, reunião do Grupo de Trabalho para o incremento do fluxo econômico-comercial. O então Ministro da Indústria e Comércio moçambicano, António Fernando, retribuiu a visita em junho de 2010. O Ministro Fernando Pimentel, por sua vez, liderou missão empresarial a Moçambique em novembro de 2011, dando continuidade às conversações mantidas pela Presidenta Dilma Rousseff durante a visita presidencial.

Comércio bilateral e investimentos

A presença econômica brasileira em Moçambique é hoje marcante e tende a continuar crescendo, conforme ficou patente no recente encontro da Presidenta Dilma Rousseff com representantes das principais empresas brasileiras instaladas em Moçambique, a saber, Vale, Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Galvão, Queiroz Galvão, Fidens. A pauta comercial é desequilibrada em favor do Brasil. Em 2011 o superávit foi de US\$ 77,1 milhões, representando crescimento de 101% em relação ao ano anterior. O início das exportações de carvão da Vale, este ano, deverá contribuir para mudar esse quadro, produzindo superávits comerciais para o lado moçambicano e gerando oportunidades para exportadores brasileiros.

Em 2011, o intercâmbio comercial entre o Brasil e Moçambique apresentou desempenho expressivo, registrando o valor de US\$ 85,3 milhões, representando crescimento de 101,2% em relação ao ano anterior. Ainda que os embarques brasileiros direcionados para Moçambique, em 2011, tenham registrado expressivo crescimento de 101%, passando de US\$ 40,4 milhões para US\$ 81,2 milhões, registrando o segundo melhor desempenho absoluto da história, as importações brasileiras originárias de Moçambique, em 2011, também registraram crescimento de 104,4%.

A pauta exportadora brasileira é composta majoritariamente por produtos manufaturados, que representaram 56,5% do total; e, básicos (35,2%). Os principais produtos exportados foram: cereais (15% do total); carnes (13,8%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (10,4%); óleo de soja (8,2%); e, locomotivas diesel-elétricas (7,8%). Destaque para cereais que teve crescimento de 400% em 2011, em relação ao ano anterior. A limitada pauta de bens importados, por sua vez, registra predominância de semimanufaturados (51%). Os principais produtos adquiridos no ano foram: Alumínio (51,2% do total); Fumo (35,2%); e, zirconita (13,1%).

Investimento brasileiro direto em Moçambique

De acordo com dados do Banco Central do Brasil (BCB), o estoque de investimentos diretos brasileiros em Moçambique registrou um aumento de 18 vezes em apenas dois anos, passando de US\$ 3 milhões em 2008 para US\$ 54 milhões em 2010. Segundo dados do Centro de Promoção de Investimentos de Moçambique (CPI), órgão subordinado ao Ministério da Indústria e Comércio daquele País, entre 1990 e 2009, os fluxos de investimentos brasileiros em Moçambique teriam somado cerca de US\$ 176 milhões. A estimativa parece subestimada, tendo em vista, entre outros investimentos, o projeto da Vale na mina de carvão de Moatize, Província de Tete, que já teria gerado, de acordo com a Embaixada do Brasil em Maputo, inversões da ordem de US\$ 2,5 bilhões.

Investimentos diretos de Moçambique no Brasil

De acordo com dados do Banco Central do Brasil (BCB), o ingresso de investimentos diretos moçambicanos no País foi de aproximadamente US\$ 150 mil entre 2001 e 2011. Esses investimentos foram registrados entre os anos de 2005 e 2008, e tiveram sua totalidade direcionada para os setores de serviços e silvicultura. Os setores de destino foram preparação e preservação de pescado (destino de US\$ 50 mil em 2005), silvicultura (US\$ 10 mil em 2006), atividades relacionadas ao setor hoteleiro (US\$ 10 mil em 2007) e atividades imobiliárias (US\$ 80 mil em 2008).

Incremento dos fluxos econômico-comerciais

Seguindo orientações dos Presidentes Lula e Guebuza, o Ministério da Indústria e Comércio de Moçambique e o MDIC brasileiro criaram, em 2008, um Grupo de Trabalho Brasil-Moçambique para monitoramento do comércio. O GT é composto por técnicos dos respectivos Ministérios de Comércio, representantes das Chancelarias e de outros órgãos e agências governamentais dos dois países.

O objetivo do GT é fortalecer as relações econômico-comerciais por meio de reuniões e missões técnicas que tratarão, entre outros, dos temas de facilitação do comércio; promoção comercial; promoção de investimentos; integração de cadeias produtivas; construção de infraestrutura; mecanismos de financiamento e garantias de crédito; promoção do agronegócio; desenvolvimento das micro e pequenas empresas; treinamento e capacitação.

Na primeira reunião do GT, em julho de 2009, foi estabelecido o limite de US\$ 300 milhões a serem utilizados no financiamento de projetos em Moçambique. Os dois primeiros projetos a serem contemplados seriam a construção de novo terminal de carvão no Porto da Beira (Camargo Corrêa/Odebrecht) e a conversão da Base Aérea de Nacala em Aeroporto Internacional (Odebrecht).

O financiamento ao projeto do aeroporto de Nacala (US\$ 80 milhões) foi aprovado em caráter definitivo pela CAMEX em setembro de 2010 e o respectivo contrato de financiamento foi assinado em abril de 2011.

Do trabalho do GT resultou, ainda, cooperação entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Ministério da Indústria e Comércio de Moçambique, visando à integração produtiva entre os dois países. Após duas missões de técnicos a Moçambique, a ABDI identificou, de comum acordo com os interlocutores locais, dois setores industriais: produção de embalagens de latas e processamento de frutas. Projetos detalhados para a implantação dessas fábricas em Moçambique foram elaborados pela ABDI e Fundação Certi, com apoio de técnicos moçambicanos. Ambos foram apresentados ao Governo de Moçambique em junho de 2011 e serão objeto de rodadas de negócio a serem promovidas pela ABDI/APEX.

Exploração de carvão em Moatize (Vale)

A Vale está presente em Moçambique desde novembro de 2004, quando venceu concorrência internacional para a realização de pesquisas em uma das maiores reservas carboníferas do mundo, localizada em Moatize, na província de Tete, 1.700Km ao norte de Maputo.

As atividades da mina foram inauguradas pela Vale em 8 de maio de 2011 e a primeira exportação de carvão ocorreu em setembro de 2011 (35 mil toneladas). Na fase inicial, a Vale tenciona exportar entre 5 e 6 milhões de toneladas por ano, até atingir, em 3 a 4 anos, 11 milhões de toneladas. Em uma segunda fase, num horizonte de dez anos, a expectativa da Vale é de exportar de 22 a 25 milhões de toneladas por ano.

O projeto gerou investimentos de US\$ 2,5 bilhões e prevê US\$ 4 bilhões adicionais, nos próximos seis anos. O Contrato de Concessão assinado pela Vale tem prazo de 35 anos, renováveis, e prevê isenção significativa de impostos nos primeiros cinco anos de produção.

A Vale adquiriu em 2010 a concessão do Corredor de Nacala, que consiste no desenvolvimento de ferrovia ligando Moatize (mineração de carvão) ao Porto de Nacala. A ferrovia terá componente binacional, pois terá parte de seu traçado em território do Maláui.

Outros investimentos brasileiros

Odebrecht: a empresa é responsável pelo projeto de conversão da Base Aérea de Nacala em Aeroporto Internacional, projeto orçado em US\$ 120 milhões, que se beneficia de financiamento do COFIG (US\$ 80 milhões). O aeroporto irá viabilizar operações da Singapore Airlines, que pretende fazer de Nacala “hub” sub-regional para transporte de cargas e passageiros. O projeto é de grande importância para o desenvolvimento da região norte de Moçambique e poderá ter utilidade para outros países da região, sobretudo após a construção do Corredor de Nacala. A empresa é também parceira da Vale na construção da Mina de Moatize.

Camargo Corrêa: detém concessão para construção da usina hidrelétrica de Mphanda Nkuwa (1.500 MW). Tem interesse, também, no mercado cimenteiro: possui participação acionária na Cimentos de Portugal – que domina o mercado moçambicano, pelo controle exercido sobre a Cimentos de Moçambique –, e na Cimentos de Nacala. A empresa é também parceira da Vale na construção da Mina de Moatize e no projeto de desenvolvimento do Corredor de Nacala.

Galvão Engenharia e Eletrobras: a Galvão Engenharia e a Eletrobras vêm mantendo contatos com a Eletricidade de Moçambique, de maneira a assegurar participação na CESUL, projeto de implantação de linhas de transmissão de alta voltagem que vai constituir o cerne do sistema de distribuição de energia elétrica do país, integrando-o de norte a sul. A linha de transmissão de alta voltagem é elemento decisivo para a viabilização da construção da hidrelétrica de Mphanda Nkuwa, de cuja concessão a Camargo Corrêa é titular, e das quatro termoelétricas que Vale planeja construir na região.

Petrobras: em dezembro de 2011, foi assinado Portocolo de Intenções entre a Petrobras, a Petrobras Biocombustíveis (PBIO), a Guarani (Grupo sucroalcooleiro controlado pela Tereos Internacional), a PETROMOC e os Ministérios da Energia e dos Recursos Minerais de Moçambique. O instrumento deverá viabilizar a produção de etanol a partir do melaço de cana-de-açúcar em Moçambique com vistas a atender à decisão do Governo local de dar início, a partir de 2012, à mistura compulsória de bioetanol e biodiesel aos combustíveis. Por meio do Protocolo de Intenções, a PBIO comprometeu-se a compartilhar com a PETROMOC sua experiência na tecnologia da

mistura de etanol à gasolina, bem como na comercialização, logística e distribuição no mercado doméstico e internacional dos derivados de petróleo e de biocombustíveis. A PBIO desejaria poder realizar os investimentos previstos em 12 meses.

Oportunidades para empresas brasileiras

Moçambique dispõe de economia relativamente diversificada: serviços e indústria (processamento de minérios) correspondem, juntos, a quase 50% do PIB. A agricultura responde por apenas 22% do PIB, mas cerca de 70% da população moçambicana está envolvida com o setor, sobretudo na região norte do país.

Os setores mais dinâmicos da agricultura moçambicana estão relacionados às culturas de exportação – como castanha de caju, tabaco, cana-de-açúcar e algodão – e se beneficiam de investimentos estrangeiros. A pesca também constitui atividade de relevo.

Cabe ressaltar o projeto ProSAVANA de cooperação trilateral, com participação do Brasil e do Japão, para desenvolvimento da agricultura na savana moçambicana, partindo da experiência no cerrado brasileiro. A atração de investidores é considerada decisiva para o sucesso desse projeto.

O crescimento dos setores de mineração e de energia também é significativo, embora a exploração seja recente. O país dispõe de um dos mais elevados potenciais de produção de hidroeletricidade da África (12.500 MW) para um consumo interno que atinge apenas 450 MW, dos quais 50% destinam-se à produção de alumínio.

Moçambique é o primeiro país a beneficiar-se da cooperação trilateral em energia com Brasil e União Européia. A iniciativa engloba duas linhas de ação principais: elaboração de estudos de viabilidade para produção sustentável de bionergia e a realização de projetos baseados nas conclusões dos estudos. Moçambique tem desenvolvido diversos projetos na área de petróleo e gás, incluindo construção de pólo-petroquímico na região de Nacala, que poderá, segundo o governo moçambicano, atrair investimentos da ordem de US\$ 5 bilhões.

Ajuda humanitária e segurança alimentar

No início de 2011, foi lançada a iniciativa trilateral Brasil-EUA-Moçambique nas áreas de segurança alimentar e alimentação escolar. O trabalho consiste na implementação de dois projetos paralelos, para os quais o Brasil aportará US\$ 600 mil e os EUA, US\$ 2 milhões.

Em junho de 2011, foi aprovada a Lei 12.429, que autorizou a doação de até 711 mil toneladas de estoques públicos de alimentos a países em situação de insegurança alimentar e nutricional. O transporte e a distribuição das doações serão efetuadas pelo PMA, com a colaboração de parceiros internacionais. Contemplado pela referida lei, Moçambique receberá 297 toneladas de feijão e 4.049 toneladas de arroz.

Cooperação

Moçambique é o maior beneficiário da cooperação brasileira fora do Mercosul. A cooperação cobre áreas diversificadas (saúde, agricultura, educação, formação profissional, entre outras) e inclui algumas das iniciativas de cooperação de maior vulto já lançadas pelo Brasil.

Os recursos financeiros alocados para os projetos de cooperação técnica Brasil-Moçambique, em execução e negociação, somam mais de US\$ 18 milhões. Este valor é referente apenas à cooperação técnica. Se incluídos os dois maiores projetos desenvolvidos com Moçambique (a instalação da Fábrica de Antirretrovirais e a implantação dos nove pólos moçambicanos da Universidade Aberta, os quais devem absorver US\$ 40 milhões), o país supera o Haiti como maior recipiendário da cooperação brasileira, fora do Mercosul.

As principais vertentes de cooperação bilateral com Moçambique concentram-se: 1) na área de saúde, com a instalação da Fábrica de Antirretrovirais e outros medicamentos, inauguração de escritório da Fiocruz e implementação de projetos de fortalecimento institucional da saúde pública moçambicana; 2) na capacitação e formação profissional, com a criação do Centro de Formação Profissional e a capacitação na área de Governo; 3) na agricultura, com o projeto trilateral, em parceria com o Japão, para o desenvolvimento da agricultura nas Savanas tropicais de Moçambique, o Pró-Savana; e 4) na Educação, com a implantação de nove pólos da Universidade Aberta do Brasil no país, em parceria com o Instituto de Ensino a Distância de Moçambique.

A seguir, síntese do desenvolvimento dos principais projetos de cooperação em curso.

Cooperação técnica

A Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (MRE), sob a égide do Acordo Geral de Cooperação Técnica, firmado em 1981, desenvolve atualmente cerca de 50 projetos em diferentes fases de execução, nas modalidades bilateral e trilateral com Organismos laterais e terceiros países, perfazendo um total de recursos para execução em 3 anos em torno de US\$ 28 milhões de dólares (contribui diretamente com cerca de US\$ 18,2 milhões de dólares para as ações de cooperação técnica bilateral e prevê a alocação de cerca de US\$ 10 milhões de dólares para os projetos trilaterais).

No ano de 2011, no plano da cooperação bilateral, encontravam-se em implantação 21 subprojetos. Além desses, mais 15 projetos estão em negociação ou sendo implementados por atividades pontuais. Aqueles em fase de execução encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento, alguns em início de implantação e outros em fase de avaliação e finalização.

Programa “Mais Alimentos”

Em dezembro de 2011, durante visita ao Brasil de técnicos do Ministério da Agricultura de Moçambique, foi assinado o projeto para Capacitação e Transferência Metodológica para o Programa “Mais Alimentos”. O projeto tem como objetivo transferir a tecnologia e a metodologia do Programa Mais Alimentos brasileiro com vistas a contribuir para a segurança alimentar e nutricional da população moçambicana, por meio do apoio a projetos de desenvolvimento agrário local e de agricultura familiar em Moçambique. Visa também a contribuir para a inserção no mercado de produtores agrários de maneira competitiva e sustentável e garantindo a equidade social e de gênero. O projeto apoiará, com linha de crédito específico, a compra de máquinas e implementos agrícolas para a agricultura familiar. Serão capacitados cerca de 20 gestores moçambicanos na metodologia do projeto, a partir de fevereiro de 2012.

Cooperação em saúde

Fábrica de Antirretrovirais e outros Medicamentos

O Protocolo de Intenções na Área de Saúde, assinado em 2003, abriu a possibilidade de construção de unidade de fabricação de medicamentos antirretrovirais genéricos, dentre outros. Em 2007, foi entregue oficialmente um Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica da Fábrica, elaborado por técnicos da Fiocruz.

Além de haver custeado o Estudo de Viabilidade (US\$ 455 mil), o Brasil desembolsará R\$ 13,6 milhões para implantação da fábrica, autorizados pela Lei nº 12.117, de dezembro de 2009. Segundo o Plano de Negócios elaborado pela Fiocruz, esse investimento possibilitará o início da fase 1 da operação da fábrica, durante a qual a unidade atuará como fracionadora e embaladora de medicamentos brasileiros (antirretrovirais e outros, como anti-hipertensivos e analgésicos). Posterior e gradualmente, será feito o repasse de tecnologias e equipamentos complementares que possibilitarão a produção autônoma dos medicamentos, acompanhada do treinamento do pessoal local a ser empregado no empreendimento.

Ao Governo moçambicano compete, como contrapartida, custear as obras de adaptação do edifício da Sociedade Moçambicana de Medicamentos (SMM) para receber a fábrica doada pelo Brasil. Tendo o custo dessa obra superado a previsão de gastos de até US\$ 3 milhões feita pelo Governo moçambicano, a Vale procurou a Embaixada do Brasil e as autoridades competentes moçambicanas para oferecer cooperação financeira para a concretização do projeto. As obras de adequação do edifício, iniciadas em abril de 2011, evoluem dentro do cronograma estabelecido e espera-se que sejam concluídas até março de 2012. As máquinas encomendadas pela Farmanguinhos já começaram a chegar a Maputo.

Escritório da FIOCRUZ-África

Em outubro de 2008 foi inaugurado o Escritório da FIOCRUZ-África, sediado em Maputo, que atua como braço executivo da cooperação brasileira em matéria de saúde para toda a África.

Cooperação em capacitação e formação profissional

O Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique tem como objetivos desenvolver programas de capacitação técnica e pedagógica para os técnicos moçambicanos do Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFP) e implantar um centro multidisciplinar de formação profissional em Maputo, em linha com as demandas industriais locais. O custo do projeto é de US\$ 3,8 milhões.

No momento, a ABC ultima providências junto ao PNUD e ao SENAI com vistas a lançar edital de contratação para a obra civil de reforma das instalações disponibilizadas para o Centro. Os equipamentos do Centro já foram adquiridos pelo SENAI e aguarda-se o término das obras para envio ao país. No período de julho a novembro de 2011 o SENAI/BA realizou a capacitação dos técnicos moçambicanos que atuarão como instrutores no Centro de Formação Profissional.

Cooperação em agricultura

Pró-Savana

Brasil e Japão celebraram, em 2009, Memorando de Entendimento prevendo oferta de cooperação conjunta a países africanos com vistas à disseminação de *expertise* brasileira no campo da agricultura tropical para regiões de Savana. Nesse sentido, instituições brasileiras como a EMBRAPA, EMATER e SENAR, entre outras, apoiadas por recursos e conhecimentos complementares do lado japonês, deverão propiciar uma nova dimensão de desenvolvimento agrícola para África, com ganhos projetados nas esferas social, ambiental e econômica.

A primeira fase da cooperação visará ao reforço da capacidade de pesquisa das instituições de pesquisa agrária de Moçambique. Serão constituídos dois laboratórios especializados nas cidades de Nampula e Lichinga. Técnicos brasileiros e japoneses deverão supervisionar a instalação e o início das atividades dos referidos centros e pesquisadores moçambicanos receberão capacitação em diversas unidades da EMBRAPA no Brasil. O projeto referente a esta primeira fase foi assinado em novembro de 2010. A cerimônia de lançamento do projeto ocorreu em abril de 2011.

Além desse primeiro projeto, a cooperação ao abrigo do Pró-Savana prevê, ainda, a elaboração e execução de outros dois: seguimento da cooperação nas áreas de assistência técnica e de extensão agrícola; e zoneamento agroecológico e de planejamento do desenvolvimento regional com base na agropecuária. As atividades dos três projetos do Pró-Savana devem se estender por dez anos.

Suporte à inovação em agropecuária

Trata-se de iniciativa trilateral de cooperação com Moçambique, em parceria com os EUA, visando a reforçar a capacidade institucional do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique. A cooperação se dá por meio da capacitação de pesquisadores e de outros funcionários do instituto.

Cooperação científica e tecnológica

Moçambique é o principal beneficiário do Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia (ProÁfrica), desenvolvido pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) para financiar projetos bilaterais entre o Brasil e alguns países africanos na área. Desde 2005, Moçambique tem sido um dos países mais participativos. Dos 201 projetos aprovados até hoje, 69 contaram com a participação de pesquisadores moçambicanos.

Cooperação educacional

Entre 2000 e 2012, Moçambique teve 178 estudantes selecionados pelo Programa de Estudantes-Convênio em Graduação (PEC-G) e 137 pelo Programa de Estudantes-Convênio em Pós-Graduação (PEC-PG). Em 2010 e 2012, Moçambique foi o terceiro país, dentre todos os participantes, com maior número de candidaturas ao PEC-PG, sendo o primeiro da África. O PEC-G possibilita que estudantes moçambicanos cumpram graduação no Brasil em universidades federais, gratuitamente. No caso do PEC-PG, além da vaga gratuita em instituição pública, é concedida bolsa para o pesquisador e passagem de ida e volta ao Brasil.

Outra iniciativa na área educacional é o Programa de Incentivo à Formação Científica para Estudantes de Moçambique, parceria MRE/CAPES, pelo qual estudantes universitários moçambicanos realizam cursos de curta duração em Universidades brasileiras no período das férias escolares. Os beneficiados, além das vagas, recebem passagens aéreas, bolsa e apoio para hospedagem. Cerca de 200 estudantes moçambicanos foram beneficiados pelo programa desde 2008.

Universidade Abertura do Brasil (UAB) Moçambique

Por ocasião de sua última visita ao Brasil, em julho de 2009, o Presidente Guebuza encontrou-se com o então Ministro da Educação Fernando Haddad, para tratar das possibilidades de cooperação em educação técnica e tecnológica e em educação à distância.

Do contato surgiu a ideia de estabelecer pólos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique. De comum acordo com o lado moçambicano, foi estabelecida a oferta inicial dos seguintes cursos no país: Matemática, Pedagogia, Biologia e Administração Pública. Quatro instituições brasileiras são parceiras do Projeto: Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal Fluminense,

Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Goiás. São previstos nove pólos, que entrarão em operação até 2013. Em março de 2011, começaram a operar três deles: Maputo, Beira e Lichinga, que atendem atualmente a cerca de 600 alunos. Em 2014, a UAB Moçambique deverá alcançar aproximadamente 7,3 mil estudantes matriculados. O projeto deve consumir US\$ 30 milhões, dos quais cerca de 90% caberão ao Brasil.

Cooperação em energia

Brasil e Moçambique assinaram em 2007 um Memorando de Entendimento (MdE) na Área de Biocombustíveis. A assinatura do Plano de Ação Brasil-Moçambique na área de Biocombustíveis, instrumento fundamental para a implementação do MdE, ocorreu em outubro de 2011.

No âmbito da cooperação trilateral Brasil-UE-Moçambique, ocorreu, em fevereiro de 2011, a cerimônia de lançamento do estudo de viabilidade da produção de bioenergia em Moçambique. O levantamento a ser levado a cabo pelos técnicos da FGV visa a identificar áreas propícias para o cultivo, de maneira sustentável, das principais matérias-primas utilizadas para a produção de bioenergia. O estudo, cuja entrega deverá ocorrer em 2012 em cerimônia a ser realizada em Maputo, será a base para montar projeto agro-industrial de produção de biocombustíveis, a ser divulgado junto a empresas no Brasil e em Moçambique.

Em dezembro de 2011, foi assinado protocolo de intenções entre a Petrobrás, a Petrobrás Biocombustíveis (PBIO), a Guarani (grupo sucroalcooleiro controlado pela Téréos Internacional), a PETROMOC e os Ministérios da Energia e dos Recursos Minerais de Moçambique. O instrumento deverá viabilizar a produção de etanol a partir do melaço de cana-de-açúcar em Moçambique com vistas a atender à decisão do Governo local de dar início, a partir de 2012, à mistura compulsória de bioetanol e biodiesel aos combustíveis.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não existem créditos de Moçambique sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

Em 2000, o Brasil anunciou o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique, cujo valor total chegava a 447,7 milhões de dólares.

Comunidade brasileira

Atualmente, estão registrados na Embaixada cerca de 2.900 brasileiros. Estima-se que a população brasileira total esteja ao redor de 3.500. Desse número, aproximadamente 45% são missionários (em trabalho para variadas congregações

católicas e, principalmente, evangélicas); o contingente remanescente é majoritariamente composto pelos funcionários de grandes empresas brasileiras presentes no país - Vale, Odebrecht e Camargo Correa - e seus familiares, além de funcionários de entidades que prestam cooperação técnica em Moçambique.

A Embaixada não tem conhecimento de associações e entidades brasileiras em atividade em Moçambique. Em novembro de 2010, por ocasião da visita do Presidente Lula a Maputo, foi instalado o Conselho de Cidadãos de Moçambique. O órgão teria a função, entre outras, de catalisar iniciativas que possam ter impacto direto sobre os brasileiros residentes em Moçambique, inclusive nas áreas de educação, saúde e cultura.

POLÍTICA INTERNA

Colônia portuguesa por mais de 400 anos, Moçambique tornou-se independente em 1975. O líder revolucionário de inspiração socialista, Samora Machel, da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), governou o país desde a independência até 1986, quando faleceu em acidente aéreo. Durante quase todo o mandato de Machel e até 1992, Moçambique esteve envolvido com a guerra civil que opôs a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) ao Governo da FRELIMO. Desde a assinatura do Acordo Geral de Paz (1992) e das primeiras eleições multipartidárias (1994), a democratização de Moçambique vem-se consolidando gradualmente.

O fato de o Acordo Geral de Paz ter sido implementado sem maiores turbulências conferiu grande prestígio internacional a Moçambique. A realização de eleições gerais multipartidárias (1994, 1999, 2004 e 2009) de forma regular, democrática e pacífica; o pleno funcionamento da Assembleia da República; a crescente liberdade de expressão, religiosa e de associação; e o satisfatório desempenho da economia moçambicana consolidaram a posição de Moçambique como país modelo, a ser emulado por Estados em situação pós-conflito.

Armando Guebuza é o terceiro Presidente da República desde a independência. Seu antecessor, Joaquim Chissano (que, por sua vez, sucedeu a Samora Machel), assegurou seu lugar na história ao lograr a assinatura do Acordo Geral de Paz e promover as reformas políticas e econômicas que conduziram o país ao sistema multipartidário e à economia de mercado. Chissano, entretanto, enfrentou desgaste ao cabo de 18 anos no cargo. Guebuza ascendeu ao poder com a agenda de recuperar a credibilidade da FRELIMO e assegurar mudanças rápidas e radicais na prestação de serviços públicos e no combate à corrupção e à ineficiência da máquina estatal.

Em outubro de 2009, foram realizadas eleições presidenciais, legislativas e provinciais. Os principais candidatos foram Armando Guebuza (FRELIMO) Afonso Dhlakama (RENAMO) e Daviz Simango (MDM). A celebração do pleito, apesar de alguns percalços localizados, constituiu nova etapa no processo de consolidação da democracia moçambicana. Três representantes brasileiros participaram da Missão de Observação Eleitoral da CPLP, que, em sua apreciação final, considerou as eleições transparentes e legítimas.

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) proclamou o seguinte resultado: Guebuza obteve 75% dos votos; Dhlakama, 16%; e Simango, 8%. A abstenção foi de 55%. Nas eleições parlamentares, a FRELIMO obteve 75% dos votos (191 cadeiras na Assembleia Nacional); a RENAMO, 18% (51 cadeiras) e o MDM, partido novo no cenário político moçambicano, 4% (8 cadeiras). A RENAMO questionou o resultado das eleições, apelando à Corte Constitucional, que, no entanto, validou o resultado publicado pela CNE.

Em janeiro de 2010, Aires Ali foi indicado Primeiro-Ministro pelo Presidente Guebuza, em substituição a Luisa Diogo, que ocupava o cargo desde 2004.

POLÍTICA EXTERNA

No âmbito regional, Moçambique se projeta pelo apoio que prestou à luta pela independência de Zimbábue, Namíbia e Angola e contra o *apartheid* sul-africano, bem como por sua experiência em reconstrução pós-conflito.

Destaca-se, entre os objetivos da política externa moçambicana, o estabelecimento de parcerias estratégicas, com vistas a angariar recursos para a implementação de um Programa de Governo para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

As mais importantes iniciativas em política externa estão, assim, voltadas para a promoção de investimentos e a manutenção das ajudas diretas que permitam ao Estado moçambicano manter o equilíbrio orçamentário e os investimentos sociais. São também buscadas formas de favorecer a transferência de tecnologias, a capacitação e a formação especializada de quadros.

Moçambique aposta também na integração regional no âmbito da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Em novembro de 1995, Moçambique tornou-se o 53º membro da *British Commonwealth*, sendo o primeiro não pertencente ao antigo Império britânico. É também membro fundador da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e observador da Organização Internacional da Francofonia (OIF).

África

A integração regional no âmbito da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) é um dos pilares da política externa de Moçambique. O país ocupa posição importante na Organização, cujo atual Secretário-Executivo é o moçambicano Tomaz Salomão.

No âmbito continental, Moçambique tem também apoiado a “Nova Parceria para o Desenvolvimento da África” (NEPAD). O moçambicano Firmino Mucavele esteve à frente do Secretariado Executivo do órgão entre 2006 e 2008.

Entre os parceiros africanos de Moçambique, a África do Sul ocupa posição de destaque. Embora as relações diplomáticas oficiais entre os dois países tenham sido estabelecidas apenas após o fim do *apartheid*, atualmente a África do Sul é o principal parceiro comercial e o maior investidor em Moçambique.

A relação entre Moçambique e Angola, segunda maior economia da SADC, apesar do histórico de colonização comum e das similaridades da luta pré e pós-independência, é historicamente distante. Em 2010, uma série de eventos bilaterais pareceu inaugurar uma fase de aproximação entre os países, tendo os governos assinado ambicioso acordo de cooperação. Além disso, durante a realização da VIII Comista bilateral, Angola anunciou o perdão de 50% da dívida de Moçambique, estimada em US\$ 60 milhões, gesto acolhido com entusiasmo pelo Governo e pela opinião pública.

Países desenvolvidos

Os principais parceiros internacionais de Moçambique estão agrupados nos chamados Parceiros de Apoio Programático (PAP), ou G-19, responsáveis pelo apoio direto ao orçamento moçambicano. Integram o grupo: Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Países Baixos, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Reino Unido, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial e Comissão Europeia. Estados Unidos, Japão, FMI e PNUD são observadores. Em 2006, os parceiros eram 18; em 2005, 17.

A vultosa contribuição financeira direta confere ao G-19 acesso privilegiado ao Governo e capacidade evidente de interferência nos rumos das políticas públicas moçambicanas.

Estados Unidos e Japão, embora não façam parte do G-19 (não praticam doações orçamentárias diretas), estão entre os principais provedores de cooperação a Moçambique. Os EUA são o maior colaborador individual de Moçambique. Já o montante da doação japonesa rivaliza com o orçamento de cooperação dos principais membros do G-19.

Países emergentes

Em consequência da política da Índia de estreitar laços com a SADC, as relações bilaterais com Moçambique têm-se aprofundado. Em 2006, o Governo indiano abriu linha de crédito bilateral de US\$ 40 milhões para Moçambique. Em setembro de 2010, durante visita do Presidente Guebuza a Nova Délhi, foi anunciada expansão da linha para US\$ 500 milhões. Em 2009, a Índia tornou-se o quarto maior investidor em Moçambique e o terceiro maior parceiro comercial.

A nova política africana da China também incrementou o perfil das relações de Pequim com Maputo. Marco do aprofundamento das relações bilaterais foi a primeira visita oficial a Moçambique do Presidente Hu Jintao, em fevereiro de 2007. Nessa ocasião, o líder chinês anunciou o perdão da dívida moçambicana, de US\$ 20 milhões. Também foram assinados diversos acordos de cooperação, no valor de US\$ 234 milhões. Em janeiro de 2010, a China acordou com Moçambique empréstimo no valor de US\$ 14,7 milhões e a doação de US\$ 7,3 milhões.

Também naquele ano, empresários chineses estiveram em Maputo e anunciaram intenção de investir até US\$ 13 bilhões em Moçambique entre 2011 e 2015, numa carteira de projetos que inclui desde a construção de um bairro residencial inteiro na capital até a instalação de uma montadora de automóveis. O setor de infraestruturas é o de mais forte atuação chinesa. O país já participou da construção de estradas, aeroportos, estádio e prédios públicos.

Em 2009, a China chegou a ser o segundo maior investidor estrangeiro em Moçambique (US\$ 76,8 milhões), atrás da África do Sul (US\$ 136 milhões). Atualmente, o país ocupa apenas a sexta colocação no ranking de investidores estrangeiros, com US\$ 7,25 milhões.

Em agosto de 2011, o Presidente Guebuza visitou a China com o propósito de atrair mais investimentos daquele país para Moçambique. Além disso, foram assinados diversos acordos de cooperação técnica e financeira.

O comércio bilateral com a China tem aumentado gradualmente, mas em 2010 ainda se encontrava na faixa relativamente modesta, de USD 690 milhões (com déficit moçambicano de USD 290 milhões).

CPLP

A República de Moçambique exerceu, de julho de 2000 a julho de 2002, a Presidência pró-tempore da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na figura do ex-Presidente Joaquim Chissano, e a reassumirá no corrente ano, pela segunda vez, por ocasião da IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, prevista para julho de 2012.

Em recente Comunicado Conjunto, por ocasião da visita da Presidenta Dilma Rousseff a Moçambique, em outubro de 2011, os Governos do Brasil e de Moçambique reiteraram o compromisso com o fortalecimento da CPLP e com a consecução de seus objetivos estatutários, a saber, a concertação político-diplomática, a cooperação em todas as áreas e a promoção e difusão da língua portuguesa.

O Governo de Moçambique deverá indicar o próximo Secretário Executivo da CPLP (a rotatividade da indicação do SE-CPLP é feita por ordem alfabética de país), autoridade que representa o principal órgão executivo da Comunidade. Pela primeira vez, haverá na CPLP um Presidente pró-tempore e um Secretário Executivo da mesma nacionalidade.

ECONOMIA

Moçambique é hoje um país com grau relativamente alto de estabilidade. Por essa razão tem sido destino regular de investimentos na África. Os principais parceiros têm estendido linhas de crédito para apoiar exportações, execução de projetos e firmar presença no mercado do país, que registra índices elevados de crescimento há mais de 10 anos. A média, no período de 2005 a 2009, foi de 7,6%, sendo que as projeções para 2012 sinalizam crescimento de 8% do PIB. O cenário de estabilidade econômica projetado para Moçambique está ancorado, por um lado, pelo “Policy Support Instrument (PSI)”, acordo de três anos firmado em 2010 com o FMI e, por outro lado, pelo “Programa Quinquenal do Governo para 2010-2014”. Ambos os instrumentos têm sido responsáveis pela orientação seguida pelas autoridades locais em matéria de política monetária e fiscal.

A *Economist Intelligence Unit* estima que os maciços investimentos estrangeiros diretos canalizados para o setor de mineração e seu consequente impacto positivo sobre a economia moçambicana em geral tornarão possível sólido incremento da arrecadação fiscal no período 2012-2016, viabilizando a injeção de recursos públicos nas áreas de saúde, educação e infraestrutura básica. Pesquisas recentes apontam, entretanto, para uma manutenção, em linhas gerais, ao longo dos últimos dez anos, de preocupante quadro de pobreza (mais de 50% da população tem estado abaixo da linha de pobreza, apesar as altas taxas de crescimento).

As autoridades monetárias locais (Banco de Moçambique) deverão também adotar uma política monetária mais austera, reduzindo a oferta de liquidez no mercado, não somente para assegurar a estabilidade do “Metical”, mas também para manter as pressões inflacionárias sob controle, considerando o risco que súbitas elevações de preços ao consumidor possam representar para a manutenção da estabilidade social do país. Recorde-se que Moçambique fechou o ano de 2010 com uma taxa acumulada de inflação de 16,6%, a mais alta em 10 anos. Contribuíram para tanto a alta dos preços das importações de alimentos e combustíveis e a depreciação do Metical. A política de austeridade fiscal adotada pelo país está alinhada com as recomendações do FMI para o saneamento das contas públicas locais. As previsões são de que as receitas superarão as despesas no período em consideração, permitindo que o déficit fiscal do país se reduza para 0,6% do PIB em 2016.

O Produto Interno Bruto (PIB) moçambicano, medido a preços correntes, atingiu quase US\$ 10 bilhões em 2010, tendo passado para US\$ 12,5 bilhões em 2011, e com perspectivas de alcançar os patamares de US\$ 16 bilhões em 2012 e US\$ 18,5 bilhões em 2013. No momento, os investimentos no país (e as exportações) estão concentrados nos chamados “megaprojetos”, que gozam de benefícios fiscais expressivos. Entre eles, incluem-se a hidrelétrica de Cahora Bassa, Mozal (fábrica de alumínio), Kenmare (areais pesadas), Sasol (gás natural) e o carvão de Moatize, explorado por número crescente de companhias, a principal das quais a Vale. Os megaprojetos, portanto, em conjunto com projetos implantados em Zonas Econômicas Especiais e Zonas Francas industriais, constituem investimentos âncora que alavancam a economia nacional, facilitando o desenvolvimento de pequenas e

médias empresas que lhes prestam serviços, a transferência de tecnologias e o aumento das exportações.

O setor industrial segue sendo o de maior crescimento anual, com variações anuais que deverão alcançar 10% até 2013 (segundo a EIU), seguido do setor de serviços e de agricultura. São grandes as perspectivas de crescimento da área de serviços em Moçambique, haja vista que o país espera receber volumes cada vez maiores de investimentos destinados à ampliação da rede hoteleira e modernização dos serviços financeiros.

Em síntese, o potencial econômico do país é significativo. A estabilidade política é reconhecida, a despeito de inquietações em momentos de crise. Há segurança jurídica e incentivo ao investimento estrangeiro, como facilidades para repatriação de até 100% dos lucros e benefícios fiscais para empresas que se instalam. Há necessidade e disposição do Governo para desenvolver infraestruturas ao longo do território nacional (ferrovias, portos, estradas, barragens, linhas de transmissão). Trata-se de uma necessidade indiscutível e projetos na área contam com apoio do Banco Mundial/IFC, do Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico da África (e instituições financeiras de países árabes em busca de projetos no continente), de bancos de desenvolvimento europeus, além do endosso do FMI.

Energia

O setor canavieiro tem crescido significativamente, desde a privatização das empresas estatais, compradas por grupos da África do Sul e de Maurício. A produção de biocombustíveis, ainda não iniciada, mas que contabiliza investimentos vultosos, constitui uma das grandes apostas do país, em razão da posição geográfica próxima aos principais mercados da Ásia e, sobretudo, da África do Sul. Em junho de 2011, o Governo moçambicano realizou anúncio oficial da aprovação da mistura de bioetanol e biodiesel aos combustíveis de transportes, criando as bases para a sustentabilidade e a viabilidade comercial dos projetos de produção de biocombustíveis. O regulamento aprovado pode ser considerado, em grande medida, fruto do diálogo entre o Brasil e Moçambique no campo dos biocombustíveis.

O crescimento nos setores de mineração e energia também é significativo, embora a exploração seja recente. O país dispõe de um dos mais elevados potenciais de produção de hidroeletricidade da África (12.500 MW), para um consumo interno que atinge meros 350 MW. A África do Sul é a grande compradora do excedente.

Recentemente, foram descobertas grandes reservas de gás natural na região da bacia do rio Rovuma, norte de Moçambique. Se confirmado o potencial econômico-comercial estimado, essas descobertas podem significar a continuação da tendência de que Moçambique seja importante destino de investimento em grandes projetos de exploração de recursos naturais.

ANEXOS

Cronologia Histórica

1962 – Nacionalistas moçambicanos exilados reúnem-se na Tanzânia e formam a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), liderada por Eduardo Mondlane.
1974 – Revolução dos Cravos em Portugal. Novo governo português concorda com o fim do império. Portugal e FRELIMO assinam o Acordo de Lusaca.
1975 – Moçambique se torna independente. A FRELIMO governa o país sob regime de partido único, com Samora Machel como Presidente da República.
1976 – A capital Lourenço Marques passa a ser chamada Maputo. Forças da RENAMO, grupo de oposição à FRELIMO, são armadas e treinadas pelo Governo segregacionista de Ian Smith (Rodésia). Moçambique impõe sanções econômicas à Rodésia.
1977 – A FRELIMO adota a doutrina marxista-leninista.
1980 – Com o fim do regime de Ian Smith na Rodésia, a RENAMO passa a ser apoiada pela África do Sul.
1984 – O cessar-fogo é rompido e a RENAMO retoma as hostilidades.
1986 – Presidente Samora Machel morre e é substituído por Joaquim Chissano.
1989 – A FRELIMO abandona o marxismo.
1990 – O Governo emenda a constituição e estabelece o multipartidarismo. Têm início as negociações entre o Governo e a RENAMO.
1992 – Presidente Chissano e o líder da RENAMO, Afonso Dhaklama, assinam Acordo de Paz em Roma; estabelecida Missão de Paz da ONU para Moçambique (ONUMOZ).
1994 – Chissano é reeleito.
1995 – Moçambique se torna membro da “Commonwealth”.
Dez/99 – Chissano derrota Dhaklama nas eleições presidenciais.
Jun/02 – Chissano anuncia que não concorrerá a um terceiro mandato e a FRELIMO escolhe Armando Guebuza, veterano da independência, como candidato em 2004.
Fev/05 – Guebuza vence Afonso Dhlakama nas eleições; na posse, o Governo brasileiro é representado pelo ex-Vice-Presidente José Alencar.
Jul/06 – Banco Mundial cancela a maior parte da dívida de Moçambique.
Fev/07 – Presidente da China, Hu Jintao, visita Maputo e promete linha de crédito especial para as áreas de saúde, agricultura e infraestrutura.
Out/09 – Eleições presidenciais, parlamentares e provinciais; Guebuza é reeleito.
Jan/10 – Cerimônia de posse do Presidente Guebuza; o Governo brasileiro é representado pelo ex-Ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

Cronologia das Relações Bilaterais

1975: Moçambique conquista a independência (25/jun); Brasil e Moçambique estabelecem relações diplomáticas (31/dez).
Jan/76: Abertura da Embaixada do Brasil em Maputo.
1981: Assinatura do Acordo Geral de Cooperação.
1982: I Reunião da Comissão Mista (criada pelo Acordo Geral de Cooperação), em Maputo.
1989: II Reunião da Comissão Mista, em Maputo.
1989: Inauguração do Centro de Estudos Brasileiros.
1993/1994: Contribuição brasileira para as forças de paz da ONU que monitoraram o processo de paz moçambicanos. A UNOMOZ foi comandada, durante o primeiro ano, pelo General brasileiro Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva.
Jan/98: Abertura da Embaixada de Moçambique no Brasil.
Jul/00: Visita oficial do então Presidente Fernando Henrique Cardoso a Maputo (III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP).
2000: Anúncio do perdão de 95% da dívida de Moçambique com o Brasil. A dívida chegava a US\$ 447,7 milhões (COMACE, 1999)
Jun/01: Visita oficial do então Presidente Joaquim Chissano a Brasília; o Presidente moçambicano participou também da Cúpula do Mercosul, em Assunção.
Ago/02: Visita do então Presidente Joaquim Chissano a Brasília (IV Cúpula da CPLP).
Mar/03: Visita do então chanceler Celso Amorim a Maputo.
Nov/2003: Visita oficial do então Presidente Lula a Maputo, quando foram assinados 11 novos instrumentos de cooperação, com destaque para o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Científica e Tecnológica na Área de Saúde, com vista à construção de laboratório para fabricação de medicamentos antirretrovirais genéricos.
Ago-set/04: Visita oficial do então Presidente Joaquim Chissano a Brasília, quando foi assinado acordo para o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique com o Brasil, no valor de US\$ 280 milhões.
Mar/05: Visita do então chanceler Celso Amorim a Maputo.
Jun/07: Governo moçambicano aprova proposta da Vale para exploração das jazidas carboníferas de Moatize.
Set/07: Visita do Presidente Armando Guebuza ao Brasil, na condição de convidado de honra nas comemorações do Dia da Independência.
Set/08: Visita do chanceler Oldemiro Balói a Brasília.

Out/08: Visita do então Presidente Lula a Maputo; inauguração da sede provisória do Escritório da FIOCRUZ-África.
Jul/09: Visita do Presidente Guebuza ao Brasil.
Dez/09: Aprovação pela CAMEX e pelo COFIG de mecanismo de financiamento do BNDES para obras de infraestrutura em Moçambique, no valor de US\$ 300 milhões.
Jun/10: V Reunião da Comissão Mista Bilateral, em Brasília.
Nov/10: Visita do então Presidente Lula a Maputo; inauguração da fase inicial de operações da Fábrica de Antirretrovirais e lançamento oficial dos três primeiros pólos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique.
Jun/11: Visita do chanceler Oldemiro Balói a Brasília.
Out/11: Visita da Presidenta Dilma Rousseff a Maputo.

ATOS BILATERAIS EM VIGOR

TÍTULO	Data da assinatura	Data da entrada em vigor	Data da publicação
Acordo para Implementação do Projeto "Implantação de um Centro de Formação Profissional para Escritórios e Administração"	10/04/1980	10/04/1980	06/05/1980
Acordo de Cooperação	15/09/1981	08/06/1984	10/07/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação de 15/09/1981, no Campo das Comunicações.	15/05/1987	15/05/1987	02/06/1987
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação, na Área de Agricultura Irrigada	27/05/1989	27/05/1989	24/10/1989
Acordo de Cooperação Cultural	01/06/1989	26/04/1991	03/07/1991
Ajuste Complementar ao Acordo-Geral de Cooperação no Campo da Mineração	18/07/1997	18/07/1997	08/06/1997
Acordo sobre o Uso dos Imóveis da República de Moçambique pelo Brasil	18/07/2000	18/07/2000	10/08/2008
Acordo de Cooperação entre o Brasil e Moçambique sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes, Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Ativos e outras Transações Financeiras Fraudulentas	31/08/2004	26/09/2008	23/01/2009
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural sobre Cooperação na Área da Comunicação Social	31/08/2004	31/08/2004	09/09/2004
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação no Âmbito da Segurança Pública	31/08/2004	31/08/2004	09/09/2004
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento da Horto-Fruticultura em Moçambique"	06/07/2007	06/07/2007	10/09/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Fortalecimento das Ações de Alimentação e Nutrição"	06/07/2007	06/07/2007	10/09/2007
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas	06/07/2007	20/10/2009 (PDS 659/2009, aprovado em 14/10/2009)	Aguarda ratificação interna por Moçambique
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Educação Ambiental em Moçambique"	09/07/2007	09/07/2007	10/09/2007

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto “Apoio à Construção de Cisternas, Barragens Subterrâneas, Captação de Água de Chuva <i>in situ</i> e Jardins Produtivos em Comunidades Rurais de Moçambique”	06/09/2007	06/09/2007	24/09/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Implementação do Projeto “Capacitação Técnica em Ciências Florestais”	02/07/2008	02/07/2008	06/08/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Órgão Regulador de Medicamentos de Moçambique como Agente Regulador do Setor Farmacêutico”	04/09/2008	04/09/2008	15/09/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Capacitação em Produção de Medicamentos Anti-Retrovirais e outros Medicamentos”	04/09/2008	04/09/2008	15/09/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Brasil e Moçambique para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional e Técnico do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade de Moçambique”	04/09/2008	04/09/2008	15/09/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Brasil e Moçambique, para Implementação do Projeto “Inserção Social pela Prática Desportiva – Fase II”	16/10/2008	16/10/2008	22/10/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Brasil e Moçambique, para Implementação do Projeto “Programa de Educação Alimentar e Nutricional – Cozinha Brasil-Moçambique”	16/10/2008	16/10/2008	22/10/2008
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e Moçambique nas Áreas Audiovisual e Cinematográfica	16/10/2008	16/10/2008	22/10/2008
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e Moçambique para Cooperação em Matéria de Comunicação Social	16/10/2008	16/10/2008	22/10/2008
Programa Executivo do Acordo Geral de Cooperação entre Brasil e de Moçambique para o Projeto “Apoio ao Desenvolvimento Gerencial Estratégico do Governo de Moçambique”	06/05/2009	06/05/2009	15/05/2009

Programa Executivo do Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique e para o Projeto “Apoio à Implementação do Sistema Nacional de Arquivos de Estado”	08/05/2009	08/05/2009	15/05/2009
Programa Executivo ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para o Projeto “Capacitação Técnica em Matéria de Prisões”	21/07/2009	21/07/2009	29/07/2009
Programa Executivo ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para o Projeto “Implantação de Centro de Formação Profissional Brasil-Moçambique”	21/07/2009	21/07/2009	29/07/2009
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento de um Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique”	17/06/2010	17/06/2010	20/10/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Ações de Prevenção e Controle do Câncer”	16/07/2010	01/12/2010	01/12/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto: Implantação de Projeto Piloto de Terapia Comunitária em Moçambique, como Recurso de Promoção da Saúde	16/07/2010	01/12/2010	01/12/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento da Política Nacional de Saúde Oral em Moçambique: Pesquisa em Saúde Oral – Maputo”	05/10/2010	05/10/2010	07/01/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio ao Sistema de Atendimento Oral de Moçambique – Implementação de Laboratório de Referência em Prótese Dentária em Maputo”	05/10/2010	05/10/2010	07/01/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Implantação de Banco de Leite Humano e de Centro de Lactação em Moçambique”	09/11/2010	09/11/2010	07/01/2011

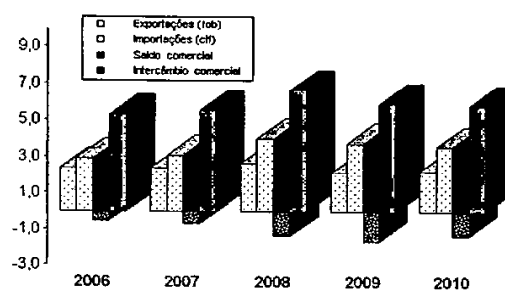
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio à Implantação do Centro de Tele-Saúde, da Biblioteca e do Programa de Ensino à Distância em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente de Moçambique”	09/11/2010	09/11/2010	07/01/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação “Programa de Cooperação entre a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Ministério da Educação (MINED), a Universidade Pedagógica (UP) e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) de Moçambique”	09/11/2010	09/11/2010	07/01/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio à Requalificação do Bairro Chamanculo “C” no Âmbito da Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização dos Assentamentos Informais do Município de Maputo”	09/11/2010	09/11/2010	07/01/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Incremento da Capacidade de Pesquisa e de Difusão Tecnológica para o Desenvolvimento Agrícola do Corredor de Nacala, Moçambique”	09/11/2010	09/11/2010	07/01/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do “Projeto de Modernização da Previdência Social de Moçambique”	03/12/2010	03/12/2010	17/06/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados”	19/01/2011	19/01/2011	10/08/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para o Projeto de Instalação da Fábrica de Antirretrovirais e Outros Medicamentos	22/12/2011	22/12/2011	Tramitação na Casa Civil (Aguarda publicação)

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

MOÇAMBIQUE: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

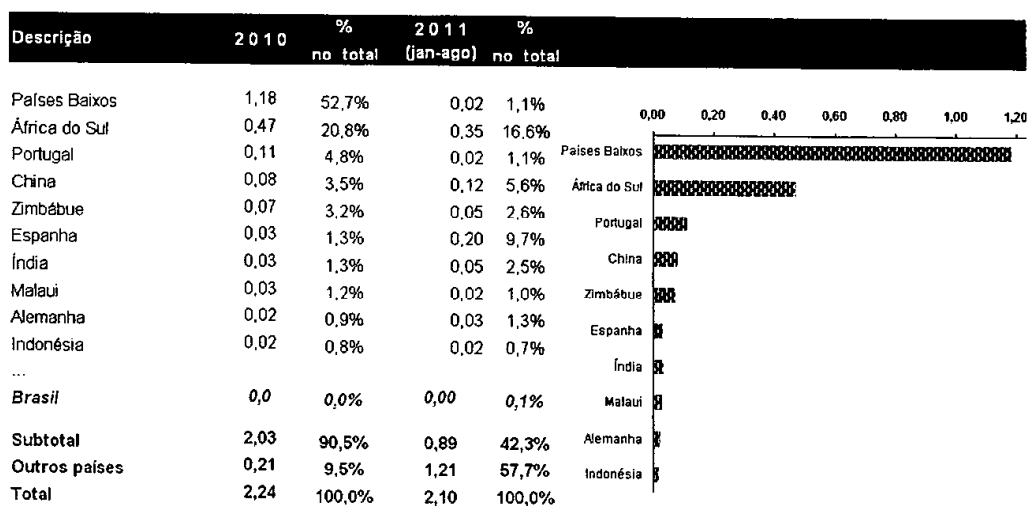
DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Exportações (fob)	2,4	2,4	2,7	2,1	2,2	2,1
Importações (cif)	2,9	3,1	4,0	3,8	3,6	3,9
Saldo comercial	-0,5	-0,7	-1,4	-1,6	-1,3	-1,8
Intercâmbio comercial	5,3	5,5	6,7	5,9	5,8	6,0

Elaborado pelo MPE/DPE/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.



O comércio exterior moçambicano não apresentou significativa variação nos últimos anos. Em 2010, houve uma variação de 10% em relação a 2006, passando de US\$ 5,3 bilhões para US\$ 5,8 bilhões. No ranking do FMI, Moçambique figurou como o 128º mercado mundial, sendo o 126º principal exportador e o 117º importador.

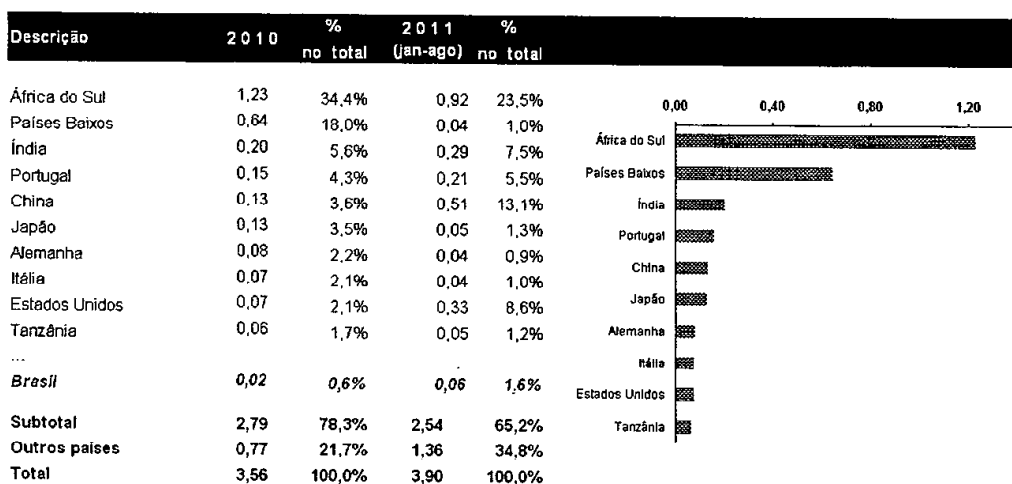
MOÇAMBIQUE: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões



Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.

Um pouco mais da metade das exportações de Moçambique é destinada aos Países Baixos. Em 2010, as importações holandesas somaram 53% do total, seguidas da África do Sul (21%); Portugal (5%); China (4%); e Zimbábue (3%). O Brasil obteve o 42º lugar entre os principais destinos em 2010, com vendas em torno de US\$ 81 mil.

MOÇAMBIQUE: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

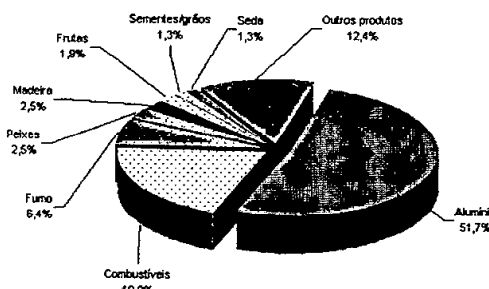


Elaborado pelo MRE/DP/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.

A África do Sul é o principal fornecedor de bens a Moçambique. Em 2010 respondeu com 34% do total, seguido dos Países Baixos (18%); Índia (6%); Portugal (4%); China (4%); Japão (4%); Alemanha (2%) e Itália (2%). O Brasil posicionou no 16º lugar, com 0,6% da demanda importadora do país.

MOÇAMBIQUE: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ bilhões

Descrição	2010	% no total
Alumínio	1,16	51,7%
Combustíveis	0,45	19,9%
Fumo	0,14	6,4%
Peixes	0,06	2,5%
Madeira	0,06	2,5%
Frutas	0,04	1,9%
Sementes/grãos	0,03	1,3%
Seda	0,03	1,3%
Subtotal	1,96	87,6%
Outros produtos	0,28	12,4%
Total	2,24	100,0%

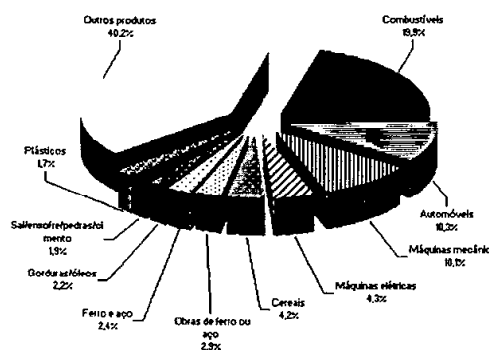


Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

Alumínio foi responsável por 52% da pauta de exportação de Moçambique em 2010. Em seguida destacaram-se: combustíveis (20%); fumo (6%); pescados (3%); madeira (3%); e frutas (2%).

MOÇAMBIQUE: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

Descrição	2010	% no total
Combustíveis	0,71	19,9%
Automóveis	0,37	10,3%
Máquinas mecânicas	0,36	10,1%
Máquinas elétricas	0,15	4,3%
Cereais	0,15	4,2%
Obras de ferro ou aço	0,10	2,9%
Ferro e aço	0,09	2,4%
Gorduras/óleos	0,08	2,2%
Sal/enxofre/pedras/cimento	0,07	1,9%
Plásticos	0,06	1,7%
Subtotal	2,13	59,8%
Outros produtos	1,43	40,2%
Total	3,56	100,0%



Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

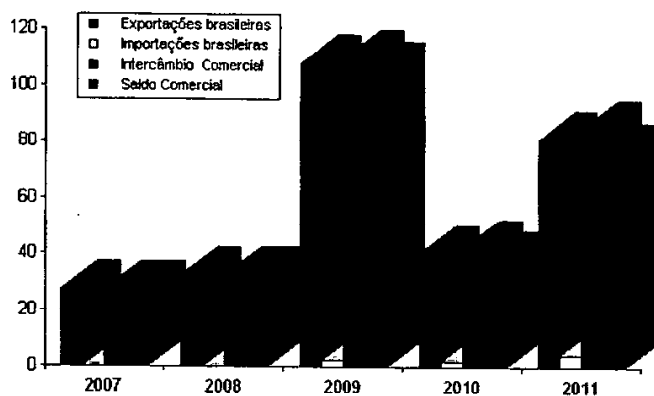
A pauta de importação de Moçambique é bastante diversificada, mas os combustíveis, automóveis e máquinas mecânicas lideraram a pauta com participação conjunta de 40% no total em 2010. Destacaram, também: máquinas elétricas (4%); cereais (4%); e obras de ferro e aço (2%).

BRASIL-MOÇAMBIQUE: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações brasileiras	27	32	108	40	81
Variação em relação ao ano anterior	-22,5%	18,6%	233,8%	-62,7%	101,1%
Importações brasileiras	0	0	2	2	4
Variação em relação ao ano anterior	-100,0%	53954,1%	106000,0%	-5,7%	104,5%
Intercâmbio Comercial	27	32	110	42	85
Variação em relação ao ano anterior	-22,5%	18,6%	240,4%	-61,6%	101,2%
Saldo Comercial	27	32	106	38	77

Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIOSECEX/Aliceweb.

Moçambique foi o 113º principal parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 212%, passando de US\$ 27 milhões, para US\$ 85 milhões. No ano de 2011 as exportações saltaram para US\$ 4 milhões frente aos US\$ 37,00. em 2007. A participação de Moçambique no comércio exterior brasileiro foi de 0,02% em 2011.

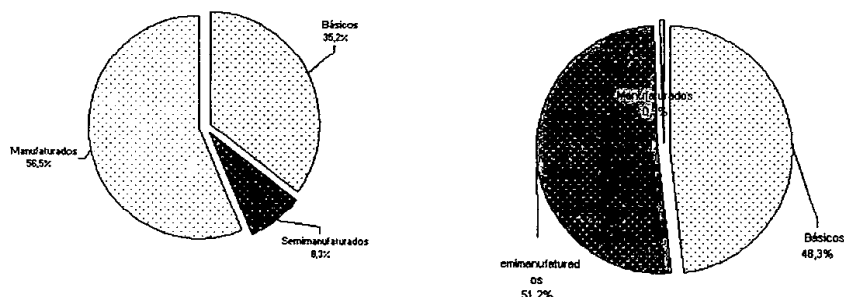


BRASIL-MOÇAMBIQUE: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	28,5	35,2%	2,0	48,3%
Semimanufaturados	6,7	8,3%	2,1	51,2%
Manufaturados	45,9	56,5%	0,0	0,5%
Total	81,2	100,0%	4,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para Moçambique são compostas em sua maior parte por bens manufaturados, que representaram 57% das vendas em 2011. Em seguida estão os produtos básicos, com 35% e os semimanufaturados com 8%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos semimanufaturados representaram 51% do total em 2011, seguido dos básicos com 48%.



BRASIL-MOÇAMBIQUE: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Exportações brasileiras para Moçambique, 2011
			Valor	% no total	
Cereais	0,0	2,4	12,2	15,0%	12,2
Carnes	13,3	9,0	11,2	13,8%	11,2
Máquinas mecânicas	5,2	3,9	8,4	10,4%	8,4
Gorduras/Óleos	0,1	0,1	6,7	8,2%	6,7
Veículos para vias férreas	0,0	0,2	6,3	7,8%	6,3
Resíduos das indústrias alim.	0,4	0,4	5,3	6,5%	5,3
Borracha	0,3	0,4	4,8	5,9%	4,8
Automóveis	5,9	6,8	3,7	4,6%	3,7
Preparações de cereais	2,5	3,3	2,8	3,5%	2,8
Móveis	2,6	2,0	2,3	2,8%	2,3
Máquinas elétricas	1,0	1,1	2,3	2,8%	2,3
Açúcar	1,1	0,3	0,8	1,0%	0,8
Aviões	65,3	0,0	0,0	0,0%	0,0
Subtotal	97,8	30,0	66,9	82,3%	
Outros produtos	10,3	10,4	14,3	17,7%	
Total	108,1	40,4	81,2	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SEC/AN/CEI/CEB.

Cereais, carnes e máquinas mecânicas foram os principais itens brasileiros exportados para Moçambique em 2011, juntos somaram 39% da pauta. Em seguida destacaram-se: gorduras/óleos (8%); veículos para vias férreas (8%); resíduos das indústrias alimentares (7%); e borracha (6%).

BRASIL-MOÇAMBIQUE: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

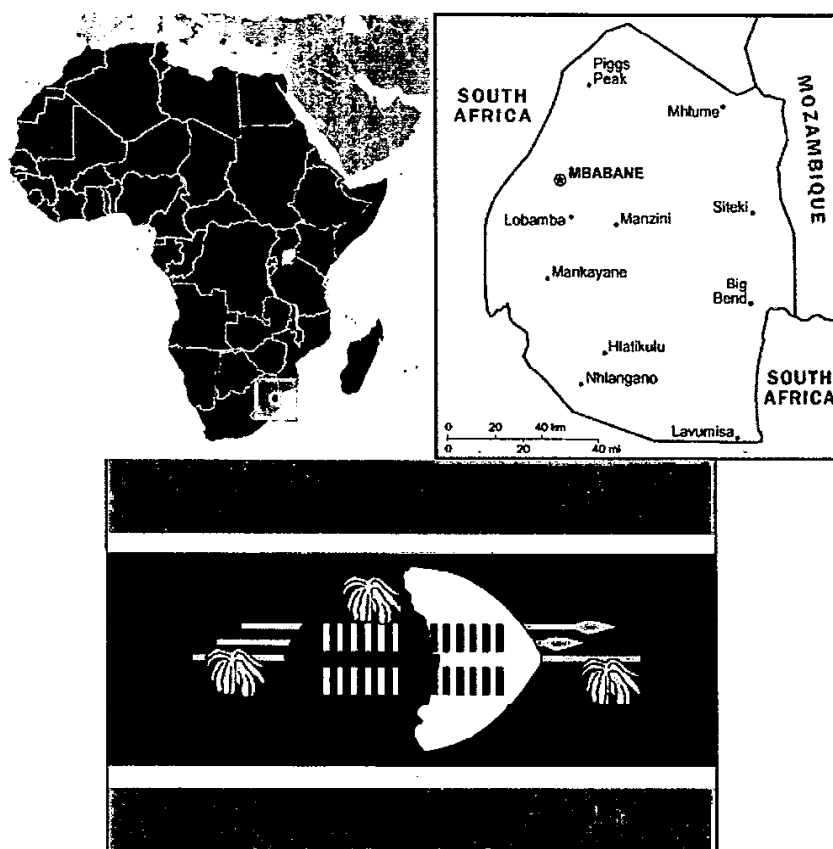
DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias de Moçambique, 2011
			Valor	% no total	
Alumínio	0,0	0,0	2,1	51,2%	
Fumo	2,1	2,0	1,4	35,2%	
Minérios	0,0	0,0	0,5	13,1%	
Subtotal	2,1	2,0	4,1	99,5%	
Outros produtos	0,0	0,0	0,0	0,5%	
Total	2,1	2,0	4,1	100,0%	

Elaboração pelo MRE/CPRDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIO/SECEX/Alicetweb.

As importações brasileiras originárias de Moçambique apresentaram alto grau de concentração. O alumínio (51%) e o fumo (35%) somaram 86% do total da pauta em 2011. O item minérios ficou em terceiro lugar na pauta de importação, com 13% do total e fechando a pauta.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA II**

REINO DA SUAZILÂNDIA



OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Março de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
POLÍTICA INTERNA	6
POLÍTICA EXTERNA	10
ECONOMIA	13
RELAÇÕES BILATERAIS	16
COOPERAÇÃO	16
BIOCOMBUSTÍVEIS	17
INVESTIMENTOS	17
ASSUNTOS CONSULARES	18
ATOS BILATERAIS	18
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS	18
COMÉRCIO BILATERAL	18
ANEXOS	19

DADOS BÁSICOS	
CAPITAL:	Mbabane
ÁREA:	17.363 km ² (aprox. o triplo do DF)
POPULAÇÃO (est. 2010, BM):	1,2 milhão (aprox. cidade de Campinas/SP)
IDIOMAS OFICIAIS:	Inglês e suazi
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristianismo e religiões tradicionais africanas (animistas)
SISTEMA POLÍTICO:	Monarquia parlamentarista
CHEFE DE ESTADO:	Rei Mswati III (desde 25/04/1986)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Sibusiso Barnabas Dlamini
CHANCELER:	Mtiti Fakudze (desde nov/2011)
PIB (est. 2010, BM):	US\$ 3,6 bilhões (aprox. município de Presidente Prudente/SP)
PIB PER CAPITA (est. 2010, BM):	US\$ 3.073,00
PIB PPP (est. 2010, BM):	US\$ 6,062 bilhões
PIB PER CAPITA PPP (est. 2010, BM):	US\$ 5.884,59
IDH (PNUD, 2011):	0,522 (140º de 187 países analisados)
ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2010):	81,6%
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2011):	48,7 anos
UNIDADE MONETÁRIA:	Lilangeni
EMBAIXADOR DO PAÍS PARA O BRASIL:	Ephraim Mandlenkhosi M. Hlope, cumulativamente com Washington
EMBAIXADORA INDICADA DO BRASIL PARA O PAÍS:	Ligia Maria Scherer (indicação em processo de apreciação pelo Senado Federal)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há registro de brasileiros residentes na Suazilândia

INTECÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL⇒ SUAZILÂNDIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	693,01	574,54	787,57	549,64	970,46	2.233,55	2.434,29	22.749,72	20.994,39
Exportações	398,77	285,24	475,35	317,35	545,70	2.055,39	873,59	2.988,04	3.604,02
Importações	294,23	289,30	312,22	232,28	424,76	178,16	1.560,69	19.761,68	17.390,37
Saldo	104,54	-4,05	163,13	85,07	120,93	1.877,22	-687,10	-16.773,63	-13.786,35

PERFIS BIOGRÁFICOS**MSWATI III**
Rei da Suazilândia

Nascido **Makhosetive** (“Rei das Nações”) em 19/04/1968, o rei da Suazilândia sucedeu seu pai, Sobhuza II, em 1986. Era o segundo dos 67 filhos do monarca e filho único de *Inkosikati* LaTfwala. Tornou-se príncipe herdeiro em setembro de 1983 e foi coroado rei em 25/04/1986, com a idade de 18 anos e 6 dias. O rei, que adotou o nome de Mswati III, e sua mãe, que possui o título de *Indovukazi* (A Grande Elefanta), regem juntos.

SIBUSISO BARNABAS DLAMINI
Primeiro-Ministro

Nascido em 15 de maio de 1942, Barnabas S. Dlamini formou-se em Química pela Universidade de Wisconsin, em 1969, e, em 1976, em Economia e Contabilidade pela Universidade da África do Sul. Possui Mestrado em Administração pela Universidade de Nova York. Foi Ministro das Finanças de 1983 a 1992. De 1992 a 1996, foi membro do Conselho Executivo do FMI, representando 20 países africanos. Foi Primeiro-Ministro e Membro do Parlamento, de 1996 a 2003, quando passou a exercer a função de conselheiro real. Desde outubro de 2008, exerce seu segundo mandato como Primeiro-Ministro.

MTITI FAKUDZE
Chanceler

Mtiti Fakudze assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional em novembro de 2011. Anteriormente, havia ocupado os Ministérios da Agricultura e do Serviço Público.

|

POLÍTICA INTERNA

A Suazilândia tornou-se independente do Governo britânico em 1968, tendo assumido a chefia do Estado o Rei Sobhuza II. Em 1973, o soberano decretou estado de emergência, anulou a constituição, banuiu as agremiações políticas e concentrou poderes absolutos nas mãos do Chefe de Estado. Em 1982, ascendeu ao trono o Rei Mswati III, responsável pela introdução de importantes reformas políticas no país, que permitiram a reabertura do Parlamento e a realização de eleições, mas que não foram capazes de garantir, até o momento, o florescimento do multipartidarismo político.

Não obstante a existência de um Chefe de Governo, eleito pelo parlamento, o Chefe de Estado detém considerável poder político nas decisões governamentais. A peculiar situação geográfica da Suazilândia e o peso da África do Sul na economia do país – a República da África do Sul é responsável pela maior parte das importações e exportações suazis – fazem com que as diretrizes emanadas de Mbabane guardem estreito relacionamento com o ambiente político em Pretória.

Mswati III, o último monarca absoluto da África, tem tido que administrar os crescentes problemas econômicos do país, uma taxa de desemprego acima de 40%, a perda de receita com as exportações de açúcar e têxteis e a mais alta taxa de prevalência de HIV no mundo (26,1%). Mais de 25% da população recebem alimentos do Programa Mundial de Alimentos.

Após um longo processo de negociação, foi promulgada em 2006 a nova Constituição do país, que, embora estabeleça a liberdade de associação, mantém a proibição de partidos políticos, exigindo que os candidatos a pleitos políticos sejam independentes. A mesma constituição atribui ao monarca imunidade contra qualquer tipo de processo civil ou criminal. A oposição, apoiada pelo direito à livre associação e à liberdade de expressão consagrados na nova carta magna, começou a organizar comícios e passeatas. Facções leais à monarquia, como a entidade cultural Sive Siyinqaba (“A Nação é uma fortaleza”), formada em 1996 por parlamentares, membros do Governo e da família real, para defender a cultura suázi, também se reorganizaram.

Passeata do *Swaziland Youth Congress* (SWAYOCO), realizada em agosto de 2006, foi dispersada de forma violenta pela polícia. Na ocasião, o então Primeiro Ministro Themba Dlamini confirmou que os partidos políticos continuavam banidos e afirmou que 90% dos novos dispositivos criados pela Constituição já estariam implementados ou em fase final de implementação. Deu como exemplo a maior independência atribuída ao Banco Central e à Unidade de Combate à Corrupção, a criação da Comissão de Direitos Humanos, além das reformas em andamento para a modernização da Corte Suprema.

Em 2007, a oposição escolheu o 11 de abril, data do 34º aniversário da criação da monarquia absoluta por Sobhuza II, para protestar contra a falta de democracia no país, exigindo que os partidos políticos fossem legalizados. Apoiadas pela central sindical sul-africana COSATU, manifestações ocorreram nos cinco postos de fronteira do país com a África do Sul. Em Mananga, 16 membros do

People's United Democratic Movement (PUDEMO) foram presos por carregar cartazes e panfletos "sediciosos".

Em setembro de 2008, o acirramento político entre Governo e oposição se intensificou ainda mais quando da realização das primeiras eleições parlamentares desde a promulgação da Constituição de 2006. O pleito se deu sem maiores incidentes e a missão observadora da SADC considerou as eleições "livres e limpas", embora a União Africana e o Parlamento Pan-Africano tenham criticado a ausência de partidos políticos. Apesar da relativa tranquilidade do pleito, os períodos anterior e posterior às eleições foram conturbados, marcados por manifestações, bloqueios de fronteiras e demandas por reformas políticas. O evento mais grave ocorreu dois dias após a eleição, quando duas pessoas morreram na explosão acidental da bomba que seria colocada em uma ponte junto ao palácio presidencial. Uma das vítimas era membro da *People's United Democratic Movement* (PUDEMO), a outra da *Swaziland Solidarity Network* (SSN). Ambos os grupos anunciaram apoio ao ato e celebraram como heróis os dois mortos, sem assumir responsabilidade pelo planejamento do atentado.

Em resposta, o Governo suazi aprovou severa legislação antiterror, o "Ato da Suazilândia de Supressão ao Terrorismo" (SSTA), que dá ao Governo o poder de deter por até sete dias em regime incomunicável ou de expulsar do país sem julgamento suspeitos de terrorismo. Com base em poderes atribuídos pelo SSTA, quatro organizações foram classificadas oficialmente pelo Primeiro Ministro Barnabas Dlamini como entidades terroristas, tornando ilegal qualquer forma de associação com as mesmas: o *People's United Democratic Movement* (PUDEMO), o *Swaziland Youth Congress* (SWAYOCO), *Swaziland Solidarity Network* (SSN) e o *Swaziland People's Liberation Army* (Umbane).

Ao mesmo tempo, acordo estabelecido ainda em 2009 entre a *Swaziland Coalition of Concerned Civic Organisations* (SCCCO) e a *Freedom House*, ONG financiada principalmente pelo Governo dos EUA, permitiu o fortalecimento da oposição ao Governo suazi, na medida em que facilitou o acesso a recursos para projetos em prol do avanço pacífico da democracia na Suazilândia. Em decisão adotada em princípios do mesmo ano, a Suprema Corte afirmou a obrigatoriedade do Governo de prover educação primária gratuita a todas as crianças, conforme previsto na Constituição de 2006. Resultado de ação movida pelo sindicato dos ex-mineradores, a decisão evidencia a pressão político-social sofrida pelo Governo do Rei Mswati III.

A deterioração das condições econômico-financeiras do Reino da Suazilândia tem contribuído para acirrar os ânimos da população e aumentar a tensão social no país. A alteração do regime aduaneiro da SACU, modificando o padrão de distribuição de receita entre seus países membros, reduziu drasticamente a arrecadação do Governo suazi, uma vez que cerca de 60% de sua receita tinha origem nos repasses da SACU. Em 2010, por exemplo, a medida ocasionou redução de 11% do PIB da Suazilândia, segundo dados do FMI. Isso, somado ao elevado nível de gastos com funcionalismo público (em torno de 18% do PIB), resultou em aumento drástico do déficit público em 2011, atingindo 15% do PIB, quase o dobro do registrado em 2010.

Em missão enviada em março de 2011, o FMI concluiu ser insustentável o nível de gastos com o funcionalismo público vigente, identificou iminente colapso financeiro no país e recusou-se a estender empréstimos ao Reino antes de certificar-se de que o país adotará medidas de ajuste fiscal e saneamento das contas públicas. A União Europeia, outra tradicional doadora de ajuda externa à Suazilândia, igualmente tem-se recusado a transferir recursos ao Estado suazi e limita sua cooperação a projetos de redução da pobreza e assistência a infectados pelo HIV/AIDS. Ademais, a acentuada dependência comercial em relação à África do Sul, que consome cerca de 60% das exportações suazis e responde por 90% das importações, é fator adicional de fragilidade econômica.

A expectativa de vida no país caiu de aproximadamente 60 anos na década de 1990 para 30 no presente, o que tem estimulado o trabalho infantil, conforme indicado pelo estudo global da OIT completado em 2006. Além de elevadas taxas de desemprego e de infecção pelo vírus HIV/AIDS, cerca de dois terços da população vivem abaixo da linha da pobreza e dependendo da ajuda do Governo, cuja situação é de virtual insolvência.

Em 22 de março de 2011, novas manifestações tomaram as ruas da Suazilândia em defesa de reformas econômicas e políticas, ganhando o apoio de diversas associações nacionais de trabalhadores e reunindo mais de 10.000 pessoas. Menos de um mês depois, sindicatos e movimentos sociais suazis convocaram novas manifestações de protesto para os dias 12, 13 e 14 de abril de 2011, em Manzini. A Swaziland Federation of Trade Unions (SFTU), o partido oposicionista ilegal People's Union Democratic Organization (PUDEMO) e a Swaziland Solidarity Network (SSN) foram os principais organizadores dos protestos que tinham como finalidade marcar o 38º aniversário do banimento dos partidos políticos. O Governo classificou os protestos como ilegais e atuou com antecedência para impedi-los, detendo as principais lideranças sindicais do país, dispersando as passeatas e, conforme agências informativas e organizações não-governamentais, prendendo jornalistas, entre os quais pelo menos quatro estrangeiros. A truculenta resposta do Governo e a prisão dos líderes políticos de oposição levaram os sindicatos a suspenderem sua mobilização ao fim do segundo dia de protestos.

As aspirações democráticas dos grupos de oposição suazis e o conflito social latente no país são acompanhados pelos países vizinhos preocupados com potencial transbordamento de refugiados, em caso de descontrole social em maior escala. Em nota à imprensa de 14 de abril de 2011, o Governo da África do Sul manifestou "grande preocupação" com a situação política no Reino da Suazilândia, pediu prudência e cobrou o início de um diálogo político amplo, que permita uma rápida e pacífica solução para a crise.

O país recorreu oficialmente à vizinha África do Sul, em setembro de 2011, em busca de apoio financeiro. Temerosa do transbordamento da instabilidade no país vizinho, a África do Sul estendeu ao Banco Central suazi empréstimo de cerca de US\$ 340 milhões. O Governo do Presidente sul-africano Zuma vinculou o empréstimo ao compromisso suazi de ampliar o processo de diálogo com setores da oposição com vistas a uma gradual abertura política do país. Mswati III, por sua vez, comprometeu-se a promover reformas democráticas e respeitar os direitos humanos

de forma transparente e inclusiva. Em novembro de 2011, alterações ministeriais em posições-chave do Governo confirmaram a preocupação do monarca suazi em mostrar ativismo diante de crise que ameaça levar a Suazilândia ao colapso, procurando atenuar a percepção generalizada da opinião pública local sobre a existência de corrupção, privilégios e gestão pública irresponsável.

Direitos humanos

A situação do país é discutida no âmbito do Conselho de Direitos Humanos, uma vez que, além dos problemas sociais (especialmente relacionados à pobreza e aos elevados índices de infecção por HIV/AIDS), a Suazilândia também suscita preocupações em virtude das frequentes denúncias de violência contra manifestantes, além de desrespeito à liberdade de associação e de expressão.

A Suazilândia foi avaliada pelo mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos em 4 de outubro de 2011. Em seu relatório, o país informou que a Constituição estabeleceu, em setembro de 2009, Comissão Independente de Direitos Humanos e Administração Pública com poderes para investigar denúncias de violações cometidas por instituições públicas e privadas, assim como para interromper e reparar os efeitos dessas violações. Destacou ainda os esforços empreendidos em favor da erradicação da pobreza extrema, da garantia da segurança alimentar, bem como o aumento dos investimentos em saúde. O Conselho, em resposta, elogiou os aludidos esforços, ao mesmo tempo em que demonstrou preocupação com a persistência da discriminação contra mulheres e as restrições de direitos civis e políticos. Inconsistências entre a Constituição e a legislação comum do país foram igualmente apontadas.

POLÍTICA EXTERNA

O Reino da Suazilândia possui relações internacionais de pequena envergadura, havendo apenas quatro Embaixadas sediadas em Mbabane: os vizinhos África do Sul e Moçambique, além de EUA e Taiwan.

Embora formalmente tivesse sustentado posição neutra no campo das relações internacionais, a Suazilândia teve, historicamente, sua ação externa claramente alinhada ao bloco Ocidental. Até o fim da Guerra Fria, o país manteve poucos vínculos com os países do bloco soviético, ao mesmo tempo em que desenvolveu relacionamento dinâmico com Israel e Taiwan (a Suazilândia é um dos quatro países africanos a manter relações diplomáticas com Taiwan). Daí resulta a simpatia que o Estado suázi desfrutou no passado junto às potências capitalistas, que apoiaram financeiramente os programas de segurança e desenvolvimento do país, visto então como uma força moderadora nos processos de consolidação nacional em curso na África Austral. Os Estados Unidos, em especial, consideraram a estabilidade da Suazilândia, ao longo de todo o desenrolar da luta anti-apartheid na África do Sul, uma garantia à estabilidade da sub-região.

O relacionamento com a América Latina é pouco intenso, não possuindo o país qualquer representação residente na região. Da mesma maneira, os países latino-americanos são representados por intermédio de suas Embaixadas em Pretória (Argentina, México, Peru, Colômbia, Venezuela, Uruguai) e Maputo (Cuba). Cabe registrar, contudo, a visita de Estado que o Rei Mswati III fez a Cuba em junho de 2005. Na ocasião foram tratados temas de cooperação na área de saúde, educação e esportes, consolidados no Acordo de Cooperação assinado entre o Chanceler cubano e o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio, Mabili Dlamini, em 21 de junho.

África do Sul

A África do Sul mantém bom relacionamento com o país, o que lhe garante a posição de principal parceiro internacional da Suazilândia, graças à forte dependência da economia suazi em relação ao vizinho. Além de destinatário de 60% das exportações suazis e origem de 90% das importações do país, a África do Sul é também essencial para a política monetária suazi, uma vez que a Suazilândia adota a paridade entre sua moeda (lilangeni) e a sul-africana (rand). Politicamente, a África do Sul tem manifestado preocupação com a instabilidade do vizinho, razão pela qual o empréstimo concedido em 2011 foi condicionado ao compromisso suazi com a ampliação do diálogo com a oposição e com a promoção gradual de abertura política do país.

Moçambique

A Suazilândia tem mantido laços cordiais com Moçambique, mesmo durante os quase 15 anos de regime marxista-leninista moçambicano. Em sua última visita de Estado ao país, o monarca suazi cumpriu ampla programação de visitas, que

incluíram projetos sócio-econômicos em Cabo Delgado e o Porto de Maputo (principal via de escoamento do açúcar e dos cítricos exportados pela Suazilândia). Em março de 2011, foi apreendido no porto de Maputo um carregamento com armas de fogo e drogas que estariam em trânsito em direção à Suazilândia. A oposição suázi acusou Moçambique de estar prestando auxílio ao Rei Mswati III, na ofensiva contra manifestações oposicionistas naquele país, embora inquérito moçambicano tenha concluído que o carregamento não se dirigia à Suazilândia.

Taiwan

O Reino da Suazilândia é um dos 23 países a manterem relações diplomáticas com a República da China (Taiwan). Taiwan é um dos principais investidores no país, especialmente no setor têxtil, onde procura aproveitar-se dos benefícios que a Suazilândia disfruta no âmbito da AGOA. Esses investimentos atingiram seu ápice em 2002, quando as empresas taiwanesas chegaram a empregar mais de 35 mil pessoas, mas vem caindo sensivelmente desde então. Além de investimentos, Taiwan envia missões médicas regulares ao país. Em 2007, foi assinado Acordo de Cooperação no Setor de Saúde entre os dois países.

Em 2008, um dos principais empresários do país, Ndumiso Mamba, personalidade muito próxima ao Rei, declarou que a Suazilândia deveria engajar-se seriamente no assunto dos benefícios econômicos que poderão advir do comércio com a China. Entretanto, o Chefe de Estado suázi, evitando envolver-se em polêmica, garantiu às autoridades de Taipé que o fortalecimento dos elos econômicos e comerciais com Pequim não comprometeria as relações políticas bilaterais com Taiwan.

Taiwan tem, naturalmente, interesse em cultivar as relações com a Suazilândia. Em julho de 2010, o Rei Mswati III realizou visita a Taipé e o Vice-Presidente de Taiwan, Vincent Siew, visitou Mbabane em setembro de 2010. Autoridades suazis têm defendido publicamente, em diferentes foros, a adesão de Taiwan à Organização das Nações Unidas.

EUA

As relações com os EUA são, em geral, boas e remontam à independência do Reino em 1968. A principal área de cooperação é a de HIV/Aids, implementada conjuntamente pela USAID, CDC, Peace Corps, African Development Foundation e pelos Departamentos do Trabalho e Defesa. Além disso, o Governo estadunidense possui programas de apoio às pequenas e médias empresas, educação (programa de bolsas de pós-graduação e de especialização de curto-prazo), treinamento militar, desenvolvimento institucional e de recursos humanos, agricultura e capacitação na área de comércio internacional.

Organismos internacionais e outros

No âmbito regional, a Suazilândia é membro da União Africana, do Mercado Comum da África Austral e Oriental (COMESA), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, uma de suas prioridades no cenário austral africano) e da União Aduaneira da África Austral (SACU). O impasse causado pela participação da Suazilândia na COMESA - que conflitava com seu status de membro da SACU -, chegou ao fim com o anúncio de que a Suazilândia permanecerá como membro da COMESA, mas não integrará a união alfandegária. O país continuará, contudo, a beneficiar-se do status de membro não-recíproco da Área de Livre Comércio da COMESA, podendo exportar seus bens com tarifas reduzidas, sem conceder acesso recíproco ao seu mercado.

No âmbito das Nações Unidas, o país luta para que as nações desenvolvidas continuem a atribuir tratamento preferencial aos produtos suázis e que a Suazilândia seja retirada da lista de países de renda média, o que a impede de beneficiar-se das iniciativas internacionais de redução da dívida.

Cumprindo ainda mencionar que, em 2010, o Reino da Suazilândia manifestou interesse em se tornar Observador Associado da CPLP, chegando a formalizar pedido de adesão à Comunidade. O interesse deve-se, sobretudo, à proximidade e afinidade com a República de Moçambique. O Governo da Suazilândia, porém, não deu continuidade ao processo de negociação, embora recentemente o Governo moçambicano tenha realizado gestões no sentido de dar encaminhamento à questão.

Em relação a Madagascar, o Governo suazi concedeu abrigo ao presidente deposto Marc Ravalomanana em março de 2009, que, desde Mbabane, proferiu pronunciamento sobre a crise política em seu país.

ECONOMIA

Agricultura

À época da independência, a agricultura respondia por cerca de um terço do PIB; essa participação caiu para apenas 13% em 2010, graças ao crescimento do setor agroindustrial (especialmente têxtil e de processamento da cana-de-açúcar, correspondentes a 37% do PIB) e de serviços (sobretudo públicos, 50%).

A produção agrícola processa-se em propriedades coletivas (Swazi Nation Lands, SNLs) ou em propriedades escrituradas (Title Deed Lands, TDLs). Enquanto as últimas respondem por 40% do total das terras e são utilizadas para produção comercial – cana-de-açúcar, frutas cítricas, algodão e abacaxi, além da pecuária –, recebendo maiores investimentos, possuindo grandes extensões irrigadas e caracterizadas por alta produtividade, as propriedades coletivas empregam 75% da população em regime de produção de subsistência e sofrem de baixa produtividade e investimento. São ainda responsáveis por 90% da produção de milho, o alimento básico da população.

No que diz respeito às culturas de valor comercial, o Governo vem incentivando o cultivo de algodão, considerado de boa qualidade. A integração vertical é planejada juntamente com a indústria têxtil local, para atender compromissos assumidos sob a Lei Norte-Americana de Crescimento e Oportunidade para a África (AGOA), com relação à origem de insumos. Setores como o de concentrados para refrescos, produtos alimentícios e de celulose encontram-se em expansão. A mineração ocorre em pequena escala, consistindo principalmente na exploração de carvão na mina de Maloma, que responde por 0,4% do PIB.

Devido ao grau de abertura da economia e à importância das exportações agrícolas, o PIB real é fortemente influenciado tanto pelas condições climáticas quanto pelas oscilações de mercado. Baixos índices pluviométricos e a queda dos preços internacionais das commodities agrícolas exportadas pelo país (como, por exemplo, açúcar e frutas cítricas) fizeram com que o crescimento do PIB se tornasse mais lento desde 2000. No entanto, a melhora das condições climáticas, juntamente com o aumento da demanda por gêneros alimentícios, ajudaram o país a ter uma pequena aceleração do crescimento em meados da década (3,5% em 2007). A crise internacional de 2008-2009, somada à perda de vantagens obtidas por preferências tarifárias (do açúcar no mercado europeu e dos têxteis, graças à extensão das preferências a países asiáticos) modificou novamente esse cenário. O índice de crescimento do PIB voltou a níveis baixos, atingindo parcos 1,1% em 2010, conforme dados do Banco Mundial.

Política econômica

Desde a independência, foram adotados princípios de livre mercado, com o intuito de atrair investimentos estrangeiros. As reduções tarifárias acordadas em diversos instrumentos da SACU, os compromissos assumidos na OMC, bem como os acordos de comércio entre África Austral e UE tornaram a diversificação crucial para a Suazilândia, visto que reduziram as receitas alfandegárias que, em 2006/2007, chegaram a representar 66% da renda total.

O estreito relacionamento com a África do Sul no âmbito da SACU e da Área Monetária Comum (CMA) restringe a autonomia em matéria de política monetária e fiscal. A abertura e a pequena dimensão da economia, bem como as limitações da base exportadora, tornam a economia suázi vulnerável a choques externos. Devido à paridade do lilangeni ao rand, a livre movimentação de fundos no âmbito da CMA implica que as taxas de juros devem ser semelhantes às sul-africanas, com exceção do prêmio de risco, caso contrário, haveria uma fuga de capitais para a África do Sul. Embora a Suazilândia tenha o direito de quebrar a paridade, isso dificilmente será feito. A circulação do rand deixou de ser legal em 1986, mas, devido ao volume de negócios e ao alto nível de transações individuais com a RAS, o rand voltou a circular legalmente na Suazilândia.

Indústria

O setor secundário (inclusive o de eletricidade e o de fornecimento de água) respondeu por 46% do PIB em 2007, o que constituiu a maior contribuição para o crescimento econômico. Até meados dos anos 1980, o processamento de açúcar, polpa de madeira, frutas cítricas, abacaxi, algodão e carne respondiam por cerca de 80% do total da produção manufatureira. Desde 1986, quando a Coca-Cola transferiu suas instalações da África do Sul para a Suazilândia, desenvolveu-se fortemente a produção baseada em açúcar, aproveitando o baixo preço do insumo local. Mais recentemente, tem havido uma maior diversificação do setor manufatureiro, principalmente pelo desenvolvimento da indústria têxtil e de vestuário, como forma de aproveitar o acesso ao mercado norte-americano proporcionado pela Lei Norte-Americana de Crescimento e Oportunidade para a África (AGOA). No entanto, a extinção do Acordo sobre Têxteis e Vestuário (ATC), no fim de 2004, teve impacto adverso sobre essa indústria, que luta para continuar competindo com a China e outros países asiáticos, onde os custos são muito menores e a produtividade é mais alta. O setor enfrenta, ainda, as greves organizadas por poderosos sindicatos.

Tendências do Mercado de Trabalho

A maior parte dos empregos formais na Suazilândia está concentrada no setor público; o Governo, porém, vem sofrendo pressões para diminuir o tamanho do funcionalismo. Os empregos na iniciativa privada estão concentrados na indústria e

na agricultura comercial. O mercado de trabalho informal reflete a agricultura de subsistência (que emprega 75% da população) e a pecuária. Há, também, um pequeno número de suazis que trabalham em minas na África do Sul, embora esse número venha sendo afetado negativamente pela queda nos níveis da produção e pela utilização de tecnologias de mineração. Na Suazilândia, os níveis de desemprego são elevados, quadro que vem se exacerbando com a racionalização do serviço público e pelos problemas enfrentados pela indústria têxtil. A taxa de desemprego no país gira em torno de 40%.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações com o Brasil foram formalmente estabelecidas em 1978, ano em que foi criada a Embaixada do Brasil junto ao Reino da Suazilândia, com residência em Maputo. A última visita de autoridade suázi ao Brasil ocorreu em setembro de 1993, ocasião em que o Príncipe Mbilini Dlamini, então Ministro de Obras e Construção, manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes. No regresso de sua participação na 60ª AGNU, o avião que conduzia o rei Mswati III fez escala em Fortaleza.

Delegação suazi, chefiada pelo Ministro da Educação da Suazilândia, Wilson M. Ntshangase, participou da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), realizada de 1 a 4 de dezembro de 2009, em Belém do Pará.

Em maio de 2010, o Ministro da Agricultura da Suazilândia, Clement Dlamini participou do Diálogo Brasil-África em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, realizado em Brasília.

Cooperação

Embora haja possibilidade de cooperação em diversas áreas, nenhum projeto está ainda em andamento. O Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Suazilândia foi assinado em 25/01/2008 e encontra-se em processo de ratificação. O Governo da Suazilândia tem solicitado cooperação brasileira nas áreas de saúde, educação e agricultura – os quais, eventualmente, poderiam vir a ser objeto de projetos de cooperação desenvolvidos sob o abrigo do aludido Acordo.

Na área de saúde, há interesse suazi especialmente em projetos de combate ao HIV/AIDS, que contemplem tanto aquisição e produção de medicamentos anti-retrovirais quanto capacitação em gestão, elaboração de políticas públicas e formação de funcionários. A esse respeito, missão de técnicos brasileiros foi enviada a Mbabane em fevereiro de 2006 com o objetivo de verificar as possibilidades de cooperação na área, mas a iniciativa não teve. Em julho de 2011, o Governo suazi solicitou novamente visitas oficiais para marcar o início das discussões sobre cooperação técnica com o Governo Brasileiro para o combate ao HIV/AIDS, através da Fundação Oswaldo Cruz. A fim de encaminhar o assunto, está previsto o envio de missão de prospecção da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a realizar-se na ocasião de visita a outros países vizinhos.

O país também demonstrou interesse em fortalecer as relações bilaterais na área de educação, em especial mediante envio de estudantes suazis para estudos de graduação no Brasil. O tema, porém, não teve maiores desdobramentos.

O Ministro da Agricultura suazi, Clement Dlamini, em encontro com Embaixador brasileiro em Maputo (novembro/2010), também manifestou o desejo de firmar acordo de cooperação na área de agricultura com o Brasil, em especial na

produção de soja. E, ainda em 2010, houve manifestação de interesse por parte do Governo suazi em estabelecer cooperação na área de incentivo ao turismo.

Biocombustíveis

Outro âmbito de cooperação bilateral possível é o de biocombustíveis. Nos últimos anos, vem crescendo o interesse suazi em desenvolver uma indústria de biocombustíveis, principalmente para a produção de etanol, tanto de milho quanto de cana-de-açúcar. Não há ainda produção comercial de bioenergia (etanol, biodiesel) na Suazilândia, mas o país já produz eletricidade a partir do bagaço da cana-de-açúcar (biomassa) e a produção de biocombustíveis vem se desenvolvendo em caráter experimental, sem mensuração do volume de produção e de consumo interno. A produção experimental de biocombustíveis concentra-se nos cultivos de cana-de-açúcar (etanol) e *jatropha* (pinhão-manso; planta da mesma família da mamona, utilizada na produção de biodiesel). A Suazilândia chegou, também, a pesquisar a produção de etanol a partir da mandioca, cultivo propício ao terreno árido do país. Não há exportação e tampouco importação de bioenergia.

Encontra-se em processo de elaboração pelo Governo suazi estratégia para a produção de biocombustíveis. O debate sobre o assunto no país, contudo, é complexo e centra-se no argumento da rivalidade da produção de biocombustíveis com a produção de gêneros alimentícios e no impacto social e econômico do cultivo de cana-de-açúcar e da *jatropha*. Por um lado, o país tem território pequeno, a disputa por terra é relevante, há carência de alimentos e de água, e elevada parcela da população vive abaixo da linha da pobreza – elementos que reforçam o argumento, defendido inclusive por ONGs estrangeiras, de que a eventual produção de biocombustíveis colocaria em risco a já frágil segurança alimentar do país. Por outro lado, o país possui vastas áreas de cultivo de cana-de-açúcar e tradição no setor sucroalcooleiro, com investimentos estatais e de empresas estrangeiras, além de histórico de produção experimental de etanol a partir da cana pela Royal Swaziland Sugar Corporation. Em 2006, a empresa estatal anunciou projeto de ampliação da capacidade produtiva e melhoria de destilarias existentes.

Apesar do anúncio da encomenda ao Brasil de dois automóveis movidos a álcool para testes em 2006 e da ida de empresários brasileiros ao país em julho de 2007, não há iniciativas vigentes de cooperação bilateral na área. Com a recente assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com o Brasil, porém, deve ser realizada missão de prospecção da EMBRAPA para analisar possibilidades e modalidades de cooperação no tema.

Investimentos

A mineração é pouco desenvolvida na Suazilândia, embora o país possua importante jazida de antracito, mineral utilizado na fabricação de pelotas de minério de ferro. O mineral é considerado estratégico pela Vale, que, desde 2008, vem

estudando a possibilidade de adquirir mina localizada em Lubhuku. Até o momento, porém, não se logrou estabelecer acordo entre a Vale e o Governo suazi.

Assuntos consulares

Não há registro de brasileiros na Suazilândia. O atendimento consular eventualmente necessário é prestado pelo Setor Consular da Embaixada brasileira em Maputo, Moçambique.

Atos bilaterais

O Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Suazilândia assinado em 25/01/2008 e aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal em 10/12/2009 e, no Plenário do Senado Federal, em 17/12/2009. Aguarda o processo de ratificação interna pelo Reino da Suazilândia.

Trata-se do primeiro ato bilateral assinado entre os dois países.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há créditos da Suazilândia sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

Comércio bilateral

Tradicionalmente, a Suazilândia importa do Brasil motores e turbinas, material elétrico, tubos de aço, equipamentos e utensílios agrícolas, além de materiais químicos. Em 2011, 79% do valor total exportado pelo Brasil à Suazilândia compunha-se de turbinas a vapor, seguido de máquinas ceifeiras e debulhadoras, que representaram 8.9% das exportações. Os principais produtos importados, em 2011, foram circuitos integrados (46%) e microprocessadores (35% do valor total).

O comércio bilateral, que desde 2000 encontrava-se estagnado em torno de US\$ 600 mil, sofreu considerável incremento a partir de 2008, quando atingiu US\$ 2,223 milhões, como reflexo do crescimento das exportações brasileiras para o país, que chegaram a US\$ 2,055 milhões. A partir de 2009, contudo, houve uma inversão na balança comercial. A Suazilândia passou a exportar mais para o Brasil, que, desde então, apresenta déficit na relação comercial bilateral.

Em 2010, houve novo surto de crescimento do comércio bilateral, quando as transações totalizaram US\$ 22,749 milhões. O crescimento deveu-se ao aumento das importações oriundas da Suazilândia, que totalizaram US\$ 19,761 milhões. Em 2011, o volume de comércio entre os dois países permaneceu relativamente estável em relação a 2010 (US\$ 20,994 milhões).

ANEXOS

Cronologia

Século XVI – O povo suazi, sob a hegemonia do clã Dlamini, se separa do conjunto de bantos que migravam para o sul e se estabelece na região entre os rios Pongola e Usutu.
Século XIX – Migração em direção ao norte por parte do povo suázi e expansão da ocupação branca na região.
1836 – Morte do rei Sobhuza I, sucedido por Mswati (Mswazi) II, que deu seu próprio nome à tribo.
1888 – Formação de um Governo provisório, formado por representantes do Governo britânico, sul-africano e suazi
1889 – Estabelecimento da administração sul-africana anexando o território suazi.
1903 – Os suazis passam a ser administrados pelo Governador do Transvaal, após a Guerra dos Bôeres e a instituição do controle britânico sobre a região.
1949 – Negado, pelos britânicos, o pedido de incorporação da Suazilândia à União-Sul-Africana.
1963 – É promulgada constituição que concede autonomia limitada aos suazis.
1967 – É proclamado o Reino da Suazilândia sob proteção britânica.
1968 – A Suazilândia torna-se independente do Governo britânico. O Rei Sobhuza II assume a chefia do Estado.
1973 – Decretação de estado de emergência, com anulação da constituição, banimento das agremiações políticas e concentração de poderes absolutos nas mãos do Chefe de Estado.
1982 – Ascensão do Rei Mswati III ao trono suazi e introdução de importantes reformas políticas no país.
1993 – O Príncipe Mbilini Dlamina, então Ministro de Obras e Construção, realiza visita oficial ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e dos Transportes.
2006 – Promulgação da nova Constituição. Manifestações, comícios e passeatas são reprimidos violentamente pela polícia.
2008 – Realização das primeiras eleições parlamentares sob a nova Constituição. Considerado “livre e limpo” por observadores internacionais, o pleito ocorreu em clima conturbado, marcado por manifestações, bloqueios de fronteiras e demandas por reformas políticas.
2009 – Delegação suázi, chefiada pelo Ministro da Educação da Suazilândia, Wilson M. Ntshangase, participa da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFITEA), realizada em Belém do Pará.

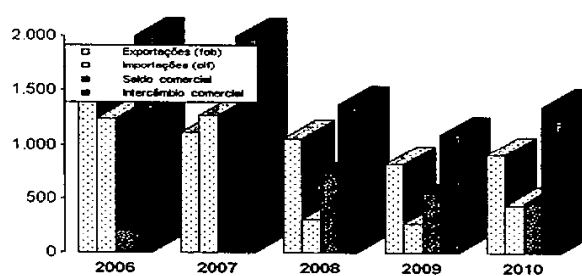
INDICADORES ECONÔMICOS E COMERCIAIS

SUAZILÂNDIA: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008 ⁽¹⁾	2009 ⁽¹⁾	2010 ⁽¹⁾
Exportações (fob)	1.463	1.113	1.063	825	910
Importações (cif)	1.242	1.270	312	271	443
Saldo comercial	220	-157	751	554	467
Intercâmbio comercial	2.705	2.383	1.375	1.097	1.353

Elaborado pelo MRE/DP/CDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, January 2012.

(1) Dados obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



O comércio exterior de Suazilândia apresentou em 2010 um decréscimo em relação ao ano de 2006 em torno de 50%. O mesmo ocorreu de 2007 para 2006 (- 12%), cujos dados foram obtidos pela posição real, já que 2008 em diante são dados de espelho. Em 2011 observe a 164ª posição no intercâmbio mundial, segundo dados do FMI.

SUAZILÂNDIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ milhões

Descrição	2006	% no total	2007 ⁽¹⁾	% no total	
África do Sul	446,1	30,5%	888,5	79,8%	0,0 200,0 400,0 600,0 800,0
Itália	446,1	30,5%	153,5	13,8%	África do Sul 888,5
Namíbia	11,5	0,8%	31,3	2,8%	Itália 153,5
Moçambique	247,4	16,9%	20,2	1,8%	Namíbia 31,3
Emirados Árabes Unidos	1,3	0,1%	5,6	0,5%	Moçambique 20,2
Botsuana	13,0	0,9%	3,3	0,3%	Emirados Árabes Unidos 5,6
Austrália	2,3	0,2%	2,2	0,2%	Botsuana 3,3
Zâmbia	1,5	0,1%	1,5	0,1%	Austrália 2,2
Lesoto	25,6	1,7%	1,3	0,1%	Zâmbia 1,5
Reino Unido	4,5	0,3%	1,3	0,1%	Lesoto 1,3
...					Reino Unido 1,3
Brasil	0,00	0,00%	0,00	0,0%	
Subtotal	1.199,2	82,0%	1.108,6	99,6%	
Outros países	263,6	18,0%	4,6	0,4%	
Total	1.462,8	100,0%	1.113,2	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, January 2012.
(1) última posição disponível com dados reais

África do Sul, Itália, Namíbia e Moçambique são os principais mercados de destino das exportações de Suazilândia com 98% da pauta em 2007. O Brasil não tem dados para o período em análise.

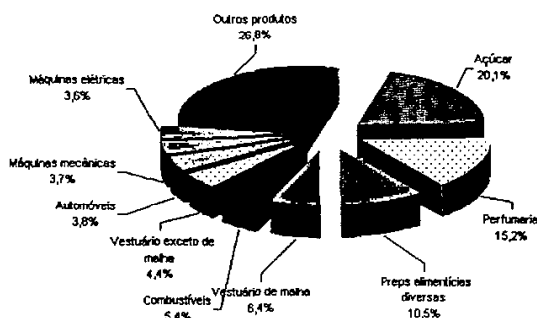
SUAZILÂNDIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ milhões

Descrição	2006	% no total	2007 ⁽¹⁾	% no total	
África do Sul	995,2	80,1%	1.033,2	81,4%	0,0 250,0 500,0 750,0 1.000,0
China	24,6	2,0%	50,8	4,0%	África do Sul 1.033,2
Japão	1,2	26,1%	30,1	2,4%	China 50,8
Taipei	38,0	3,1%	24,3	1,9%	Japão 30,1
Estados Unidos	37,9	3,1%	17,4	1,4%	Taipei 24,3
Moçambique	11,3	0,9%	16,9	1,3%	Estados Unidos 17,4
Índia	10,6	0,9%	16,2	1,3%	Moçambique 16,9
Botsuana	4,4	0,4%	11,3	0,9%	Índia 16,2
Itália	4,6	0,4%	9,7	0,8%	Botsuana 11,3
Reino Unido	8,5	0,7%	8,5	0,7%	Itália 9,7
...					Reino Unido 8,5
Brasil	2,69	0,2%	5,00	0,4%	
Subtotal	1.138,9	91,7%	1.223,3	96,3%	
Outros países	103,5	8,3%	46,7	3,7%	
Total	1.242,4	100,0%	1.270,0	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, January 2012.
(1) última posição disponível com dados reais

África do Sul representou 81% das importações de Suazilândia no ano de 2007, China foi o segundo mercado provedor. No ano de 2006, África do Sul permaneceu no ranking de principal país, seguido do Japão com 26%. O Brasil ocupou a 13ª posição em 2007, participando com 0,4% no total.

Descrição	2010	% no total
Açúcar	183,2	20,1%
Perfumaria	138,4	15,2%
Preps alimentícias diversas	95,4	10,5%
Vestuário de malha	58,6	6,4%
Combustíveis	48,8	5,4%
Vestuário exceto de malha	40,2	4,4%
Automóveis	34,9	3,8%
Máquinas mecânicas	33,5	3,7%
Máquinas elétricas	32,7	3,6%
Subtotal	665,6	73,2%
Outros produtos	244,2	26,8%
Total	909,7	100,0%

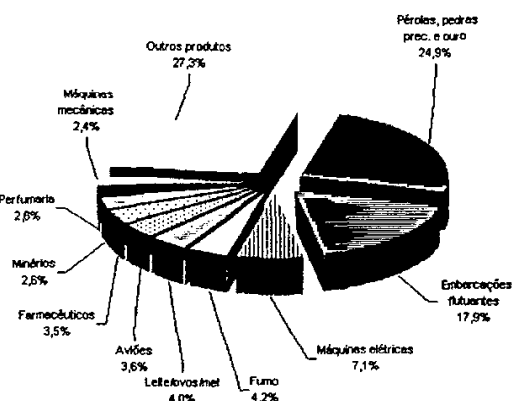


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap.

Açúcar é o principal item da pauta de exportação de Suazilândia, seguido de perfumaria representados pelos óleos essenciais (15%) que nos anos anteriores corresponderam pelo principal produto da pauta. Outros produtos também destacados em 2010 foram: preparações alimentícias diversas (11%), vestuário (11%); combustíveis (5%), automóveis (4%) e maquinárias (7%).

SUAZILÂNDIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES 2010 - US\$ Milhões

Descrição	2010	% no total
Pérolas, pedras prec. e ouro	110,2	24,9%
Embarcações flutuantes	79,5	17,9%
Máquinas elétricas	31,5	7,1%
Fumo	18,4	4,2%
Leite/ovos/mel	17,5	4,0%
Aviões	15,9	3,6%
Farmacêuticos	15,4	3,5%
Minérios	11,5	2,6%
Perfumaria	11,3	2,6%
Máquinas mecânicas	10,7	2,4%
Subtotal	321,9	72,7%
Outros produtos	121,1	27,3%
Total	442,9	100,0%



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap.

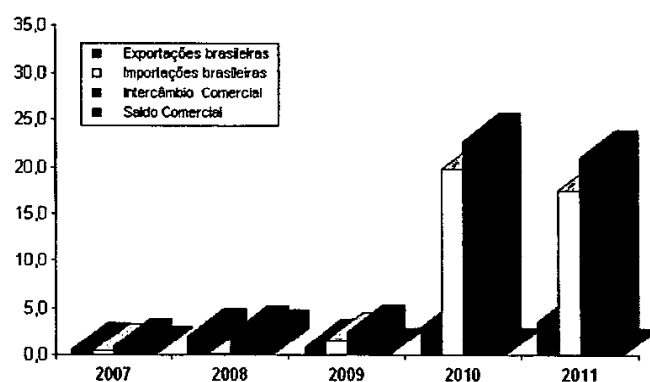
A pauta de importação de Suazilândia é bastante diversificada. O principal item da pauta em 2010 foram pérolas, pedras preciosas e ouro (25%), seguido de embarcações flutuantes (18%) e máquinas (9.4%).

BRASIL-SUAZILÂNDIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações brasileiras	0,5	2,1	0,9	3,0	3,6
Variação em relação ao ano anterior	71,9%	276,1%	-57,4%	241,4%	20,8%
Importações brasileiras	0,4	0,2	1,6	19,8	17,4
Variação em relação ao ano anterior	84,3%	-58,0%	776,4%	1166,7%	-12,0%
Intercâmbio Comercial	1,0	2,2	2,4	22,7	21,0
Variação em relação ao ano anterior	77,1%	129,9%	9,2%	834,6%	-7,7%
Saldo Comercial	0	2	-1	-17	-14

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Suazilândia foi o 146º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 2000%, passando de US\$1 milhão, para US\$ 21 milhões, sendo 560% nas exportações e 4000% nas importações.

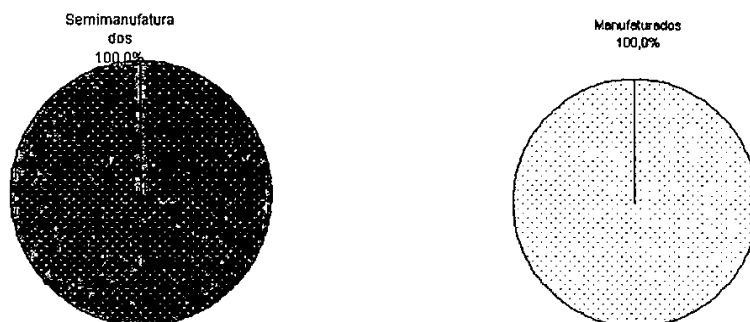


BRASIL-SUAZILÂNDIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Semimanufaturados	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Manufaturados	3,6	100,0%	17,4	100,0%
Total	3,6	100,0%	17,4	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para Suazilândia são compostas por produtos manufaturados, que representaram 100% das vendas em 2011. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram a totalidade da pauta em 2011, representados pelas máquinas elétricas e mecânicas.



BRASIL-SUAZILÂNDIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Exportações brasileiras para Suazilândia, 2011
			Valor	% no total	
Máquinas mecânicas	0,0	0,1	3,2	89,4%	
Químicos orgânicos	0,0	0,0	0,1	4,1%	
Obras de ferro	0,1	0,2	0,1	2,7%	
Açúcar	0,4	0,0	0,1	1,6%	
Cerâmicas	0,1	0,0	0,0	1,1%	
Subtotal	0,6	0,4	3,6	99,0%	
Outros produtos	0,3	2,6	0,0	1,0%	
Total	0,9	3,0	3,6	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SEC/EX/LEGUEP

Máquinas mecânicas representam 90% dos itens brasileiros exportados para Suazilândia, seguidos de químicos orgânicos, obras de ferro, açúcar e cerâmicas.

BRASIL-SUAZILÂNDIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

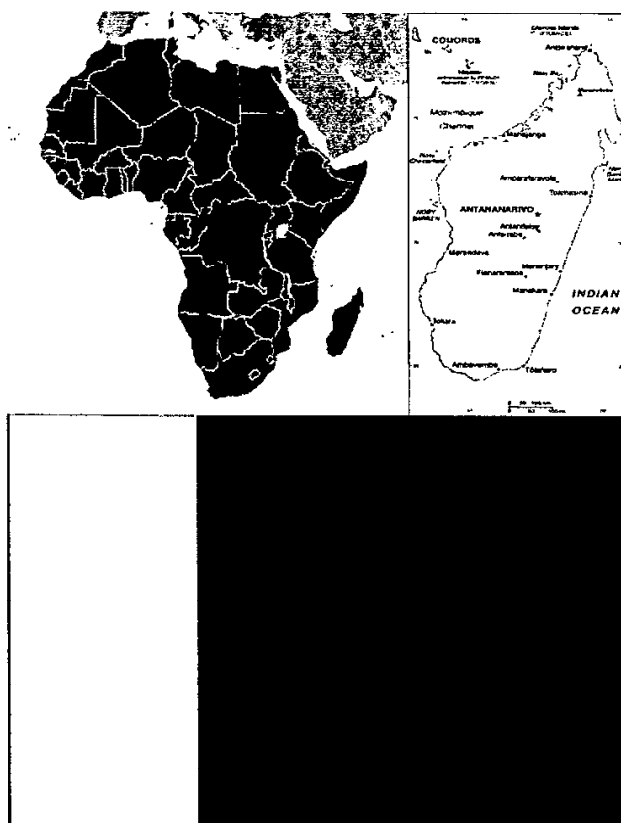
DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias de Suazilândia, 2011
			Valor	% no total	
Máquinas elétricas	0,6	18,0	16,6	95,3%	
Máquinas mecânicas	0,9	1,7	0,8	4,5%	
Subtotal	1,5	19,7	17,4	99,9%	
Outros produtos	0,1	0,1	0,0	0,1%	
Total	1,6	19,8	17,4	100,0%	

Elaborado pelo MFEDPS/DIC - Divisão de Intelecto Comercial com base em dados do SICOMEX/Alexisap

As importações brasileiras originárias de Suazilândia apresentaram alto grau de concentração de máquinas elétricas e mecânicas que representam a totalidade em 2011, assim como no ano de 2010 e em 2009.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS III
DEPARTAMENTO DA ÁFRICA
DIVISÃO DA ÁFRICA II**

REPÚBLICA DE MADAGASCAR



OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Março de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS.....	4
POLÍTICA INTERNA	6
POLÍTICA EXTERNA	12
ECONOMIA.....	13
RELAÇÕES BILATERAIS.....	17
RELAÇÕES COMERCIAIS.....	17
INVESTIMENTOS BRASILEIROS	18
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS.....	18
ASSISTÊNCIA CONSULAR	18
ANEXOS	19

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República de Madagascar
CAPITAL:	Antananarivo
ÁREA:	587.041 km ² (aproximadamente a área do Estado de Minas Gerais)
POPULAÇÃO (2011, PNUD):	21,3 milhões
IDIOMA:	Malgaxe e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Religiões tradicionais animistas, cristianismo e islamismo
SISTEMA POLÍTICO:	Semipresidencialismo
CHEFE DE ESTADO (DE FACTO)	Presidente Andry Rajoelina (desde mar/2009)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Jean Omer Beriziky (desde out/2011)
CHANCELER:	Pierrot Rajaonarivelo (desde nov/2011)
PIB real (2010, BM):	US\$ 8,7 bilhões (est.)
PIB PPP(2010, BM):	US\$ 20,0 bilhões (est.)
Variação do PIB (2010, BM):	1,6% (2010); -4,6 (2009); 7,1% (2008); 6,2% (2007)
PIB per capita (2010, BM):	US\$ 421,0 (est.)
PIB per capita PPP (2010, BM):	US\$ 969,0 (est.)
UNIDADE MONETÁRIA:	Ariary (USD 1 = MGA 2.235,0 em 19/01/2012)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (2011, PNUD):	64,5%
IDH (2011, PNUD):	0,480 (151º no mundo)
EXPECTATIVA DE VIDA (2011, PNUD):	66,7 anos
EMBAIXADOR DE MADAGASCAR PARA O BRASIL:	Narisoa Rajaonarivony (cumulativo com Washington)
EMBAIXADORA DESIGNADA DO BRASIL PARA MADAGASCAR:	Ligia Maria Scherer (indicação em processo de apreciação pelo Senado Federal)
COMUNIDADE BRASILEIRA	Não há registro de cidadãos brasileiros

INTECÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ mil, FOB) – Fonte: MDIC

Brasil → Madagascar	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	7.528,79	12.732,78	12.726,00	6.793,04	9.438,90	24.419,71	21.363,71	28.156,95	22.902,53
Exportações	7.358,20	12.520,76	12.583,20	6.548,36	9.234,65	24.074,40	21.186,71	27.954,42	21.901,27
Importações	170,59	212,02	142,80	244,67	204,25	345,30	176,99	202,53	1.001,2
Saldo	7.187,60	12.308,73	12.440,40	6.303,68	9.030,40	23.729,10	21.009,71	27.751,89	20.900,07

PERFIS BIOGRÁFICOS**Andry RAJOELINA*****Presidente interino***

Nascido em 30 de maio de 1974, em Antananarivo, Andry Rajoelina iniciou sua carreira como comunicador em rádio e televisão. Concorreu e venceu as eleições municipais de 2007, assumindo a prefeitura da capital do país.

Em janeiro de 2009, após ter seu canal de televisão fechado pelo Governo central sob alegações de “perturbação da paz e segurança”, Rajoelina passa a liderar a oposição contra o então Presidente Marc Ravalomanana. Em março de 2009, após a deposição de Ravalomanana pelas Forças Armadas, Rajoelina passa a exercer a Chefia de Estado interinamente enquanto cumpre a função de Presidente da Autoridade de Transição (HAT) até que tenham lugar novas eleições.

Jean Omer BERIZIKY**Primeiro-Ministro**

Nascido em 9 de setembro de 1950, na região Norte de Madagascar, Jean Omer Beriziky trabalhou como professor de História e diplomata, tendo exercido a função de Embaixador de Madagascar junto à União Europeia e à Bélgica entre 1995 e 2006.

Membro do partido LEADER-Fanilo (Liberalismo Econômico e Ação Democrática para a Reconstrução Nacional), de centro, foi nomeado, em 28 de outubro de 2011, Primeiro-Ministro do Governo transitório (HAT) liderado pelo Presidente Rajoelina.

Pierrot Jocelyn RAJAONARIVELO**Chanceler**

Nasceu em 1946, na Ilha de Sainte-Marie. Após ter exercido a função de Embaixador nos EUA entre 1989 e 1997, ocupou, até 2002, o cargo de Vice-Primeiro-Ministro no Governo do Presidente Didier Ratsiraka, além de ser eleito para o cargo de Secretário Nacional do partido AREMA (*Antokin'ny Revolisiona Malagasy*, em malgaxe).

Quando Ratsiraka perdeu a disputa presidencial para Marc Ravalomanana, em 2002, Rajaonarivelo seguiu para o exílio. Regressou a Madagascar em 2009, quando Andry Rajoelina assumiu a Presidência.

Em março de 2011, Rajaonarivelo assumiu o Ministério da Economia e da Indústria. Deixou a Pasta em novembro do mesmo ano para assumir o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

POLÍTICA INTERNA

A história escrita de Madagascar começou no século VII d. C., quando os árabes estabeleceram entrepostos comerciais ao longo da costa noroeste. O contato com os europeus começou no século XVI, quando o capitão português Diego Dias avistou a ilha, depois que seu navio se separou da flotilha que se dirigia à Índia. Ao final do século XVII, os franceses estabeleceram entrepostos comerciais ao longo da costa leste. De 1774 a 1824, a ilha foi frequentada por piratas, inclusive americanos, responsáveis pela introdução do arroz malgaxe para a Carolina do Sul.

A partir da década de 1790, líderes do grupo étnico dos merinas lograram estabelecer hegemonia sobre a maior parte da ilha, inclusive a costa. Em 1817, o governante dos merinas e o Governador britânico de Maurício concluíram um tratado abolindo o tráfico de escravos, que fora importante componente da economia malgaxe. Em troca, a ilha recebeu assistência militar e financeira. A influência britânica permaneceu forte por muitas décadas, durante as quais a elite merina foi convertida ao presbiterianismo, ao congregacionismo e ao anglicanismo.

Os britânicos aceitaram a imposição de um protetorado francês sobre Madagascar, em 1885, em troca do controle de Zanzibar (hoje parte da Tanzânia) e como parte de uma definição geral das esferas de influência na área. O controle absoluto da França sobre Madagascar foi obtido militarmente, em 1895-96, e a monarquia merina foi abolida.

Tropas malgaxes lutaram na França, no Marrocos e na Síria, durante a Primeira Guerra Mundial. Quando a França foi ocupada pelos alemães, o Governo de Vichy passou a administrar Madagascar. Em virtude de sua posição estratégica, tropas britânicas ocuparam a ilha em 1942, para evitar que fosse ocupada pelos japoneses. O Reino Unido entregou a ilha à França Livre em 1943.

Em 1947, uma revolta nacionalista foi suprimida, depois de vários meses de lutas intensas. Os franceses reformaram as instituições, em 1956, sob a Lei de Reforma de Ultramar, e Madagascar caminhou pacificamente em direção à independência. A República Malgaxe foi proclamada em 14 de outubro de 1958, como Estado autônomo dentro da Comunidade Francesa. Um período de Governo provisório encerrou-se com a adoção de uma constituição, em 1959, e independência completa obtida em 1960.

Em 1972, um golpe militar estabeleceu um regime coletivista e, três anos depois, o capitão Didier Ratsiraka tomou o poder, governando o país entre 1975 e 1993.

Pressões da oposição forçaram Ratsiraka a promover a abertura política. Como resultado, em 1992 foi aprovada uma nova Constituição e realizaram-se eleições presidenciais, vencidas pelo opositorista Albert Zafy. O novo Governo desregulamentou a economia e iniciou privatizações para cumprir exigências do Fundo Monetário Internacional. Nas eleições de 1996, o ex-ditador Ratsiraka venceu Zafy e assumiu o poder no ano seguinte.

Em março de 1998, um referendo popular decidiu pela transformação do país em federação, dividida em seis regiões autônomas, e ampliou o poder do presidente. Em maio do mesmo ano, eleições legislativas deram a vitória ao partido governista Associação pelo Renascimento de Madagascar (Arema).

O crescimento da oposição ao regime liderado por Ratsiraka concentrou-se em torno do então prefeito de Antananarivo, Marc Ravalomanana, do TIM (*Tiako-i-Madagasikara* – “Eu Amo Madagascar”). Em dezembro de 2001, ambos concorreram às eleições gerais.

O resultado da eleição presidencial foi controverso e ambos os candidatos reivindicaram a vitória. O Ministro do Interior declarou Ratsiraka vitorioso, mas seu opositor contestou os resultados. Seguiu-se uma crise política, com os partidários de Ratsiraka tendo bloqueado a estrada que ligava Toamasina, principal porto do país, à capital, principal bastião de Ravalomanana. Em abril de 2002, a Corte Constitucional confirmou o prefeito da capital como vencedor. Explosões esporádicas de violência e uma considerável desorganização da atividade econômica continuaram até julho de 2002, quando Ratsiraka e vários de seus seguidores, sem apoio internacional (França e os EUA acabaram reconhecendo o governo do candidato do TIM), fugiram do país e exilaram-se na França. Além das diferenças políticas, questões étnicas desempenharam papel importante na crise e continuam a influenciar a política até hoje. Ratsiraka pertence à etnia *Betsimisaraka* e Ravalomanana é *Merina*.

Após o final da crise política de 2002, o Presidente Ravalomanana começou seu projeto de reformas econômicas, pelo qual pregava o "desenvolvimento rápido e duradouro" do país, e o lançamento da campanha de luta contra a corrupção. As eleições legislativas de dezembro de 2002 deram a seu partido a maioria absoluta na Assembleia Nacional. As eleições municipais de novembro de 2003 foram consideradas livres, novamente com ampla vitória do partido governista, mas também com a eleição de um número significativo de candidatos independentes ou de oposição regional. Passada a crise, o Presidente decidiu substituir os governadores provinciais com a nomeação de PDEs (Presidentes das Delegações Especiais). A legislação que se seguiu estabeleceu uma estrutura de 22 regiões para descentralizar a administração. Em setembro de 2004, o governo nomeou 22 Chefes Regionais, que se reportam diretamente ao Presidente, para a implementação dos planos de descentralização.

Em 2006, Ravalomanana reelegeu-se em primeiro turno para novo mandato de 5 anos, o que representou a continuidade parcial do seu projeto político. Ravalomanana manteve apenas 7 dos vinte Ministros, entre os quais o Chanceler Ranjeva, mas os 13 novos eram técnicos de sua confiança, não tendo sido feitas quaisquer concessões políticas à oposição. A Corte Constitucional rejeitou 19 pedidos de impugnação do pleito e confirmou o resultado. Ravalomanana anunciou uma agenda imediata para os primeiros cem dias de mandato, baseada em um tripé: abertura política; ampliação da ajuda econômica prestada por doadores, no contexto da implantação do Plano de Ação de Madagascar; e a adoção de medidas para estimular o crescimento econômico. Com uma oposição extremamente dividida, a campanha ocorreu em clima de relativa tranquilidade.

No primeiro semestre de 2007 foi concluída uma reforma constitucional. O Comitê Preparatório dos textos da revisão submeteu ao Presidente duas versões: uma com a supressão do Senado e outra sem esse dispositivo. As principais alterações no texto foram: o aumento dos poderes do Chefe de Estado (o direito de legislar por meio de medidas provisórias em caso de “urgência” ou de “catástrofe” e o de exercer maior controle sobre o judiciário, por passar a presidir o Conselho Superior da Magistratura); a supressão das seis províncias autônomas; a retirada dos princípios da laicidade do Estado, do humanismo e da ecologia do preâmbulo da Carta; a inclusão do inglês como idioma oficial; a modificação do direito de greve para incluir o princípio da continuidade do serviço público e das necessidades fundamentais e de segurança da nação; a afirmação, para a aceitação de candidatura presidencial, da exigência de nacionalidade malgaxe, por parte de pai e mãe, bem como de moradia no país por pelo menos seis meses antes da apresentação oficial da candidatura (“emenda Ratsiraka”); a ausência dos parlamentares nas sessões legislativas passaram a ser punidas com o não-pagamento dos jetons; a redução do mandato dos senadores para 5 anos; e a perda da imunidade dos parlamentares em matéria criminal.

A reforma foi submetida a referendo em 4 de abril e aprovada por 75% dos votos válidos. Cabe ressaltar, contudo, que a participação do eleitorado foi baixa (43,72%), afetada também pelas fortes chuvas que caíram na maior parte do país no dia da votação. A maioria dos partidos da oposição boicotou o referendo. A nova Carta foi sancionada pelo Presidente Marc Ravalomanana em 27 de abril de 2007.

A atual crise política

Nova crise política teve início em janeiro de 2009, quando a oposição, liderada pelo prefeito da capital Antananarivo, Andry Rajoelina, lançou uma série de grandes manifestações e uma greve geral dirigidas contra o Governo do Presidente Marc Ravalomanana.

Antananarivo foi tomada por saques, incêndios e pânico, os quais, em seguida, se espalharam pelo país. Instalou-se sério impasse, que culminou com intervenção das Forças Armadas e a “renúncia” forçada do Presidente Marc Ravalomanana, que buscou refúgio na África do Sul. O poder foi passado a Rajoelina como chefe de uma “Autoridade Nacional de Transição” (HAT), ato convalidado pelo Parlamento e pela Corte Constitucional.

O novo Governo malgaxe, porém, não foi reconhecido internacionalmente, tendo o país sido suspenso da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Africana. Iniciou-se, então, longo período marcado por uma sucessão de tentativas de mediação internacional e nacional entre Rajoelina e seus principais opositores – os três ex-Presidentes Marc Ravalomanana, Didier Ratsiraka e Albert Zafy.

O ex-Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, foi nomeado mediador em nome da SADC. Em agosto, a mediação da SADC levou à assinatura, em Maputo, de acordo básico sobre a transição política, prevista para durar o tempo máximo de 15 meses, ao final do qual seriam realizadas eleições presidenciais e

legislativas, "sob supervisão internacional", que conduziriam ao restabelecimento do Estado de direito no país.

Durante a segunda rodada de negociações para a solução da crise política malgaxe, no entanto, a equipe de mediação não logrou obter consenso entre os quatro movimentos políticos sobre a divisão dos principais cargos do futuro governo de transição. Em setembro, Rajoelina formou, unilateralmente, governo de transição.

Novos esforços em busca de uma solução consensual para a partilha de poder foram conduzidos pelo Grupo Internacional de Contato (GIC, formado por ONU, União Africana e Organização Internacional da Francofonia), em reuniões em Antananarivo (outubro) e em Adis Abeba (novembro).

Em Adis Abeba, foi assinado Ato Aditivo ao Acordo de Maputo, consagrando o princípio da divisão igualitária dos cargos e pastas, aceito por Rajoelina, em contrapartida à confirmação de seu nome como Presidente da Transição. Significativamente, o documento firmado em Adis Abeba apenas distribuiu os cargos de modo quantitativo e não determinou a qual grupo caberia cada pasta ministerial.

A exemplo de iniciativas anteriores, os entendimentos alcançados em Adis Abeba não prosperaram. Atos públicos de Rajoelina demonstravam a sedimentação da tomada unilateral de poder. O Acordo de Maputo foi formalmente revogado em 18/12/09 pela HAT, ocasião em que se publicou decreto de reorganização da "Transição para a Quarta República".

O impasse no país comprometeu sua participação no âmbito das Nações Unidas. As delegações de Zâmbia e Tanzânia, em nome do grupo africano, solicitaram a rejeição das credenciais da delegação de Madagascar, pedido corroborado pela delegação da África do Sul, sob a justificativa de que os Acordos de Maputo e Adis Abeba não haviam sido implementados. Em 22/12/2009, o plenário da AGNU aprovou o relatório do Comitê de Credenciais que adiou a consideração das credenciais de Madagascar.

A condenação da comunidade internacional diante do não cumprimento dos Acordos manteve-se visível. O Presidente da Comissão da UA, Jean Ping, em visita a Antananarivo em janeiro/2010, manifestou insatisfação quanto às medidas unilaterais do governo Rajoelina. Cúpula da SADC rejeitou a convocação de eleições para março daquele ano, bem como a adoção de qualquer medida que contrariasse as determinações do Acordo de Maputo e seu Ato Aditivo. A União Africana, a SADC e o GIC agiram em coesão, não reconhecendo o governo da HAT sob alegações de que não cumpria as determinações dos Acordos.

Em fevereiro de 2010, passaram-se a observar fissuras na base de sustentação do HAT, especialmente no processo de escolha dos candidatos para as eleições, tidas como inaceitáveis pelo Parlamento Europeu e pelos EUA em função de contrariarem os Acordos de Maputo. Em 19/02/2010, a Comissão para a Paz e Segurança da UA deu prazo até 16/3 para que o governo de fato tomasse medidas claras para garantir a plena conformidade com os acordos de Maputo e Adis Abeba, e a soma da pressão internacional ao desgaste interno pareciam estar surtindo algum efeito.

Em 28/04/2010, mediadores lograram reunir Andry Rajoelina, Marc Ravalomanana, Didier Ratsiraka e Albert Zafy em Pretória, em evento conhecido como "reunião da última chance", no qual teria sido apresentada proposta redigida pela França, prevendo a criação de um parlamento. Diante de continuado impasse e da manutenção da intransigência de Rajoelina no retorno a Madagascar, as Forças Armadas malgaxes deram ao Presidente *de facto* um ultimato, exigindo uma saída para a crise até o final de abril, incluindo data para realização de eleição com reconhecimento internacional. A despeito de não ser definida consequência concreta para o não-cumprimento das exigências, os militares conseguiram que Rajoelina se comprometesse a considerar os resultados de Pretória na gestão da transição.

No plano internacional, a UA impôs proibição a quaisquer viagens a seus países aos indivíduos das instituições envolvidas no Governo *de facto*. Bruxelas, por sua vez, decidiu suspender o apoio orçamentário, à exceção da assistência humanitária, contribuindo para a piora da situação econômica já deteriorada do país.

Em 26/06/2010, no aniversário de 50 anos da independência de Madagascar, a crise política ainda não havia sido solucionada. O Governo *de facto* seguia mostrando-se pouco disposto a acatar as iniciativas propostas pela mediação internacional. O governo da HAT persistia em levar Marc Ravalomanana a julgamento no país, o que impediria que o Presidente deposto participasse das eleições. Rajoelina, por sua vez, surpreendeu, ao declarar em discurso televisivo, que tampouco seria candidato.

Em 30/08/2010, o presidente deposto Marc Ravalomanana foi condenado à revelia à prisão perpétua e a trabalhos forçados, pela sua alegada responsabilidade em "massacre" ocorrido em 7 de fevereiro de 2009. O governo *de facto* alegou que Ravalomanana evadira-se de enfrentar a justiça em seu próprio país, o que daria plena legitimidade ao julgamento *in absentia*. Por um lado, não havia perspectiva de que a sentença pudesse ser executada, tendo em vista que o governo da África do Sul, onde Ravalomanana se encontrava, não tencionava colaborar com governo sem reconhecimento internacional. Por outro lado, a condenação prejudicou ainda mais o ambiente para a negociação entre as partes e, portanto, para a solução da crise.

Em 17/11/2010, a "Constituição da 4ª República" foi aprovada em referendo por 70,7% dos votantes. O texto incluiu previsão da diminuição da idade mínima para o exercício do cargo de Presidente de 40 para 35 anos, viabilizando eventual candidatura de Rajoelina, então com 36 anos, nas eleições previstas para maio de 2011.

No mesmo dia do referendo, grupo de oficiais liderados pelo General Noel Rakotonandrasana (que também liderou o golpe contra Ravalomanana) amotinou-se na Base Aérea de Ivato, declarando que "havam suspendido as instituições estabelecidas" e criando "uma comissão militar para gerir os negócios do país". Não lograram, contudo, angariar apoio, nem conseguiram prejudicar o referendo. Os amotinados ofereceram resistência, mas acabaram se entregando no dia 20/11/2010, sem que tenha havido feridos ou danos materiais. De todo modo, o episódio evidenciou fissuras existentes nas Forças Armadas malgaxes.

No plano internacional, a Comunidade Francófona, os EUA, a UE e a SADC apontaram para a falta de legitimidade do referendo, que não haveria contado

com a participação de todos os atores políticos, e se recusam a enviar observadores para as eleições programadas.

Apesar da tendência a enraizar-se como governo efetivo e angariar reconhecimento de fato, o regime de Rajoelina não dava mostras, ainda, de força para romper o impasse político e implementar agenda construtiva. Em contexto de incerteza, as eleições legislativas marcadas para março de 2011 foram adiadas *sine die* (sob a justificativa de que a atual Constituição proíbe a realização de eleições em tempo de chuva e furacões). O Governo da HAT seguia apresentando o referendo constitucional de novembro como evidência de legitimidade e desconsiderava qualquer proposta "inclusiva", que implicasse negociação com a oposição.

Em junho de 2011, Cúpula Extraordinária da SADC emitiu recomendação no sentido de alterar o "Mapa do Caminho" estabelecido pelo Acordo de Maputo, segundo a qual as Autoridades de Transição se comprometeriam com a criação, com a brevidade possível, das condições necessárias para o retorno ao país de cidadãos malgaxes em exílio por razões políticas, inclusive o Presidente deposto, Marc Ravalomanana. O Conselho de Governo de Madagascar acatou a recomendação e emitiu comunicado que não indica possíveis datas para a realização de eleições, limitando-se a "reiterar que cabe a Madagascar, nação soberana, determinar seu calendário eleitoral". Missão da troika do Órgão da SADC sobre Cooperação em Assuntos Políticos, de Defesa e Segurança, ocorrida em Antananarivo entre os últimos dias 11 e 17 de setembro de 2011, viabilizou a assinatura, em 17/09/2011, do novo 'Mapa', no qual os grupos políticos malgaxes se comprometeram com a restauração da ordem constitucional no país, mediante a organização de eleições e o fim do exílio de Ravalomanana.

A partir do novo 'Mapa do caminho', avanços no restabelecimento da ordem política em Madagascar puderam ser observados. Em comunicado emitido em Reunião em dezembro de 2011, o Conselho de Paz e de Segurança da UA (CPSUA) felicitou as partes malgaxes pelos avanços nas negociações para encerrar a crise política no país. Mencionou-se a possibilidade de reintegrar Madagascar à UA e o MNE malgaxe confirmou intenção de realizar eleições no primeiro semestre de 2012. A designação consensual, de Jean Omer Beriziky, como Primeiro-Ministro; a formação do Governo de União Nacional; o retorno do ex-Presidente Didier Ratsiraka ao país e o estabelecimento de um Congresso de Transição e de Alto Conselho de Transição também sinalizaram para uma evolução positiva do contexto político nacional.

Em 21 de janeiro de 2012, porém, o Presidente deposto Marc Ravalomanana foi impedido de entrar em Madagascar, frustrando as expectativas otimistas que derivaram do acordo de setembro de 2011. Manifestantes pró-Ravalomanana, que esperavam o regresso do Presidente deposto no aeroporto de Antananarivo, teriam sido duramente reprimidos por forças policiais. O incidente do último é sintomático das dificuldades e desafios que persistem e que tornam incertas as perspectivas de reconciliação entre as diferentes facções políticas. Continua dessa forma adiada a implementação do acordado em setembro de 2011.

POLÍTICA EXTERNA

A partir de 1997, o processo de globalização encorajou o governo do Presidente Didier Ratsiraka a aderir a políticas econômicas liberais e a procurar uma inserção nos mercados mundiais. O relacionamento externo refletiu essa tendência, embora o isolamento físico de Madagascar e sua tradicional orientação insular limitaram suas atividades no âmbito das organizações econômicas regionais e nas relações com seus vizinhos da África Oriental.

Madagascar, historicamente percebida como estando à margem dos principais temas africanos, retornou à União Africana em julho de 2003, depois de um hiato de 14 meses, causado pela crise política de 2002. Desde a independência, o país goza de estreitas relações com seus vizinhos (Maurício, Reunião, Seicheles e Comores), além de sempre ter sido bastante ativo no organismo regional, a Comissão do Oceano Índico. As relações com a França (seu principal parceiro, tanto político quanto econômico), Alemanha, Reino Unido e Suíça, bem como com a Rússia, Japão, Índia e China, também se caracterizam pela intensidade.

A política externa do governo do Presidente Marc Ravalomanana buscou reforçar as relações com os países interessados em ajudar no desenvolvimento de Madagascar, em especial os Estados Unidos (o país chegou a ser um dos maiores recipientes da "*Millenium Challenge Account*"). Procurou, igualmente, fortalecer as relações com países anglófonos, especialmente com a África do Sul, como meio de contrarrestar a tradicionalmente forte influência francesa. Em agosto de 2005, o país tornou-se oficialmente o 14º membro pleno da SADC.

O advento da crise política de 2009 alterou os rumos da política externa malgaxe. Em 25 de setembro daquele ano, o plenário da Assembleia Geral da ONU impediu a intervenção, no Debate-Geral, do autoproclamado "Presidente da Alta Autoridade Transição" de Madagascar, Andry Rajoelina, com base em questão de ordem levantada pelo Chanceler da República Democrática do Congo, em nome dos países SADC e da União de Comoros. A cassação da palavra de Rajoelina representou êxito para a estratégia da SADC de pressionar o Governo *de facto* a honrar os compromissos assumidos nos acordos de Maputo e garantir o estabelecimento de um governo de união nacional.

A União Africana e, sobretudo, a SADC tem participado ativamente das negociações com vistas à normalização da política interna em Madagascar. (ver item "Política interna/A atual crise política")

ECONOMIA

Conjuntura econômico-comercial

No ano passado, o PIB do país cresceu cerca de 1%, somando US\$ 9,86 bilhões. Estimativas apontam crescimento médio real em torno de 4% ao ano, no biênio 2012-2013. A renda per capita do país, segundo dados do Banco Mundial, é baixa, cerca de US\$ 500,00 e a expectativa de vida é de 66 anos.

A economia do país é baseada na agricultura, na criação de gado e na pesca. O setor agrícola ocupa aproximadamente 70% da força de trabalho da ilha e a agricultura carece de ganhos de competitividade e de escala em diversos setores. Os principais produtos agrícolas são arroz e café, seguidos por outras culturas menos relevantes: cana-de-açúcar, mandioca e banana. No entanto, com população estimada em cerca de 21,3 milhões de habitantes, Madagascar não é autossuficiente na produção de alimentos, dependendo de importações para abastecer o mercado local.

O país é dependente de doações externas. Antes do desencadeamento da crise política, no início de 2009, por volta da metade das receitas governamentais provinham dessa fonte de recursos, reduzidas ou mesmo interrompidas pela crise institucional em Madagascar. O acesso privilegiado de mercadorias malgaxes a alguns mercados, como é o caso dos Estados Unidos, foi igualmente prejudicado. Esse quadro aumenta os riscos de insegurança alimentar, motivo pelo qual o governo prevê, no orçamento de 2012, maiores estímulos à agricultura local.

O turismo internacional vem ganhando importância econômica. Em 2011, segundo estimativa da *"The Economist Intelligence Unit"* (EIU), cerca de 210 mil turistas estrangeiros visitaram Madagascar.

Na indústria de mineração merecem destaque as reservas de níquel, titânio e cobalto. Projetos de extração industrial de níquel refinado e de cobalto deverão entrar em fase operacional ainda no biênio 2012-2013, na Mina Ambatovy. A produção estimada de níquel é de 60 mil toneladas/ano e a de cobalto de seis mil toneladas/ano. Estão em andamento prospecções de petróleo e de gás.

A inflação tem-se mantido, nos últimos cinco anos, em torno de 9%, com viés de baixa a partir do ano passado, cuja estimativa é de que tenha encerrado em 7,8%, de acordo com a EIU. Não há estatísticas consistentes sobre o nível de desemprego do país. Esforços arrecadatórios têm contribuído para melhorar a situação fiscal do país tem melhorado. Desse modo, o Governo espera fechar 2012 com pequeno déficit (cerca de -0,5% do PIB), seguido, em 2013, por superávit da ordem de 2% do PIB.

No âmbito do comércio exterior, as exportações do país são limitadas, registrando, em 2010, a cifra de US\$ 1,1 bilhão. No último quinquênio, as vendas externas do país mantiveram-se praticamente estagnadas. No período compreendido entre janeiro e agosto de 2011, últimos dados disponíveis, as exportações limitaram-se a US\$ 847 milhões. Registre-se que, recentemente, as exportações, sobretudo de têxteis, têm sido prejudicadas por conta da perda de privilégios de acesso de produtos malgaxes ao mercado estadunidense, no âmbito do AGOA - African Growth and

Opportunity Act, em vista das repercussões da crise política interna. Os principais destinos, em 2010, para os produtos malgaxes foram França (27%); Estados Unidos (9,4%); China (8,7%); Países Baixos (6,6%) e Alemanha (5,7%); e os principais produtos da pauta ofertada foram artigos de vestuário (27,9%); máquinas mecânicas (7,0%); peixes e crustáceos (7,0%); minérios (6,3%); café (6,3%).

As importações totais do país poderão exibir alguma tendência de crescimento, tendo em vista as necessidades de aquisição de bens de capital, por conta dos projetos no setor mineral. Em 2010, as importações malgaxes somaram US\$ 2,8 bilhões. Naquele ano, os principais fornecedores de Madagascar foram China (15,4% do total); França (12,0%); África do Sul (6,8%); Bareine (4,8%); Estados Unidos (4,5%). Prevaleram as compras de máquinas e aparelhos mecânicos (15,6%), combustíveis e lubrificantes (15,2%), produtos da cadeia têxtil (11,0%), máquinas elétricas (7,8%), obras de ferro e aço (6,0%).

A balança comercial do país é fortemente deficitária, em média (-)18% do PIB. Em 2010, o saldo negativo das transações comerciais malgaxes foi de US\$ 1,7 bilhão. Dados preliminares relativos ao período de janeiro a agosto de 2011 indicam que o déficit contabilizado foi da ordem de US\$ 1,2 bilhão.

Agricultura

A agricultura garante a subsistência da maioria dos malgaxes e contribuiu com 26,8% do PIB em 2007. Cerca de metade das terras em Madagascar são cultiváveis, mas apenas 5% são utilizadas e a produtividade é baixa devido à falta de irrigação. A comercialização dos produtos é prejudicada pelas dificuldades de transporte e pela falta de acesso a crédito agrícola. Ciclones e inundações periódicos afetam a produção nas áreas do norte e leste do país, enquanto que as secas afetam o sul. O alimento de base é arroz, que constitui 70% da produção agrícola e cujo cultivo predomina na região de Alaotra, ao sul. Esforços para alcançar a autosuficiência vem sendo prejudicados pela utilização de técnicas de cultivo tradicional e pouco uso de insumos.

Energia

O setor petrolífero de Madagascar passa por processo de grande expansão, devido às reservas descobertas na última década. O país tem tentado atrair, nos últimos anos, investidores estrangeiros dispostos a investir em seus blocos *on-shore* e *off-shore*, contudo, a instabilidade política e as incertezas acerca da viabilidade econômica dos blocos petrolíferos têm afastado potenciais investidores. De concreto, foi acordada a aquisição, pela empresa francesa Total, de 60% do projeto de areias betuminosas em Bemolanga, com estimativa de extração de 10 bilhões de barris de petróleo. A empresa pretende realizar perfurações no valor total de USD 170 milhões.

Na expectativa do sucesso da prospecção petrolífera, o Governo de Madagascar revisou as atribuições do OMNIS, o Escritório de Minas Nacionais e de

Indústrias Estratégicas, criando a companhia nacional de petróleo de Madagascar, a qual atua em parceria com as empresas estrangeiras na prospecção e produção de petróleo em Madagascar. O OMNIS passou a atuar como agência reguladora, supervisionando os contratos.

Com o início da produção de petróleo, ganhou importância a cooperação do país com a Noruega. Madagascar recebe, desde 2005, assistência técnica da Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD), por meio do Programa “Petróleo para o Desenvolvimento”. O Programa busca auxiliar na organização dos setores de petróleo e gás do país, com o intuito de fortalecer as instituições governamentais relacionadas à exploração de hidrocarbonetos.

Madagascar não possui reservas de gás natural nem tampouco faz uso desse recurso em sua matriz energética.

Ao longo dos últimos anos, Madagascar tem desenvolvido diversas iniciativas para a produção de bioenergia, tanto em parceria com organizações internacionais (PNUD) e ONGs (WWF) quanto por projetos de empresas estrangeiras. No que se refere aos biocombustíveis, foi concedida, em dezembro de 2007, a primeira licença ambiental para a construção de usina de produção de etanol a partir da cana-de-açúcar, em projeto da empresa "Jason World Energy".

Com vistas a superar a dependência da importação de petróleo, há expectativa, por parte do Governo malgaxe, de que o País se torne importante produtor de energia renovável, no quadro de suas políticas de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, em 2009 o Estado malgaxe anunciou sua intenção de estabelecer programa para disseminar a produção, distribuição e utilização do etanol como combustível. Para tanto, o Ministério do Meio-Ambiente, Florestas e Turismo (MEFT) iniciou estudo de impacto ambiental de projetos alcooleiros de grande escala nas localidades de Vatomandry e Ambositra, tradicionais produtoras de rum.

A produção voltada para biocombustíveis se concentra nas plantações de *jatropha* (pinhão-mansão), planta especialmente adaptada às condições locais devido à sua capacidade de se desenvolver em áreas consideradas impróprias para o cultivo agrícola. Em fins de 2009, a empresa italiana Tozzi Renewable Energy (TRE), deu início ao empreendimento "Madagascar Jatropha Project", com investimento previsto de USD 300 milhões na plantação de mais de 100 mil hectares de *jatropha*, com vistas à produção de biodiesel. A TRE é a terceira empresa a entrar no ramo do pinhão-mansão na região de Atsimo Andrefana, juntando-se à GEM (Green Energy Madagascar) e à MMR (Madagascar Minerals Ressources). A título de comparação, a empresa australiana Green Energy Madagascar (GEM) assegurou o direito de uso sobre cerca de 490 mil hectares em Madagascar, onde tem desenvolvido grandes plantações de *jatropha* para a produção de biodiesel.

Investimentos Estrangeiros Diretos em Madagascar

De acordo com a UNCTAD, os ingressos anuais de Investimento Estrangeiro Direto (IED) em Madagascar atingiram valor recorde de US\$ 1,1 bilhão

em 2008. Esses investimentos apresentaram queda expressiva em 2009 e 2010, encerrando o último ano em US\$ 860 milhões.

A queda nos influxos de IED poderia ser explicada, em parte, pelos efeitos da crise econômica mundial. De acordo com o portal *African Economic Outlook*, essa situação é agravada pela crise política pela qual o país está passando desde 2009. Os investidores estrangeiros teriam preocupações quanto à validade legal dos contratos e concessões assinadas com o atual governo, bem como quanto à possível revisão dos contratos assinados com o governo anterior.

Por razões históricas, a França é o principal investidor em Madagascar. Merecem destaque também as Ilhas Maurício, China e os EUA como grandes investidores no país. A UNCTAD estimou o estoque de IED em Madagascar em US\$ 4,4 bilhões no ano de 2010.

Oportunidades para Investimentos Estrangeiros em Madagascar

O Governo de Madagascar simplificou os procedimentos para estabelecer e conduzir negócios no país, com a finalidade específica de encorajar investidores estrangeiros. O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Madagascar considera que os setores com maior potencial para atração de investimentos estrangeiros são turismo, *agrobusiness*, mineração, indústria elétrica, infraestrutura e tecnologias da informação e comunicação.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Madagascar foram estabelecidas oficialmente em 7 de outubro de 1996. Desde então, o Brasil mantém Embaixada cumulativa com a Missão em Maputo. Há boas possibilidades de intensificação das relações bilaterais.

Em virtude do comparecimento de representante brasileiro à Conferência de Solidariedade (abril de 2008), durante a qual foi apresentada a situação de Madagascar após ser atingida pelo ciclone Ivan, a Missão do Brasil em Adis Abeba recebeu a visita de agradecimento do Embaixador malgaxe acreditado junto a Etiópia. Naquela ocasião, o diplomata comunicou o interesse no estabelecimento de cooperação bilateral, tendo identificado as seguintes áreas como prioritárias: 1) a transferência de tecnologias disponíveis no campo das energias renováveis, tendo em vista a total dependência daquele país da importação de petróleo e 2) integração do território de Madagascar ao acesso das imagens de sensoriamento remoto emitidas pelo satélite CBERS III, com vistas, sobretudo, ao monitoramento e prevenção de ciclones. As solicitações foram formalizadas por nota verbal.

A primeira atividade de cooperação técnica bilateral Brasil-Madagascar teve lugar entre 13 e 29 de setembro de 2008, no âmbito da parceria ABC/ JICA (Programa JBPP). Delegação de seis profissionais de saúde malgaxes participaram de curso de treinamento em saúde materno-infantil no Brasil, com vistas à melhoria dos serviços de saúde materno infantil e neonatal em Madagascar. O curso incluiu visitas e treinamento no Hospital Sofia Feldman, em Belo Horizonte (MG), além de maternidades em Caruaru (PE) e em São Sebastião (DF).

Em julho de 2009, representante de Madagascar, Eric Beantanana, esteve presente no Seminário de Alto Nível sobre o Papel dos Investimentos Públicos na Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social, realizado no Rio de Janeiro.

Novamente no âmbito do Programa de Parceria Brasil-Japão (JBPP), técnicos malgaxes da área de saúde visitaram, em Belo Horizonte, entre 10 e 31 de outubro de 2009, o Hospital Sofia Feldman, referência em saúde materno-infantil, com o objetivo de melhorar o atendimento nessa área, em Madagascar.

Relações comerciais

Em 2011, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 22,9 milhões, retração de 18,7% em relação ao ano anterior. Madagascar é o 34º parceiro comercial do brasileiro no continente africano. O fluxo comercial é majoritariamente composto por exportações brasileiras do Brasil, que importa muito pouco do país africano.

As exportações brasileiras para Madagascar sofreram retração de 21,7% no ano passado, limitando-se a US\$ 21,9 milhões, equivalentes a 0,18% das vendas do País para a África.

Esse quadro contrasta com a evolução das exportações brasileiras para a África que, em 2011, aumentaram 31,9%. Na pauta de exportações do Brasil, prevalecem produtos manufaturados, que, em 2011, corresponderam a 81% do total.

Os principais produtos da pauta em 2011 foram: açúcar (81%); carnes (9,8%); óleos vegetais (7,9%); veículos automotores (0,9%). Tendo em vista a concentração da pauta em açúcar, a queda no fluxo total de exportações foi causada pela redução das vendas desse produto entre 2010 e 2011, de US\$ 25,5 milhões para 16,8 milhões.

As importações brasileiras originárias de Madagascar, em 2011, foram de US\$ 1,0 milhão, sendo os principais itens demandados pelo Brasil: minérios (47,4%); instrumentos de precisão (23,3%); máquinas e aparelhos elétricos (9,7%).

Em suma, no ano passado, a balança comercial bilateral foi superavitária para o Brasil em US\$ 20,9 milhões, repetindo 23 anos de saldo favorável para o lado brasileiro.

Investimentos brasileiros

O Banco Central do Brasil não possui registro de investimentos brasileiros em Madagascar. Não há, tampouco, registro de capitais oriundos de Madagascar no Brasil.

O presidente Ravalomanana demonstrava interesse, desde 2005, de estreitar os vínculos com o Brasil, em especial na área do desenvolvimento econômico, incluindo agro-indústria (complexos soja e sucroalcooleiro e biodiesel) e mineração, aí incluindo o setor petrolífero. A Petrobras, antes reticente a entrar no país, já deu indicações de interessar-se na pesquisa de petróleo em Madagascar.

Haveria espaço para as construtoras brasileiras no país, em particular no programa de recuperação da malha viária e do interesse na construção de hidrelétricas.

Atos bilaterais

Até o momento, não há atos bilaterais assinados entre o Brasil e Madagascar.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há créditos de Madagascar sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

Assistência consular

Não há registros de cidadãos brasileiros em Madagascar. O Setor Consular da Embaixada em Maputo, Moçambique, detém a jurisdição consular brasileira para o país.

ANEXOS

Cronologia Histórica de Madagascar

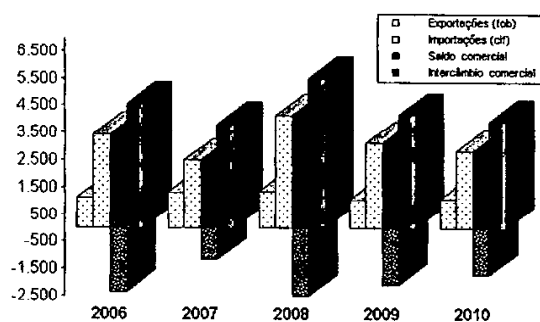
Década de 1880 a 1905: a França consolida seu domínio sobre Madagascar.
1910-20: Cresce o nacionalismo malgaxe.
1946: Madagascar se torna Território Ultramarino.
26/06/1960: Independência. Philibert Tsiranana presidente.
Junho de 1975: O Comandante Didier Ratsiraka é nomeado chefe de Estado após golpe. O país é renomeada República Democrática de Madagascar e Ratsiraka é eleito Presidente.
1992: Sob pressão popular, Ratsiraka introduz reformas democráticas. Nova Constituição é aprovada por referendo.
1993: Albert Zafy eleito Presidente.
1996: Impedimento de Zafy. Ratsiraka retorna à Presidência.
Maio de 2001: Senado volta a funcionar depois de 29 anos.
Dezembro de 2001: Após o primeiro turno das eleições, o candidato da oposição, Marc Ravalomanana, proclama sua vitória e afirma não haver necessidade de segundo turno.
Fevereiro de 2002: Ravalomanana declara-se presidente. Ratsiraka não admite derrota.
Abril de 2002: A Corte Constitucional declara Ravalomanana vitorioso nas eleições de dezembro, após recontagem dos votos. Ratsiraka não acata decisão judicial.
Julho de 2002: Ratsiraka exila-se na França, terminando o impasse político.
Dezembro de 2002: O partido de Ravalomanana consegue maioria parlamentar.
Outubro de 2004: O BM e o FMI cancelam cerca de metade da dívida de Madagascar (US\$ 2 bilhões).
Dezembro de 2006: Marc Ravalomanana reelege-se presidente.
Julho de 2007: O Presidente Ravalomanana dissolve o Parlamento.
Novembro de 2007: Projeto de mineração de níquel em Tamatave, estimado em US\$ 3,3 bilhões. A mina é considerada a maior do mundo.
Março 2009: Deposição de Ravalomanana pelas Forças Armadas. Rajoelina passa a exercer a Chefia de Estado enquanto cumpre a função de Presidente da Autoridade de Transição (HAT).

Indicadores Econômicos e Comerciais

MADAGASCAR: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Exportações (fob)	1.116	1.320	1.348	1.053	1.100	847
Importações (cif)	3.451	2.492	4.144	3.127	2.824	2.090
Saldo comercial	-2.335	-1.172	-2.795	-2.075	-1.724	-1.243
Intercâmbio comercial	4.566	3.812	5.492	4.180	3.924	2.937

Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012



O comércio exterior de Madagascar apresentou, em 2010, decréscimo de 14% relação ao ano de 2006, passando de US\$ 4,5 bilhões para US\$ 2,9 bilhões. No ranking do FMI, Madagascar figurou como o 149º mercado mundial, sendo o 146º exportador e o 144º importador.

MADAGASCAR: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ milhões

Descrição	2010	% no total	2011 (jan-ago)	% no total	
França	295	26,8%	245	28,9%	
Estados Unidos	103	9,4%	57	6,8%	
China	96	8,7%	62	7,3%	
Países Baixos	72	6,6%	22	2,7%	
Alemanha	63	5,7%	59	7,0%	
Canadá	49	4,5%	39	4,6%	
Espanha	48	4,4%	30	3,6%	
Reino Unido	37	3,3%	26	3,1%	
Itália	34	3,1%	18	2,1%	
África do Sul	20	1,8%	15	1,8%	
...					
Brasil	0,2	0,02%	0,4	0,05%	
Subtotal	816	74,2%	575	67,9%	
Outros países	284	25,8%	272	32,1%	
Total	1.100	100,0%	847	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.

França é o principal exportador para Madagascar com 27% da pauta, os demais em destaques responderam por 74% e foram: Estados Unidos, China, Países Baixos, Alemanha, Canadá, Espanha, Reino Unido, Itália e África do Sul. O Brasil obteve o 63º lugar entre os destinos em 2010, participando com 0,02% do total.

MADAGASCAR: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ milhões

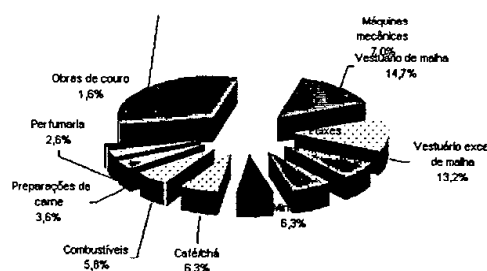
Descrição	2010	% no total	2011 (jan-ago)	% no total	
China	436	15,4%	360	17,2%	
França	340	12,0%	277	13,2%	
África do Sul	192	6,8%	136	6,5%	
Bahrein	136	4,8%	102	4,9%	
Estados Unidos	128	4,5%	41	2,0%	
Mauritius	123	4,3%	97	4,6%	
Cingapura	122	4,3%	113	5,4%	
Kuwait	113	4,0%	95	4,6%	
Canadá	91	3,2%	19	0,9%	
França	71	2,5%	63	3,0%	
...					
Brasil	31	1,1%	17	0,8%	
Subtotal	1.781	63,1%	1.320	63,2%	
Outros países	1.043	36,9%	770	36,8%	
Total	2.824	100,0%	2.090	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.

Os dez principais compradores dos produtos de Madagascar em 2010 responderam por 62% da pauta com destaque para China e França que corresponderam com 28% do montante. O Brasil posicionou-se no 20º lugar, com 1,1% da demanda importadora do país.

MADAGASCAR: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2010 - US\$ milhões

Descrição	2010	% no total
Vestuário de malha	159	14,7%
Vestuário exceto de malha	142	13,2%
Máquinas mecânicas	76	7,0%
Peixes	75	7,0%
Minérios	68	6,3%
Café/chá	68	6,3%
Combustíveis	63	5,8%
Preparações de carne	39	3,6%
Perfumaria	28	2,6%
Obras de couro	18	1,6%
Subtotal	735	68,0%
Outros produtos	347	32,0%
Total	1.082	100,0%

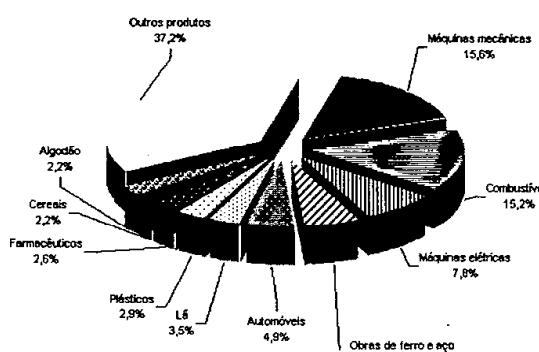


Elaborado pelo IRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

As exportações de Madagascar são bem diversificadas. Os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2010 foram: vestuário (28%); máquinas mecânicas (7%); peixes (7%); minérios (6%); café/ chá (6%).

MADAGASCAR: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2010 - US\$ milhões

Descrição	2010	% no total
Máquinas mecânicas	398	15,6%
Combustíveis	386	15,2%
Máquinas elétricas	198	7,8%
Obras de ferro e aço	152	6,0%
Automóveis	124	4,9%
Lã	89	3,5%
Plásticos	74	2,9%
Farmacêuticos	66	2,6%
Cereais	56	2,2%
Algodão	56	2,2%
Subtotal	1.699	62,8%
Outros produtos	947	37,2%
Total	2.546	100,0%



Elaborado pelo IRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

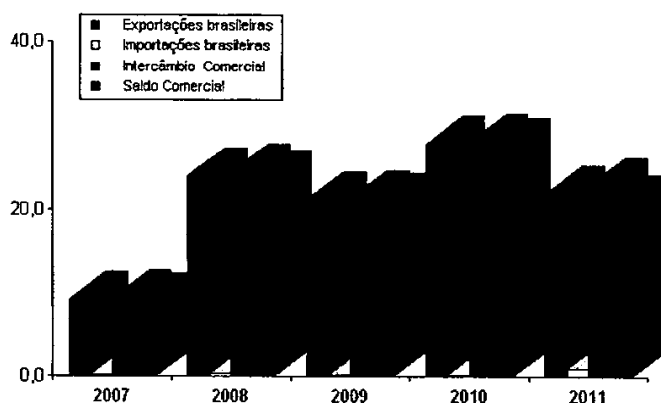
Os dez principais produtos importados por Madagascar em 2010 representam 63%. São eles: máquinas (16%); combustíveis (15%); máquinas elétricas (8%); obras de ferro e aço (6%); automóveis (5%); lã (4%); Plásticos (3%).

BRASIL-MADAGASCAR: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações brasileiras	9,2	24,1	21,2	27,9	21,9
Variação em relação ao ano anterior	41,5%	161,6%	-12,0%	31,7%	-21,5%
Importações brasileiras	0,2	0,3	0,2	0,2	1,0
Variação em relação ao ano anterior	-16,4%	69,1%	-49,0%	14,8%	395,0%
Intercâmbio Comercial	9,4	24,4	21,4	28,1	22,9
Variação em relação ao ano anterior	40,4%	159,6%	-12,5%	31,6%	-18,5%
Saldo Comercial	9	24	21	28	21

Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Madagascar foi o 144º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 144%, passando de US\$ 9 bilhões, para US\$ 23 bilhões, sendo 138% nas exportações e 390% nas importações. A participação de Madagascar no comércio exterior brasileiro foi de 0,00% em 2011.

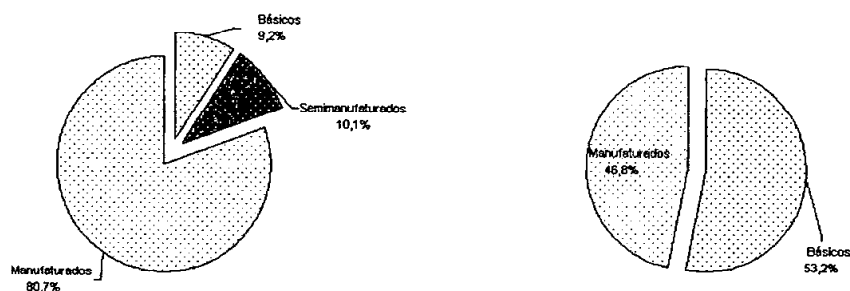


BRASIL-MADAGASCAR: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ bilhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	2,0	9,2%	0,5	53,0%
Semimanufaturados	2,2	10,1%	0,0	0,0%
Manufaturados	17,7	80,6%	0,5	46,7%
Total	21,9	100,0%	1,0	100,0%

Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC

As exportações brasileiras para Madagascar são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 81% das vendas em 2011, com destaque para açúcar. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos básicos e manufaturas representam a pauta em 2011.



BRASIL-MADAGASCAR: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Exportações brasileiras para Madagascar, 2011
			Valor	% no total	
Açúcar	17,8	25,5	16,8	81,4%	
Carnes	0,1	0,0	2,0	9,8%	
Gorduras	0,0	0,0	1,6	7,9%	
Automóveis	0,7	0,4	0,2	0,9%	
Subtotal	18,6	25,9	20,6	93,9%	
Outros produtos	2,6	2,0	1,3	6,1%	
Total	21,2	27,9	21,9	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alece/ab

Açúcar foi o principal item nas vendas brasileiras para Madagascar, que representou 82% da pauta de 2011, seguido de carnes (10%) e gorduras (8%).

BRASIL-MADAGASCAR: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias de Madagascar, 2011
			Valor	% no total	
Minérios	0,00	0,00	0,47	47,4%	0,47
Instrumentos de precisão	0,00	0,08	0,23	23,2%	0,23
Máquinas elétricas	0,00	0,00	0,10	9,7%	0,10
Vestuário de malha	0,10	0,02	0,03	2,6%	
Subtotal	0,10	0,10	0,83	82,9%	
Outros produtos	0,08	0,10	0,17	17,1%	
Total	0,18	0,20	1,00	100,0%	

Elaboração pelo NRE/DP/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alexweb

As importações brasileiras originárias de Madagascar apresentaram alto grau de concentração em minérios (48%) da pauta em 2011, seguidos de instrumentos de precisão e máquinas elétricas (10%).

Aviso nº 541 - C. Civil.

Em 28 de março de 2012.

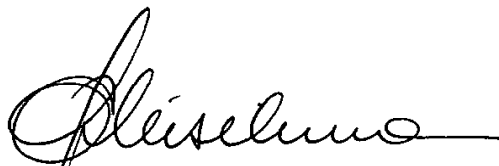
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora LIGIA MARIA SCHERER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, e, cumulativamente, junto ao Reino da Suazilândia e à República de Madagascar.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 03/07/2012.

1ª PARTE - DELIBERATIVA

2

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 50, de 2012 (nº 301, de 28 de junho de 2012, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária do Brasil junto à União Europeia.*

RELATOR: Senador **FRANCISCO DORNELLES**

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz da Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à União Europeia (UE).

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), em atendimento a preceito regimental, a indicada nasceu em 14 de julho de 1946, no Rio de Janeiro (RJ). É filha de Clovis Barrouin Mello e Maria Lessa Barrouin Mello.

Foi admitida no Curso Preparatório da Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco no ano de 1967. Frequentou, ainda, o Instituto no Curso de Altos Estudos (CAE), em 1996, quando defendeu tese intitulada “República Popular da China: reformas econômicas e relacionamento com o Brasil.”

Em 1968, titulou-se como Terceira-Secretária na carreira

diplomática. Tornou-se Segunda-Secretária em 1972. Por merecimento, tornou-se Primeira-Secretária em 1978, Conselheira em 1983, Ministra de Segunda Classe em 1990 e Ministra de Primeira Classe em 1998. Em 2011, passou a integrar o Quadro Especial da carreira.

Entre as funções desempenhadas pela diplomata, destacam-se a de Assistente na Divisão de Política Comercial (1980-83); Chefe da Divisão de Ásia e Oceania I (1983-86); Conselheira e Ministra-Conselheira na Embaixada em Washington (1986-91); Consulesa-Geral no Consulado-Geral em Miami (1991-95); Chefe do Departamento de Ásia e Oceania (1996-99); Embaixadora em Nova Délhi (1999-04); Embaixadora, cumulativa, no Nepal, Ilhas Maldivas e Sri Lanka (2000-04); Embaixadora no Vaticano e, cumulativa, junto à Ordem de Malta (2004-09); Subsecretária-Geral de Política I (2009 até o presente). Para além disso, chefiou inúmeras delegações brasileiras e recebeu várias condecorações ao longo de sua carreira.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a União Europeia. O documento, além de abordar relações bilaterais com o Brasil, dá notícia sobre dados básicos da UE, bem assim de sua política externa e econômica.

Contando com cerca de meio bilhão de habitantes, com aproximadamente 30% do Produto Interno Bruto (PIB) e com 40% do comércio mundial de bens e serviços, a União Europeia é o maior e mais rico mercado global. No plano comercial, a União representa seus 27 Estados-membros em negociações comerciais internacionais. Assim o é tendo em conta sua Política Comercial Comum, de que resultou a celebração de dezenas de acordos de livre comércio. No momento atual, o bloco negocia acordos dessa natureza com Índia, Japão, Estados Unidos da América (EUA) e Mercosul. Em relação a esse, merece registro que foram formalmente relançadas em maio de 2010 as negociações visando um acordo de associação entre os dois blocos.

A coordenação na área econômica, entretanto, ainda não se reproduziu, de maneira integral, no campo político. Nesse domínio, não obstante as inovações introduzidas pelo Tratado de Lisboa, percebe-se a adoção de posições divergentes dos membros da União em diferentes temas da agenda internacional. Há, ainda, dificuldades de implementação da chamada Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). Dificuldades orçamentárias, ausência de coordenação efetiva nas ações e duplicação de esforços representam alguns dos desafios da PCSD. No tocante ao processo de ampliação, contam-se hoje cinco candidatos: Islândia, Turquia, Antiga República Iugoslávia da Macedônia,

Montenegro e Sérvia.

No momento presente, contudo, o maior desafio é assegurar a denominada “zona do euro”. A crise econômica que se abateu sobre a Europa revelou falhas no projeto de união monetária, tais como a ausência de harmonização das políticas fiscais. O remédio empregado até aqui para aplacar a crise é a adoção concomitante de medidas de austeridade e consolidação fiscal pela maioria dos países da zona do euro. O futuro dirá sobre o impacto dessas ações na retomada do crescimento econômico do bloco.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a hoje União Europeia tem longa história. Elas foram estabelecidas à época da Comunidade Econômica Europeia (CEE), no romper dos anos 1960. Formalmente, nossa delegação junto à CEE foi criada no final do governo do Presidente Juscelino Kubitschek. Em 2010, a Missão passou a representar os interesses do país junto à União Europeia e à Comunidade Europeia de Energia Atômica.

O relacionamento bilateral é de inegável importância política e econômica para ambas as partes. Dessa forma, o comércio, tradicionalmente superavitário em favor do Brasil, atingiu em 2011 a cifra recorde de US\$ 99,3 bilhões. Exportamos o equivalente a US\$ 52,9 bilhões e importamos US\$ 46,4 bilhões. Trata-se, pois, do nosso principal parceiro comercial.

Ainda em relação ao intercâmbio comercial, é digno de nota a circunstância de o Brasil ocupar o quarto posto no fluxo de investimentos diretos europeus. Nesse quesito, estamos atrás, tão-só, dos EUA, da Suíça e do Canadá. Na mesma linha, convém registrar que nosso país tornou-se importante fonte de investimentos diretos estrangeiros na UE. Nesse item, somos o sexto maior investidor no bloco, na sequência de EUA, Suíça, Japão, Canadá e Noruega. O estoque acumulado de investimentos é de cerca de US\$ 80 bilhões.

No campo da cooperação em matéria de ciência, tecnologia e inovação, percebe-se grande potencial com perspectivas de incremento de ganhos de produtividade para a indústria de ambas as partes, mas, sobretudo, para o parque industrial brasileiro. Assim, merecem apoio os Fóruns Empresariais Brasil-UE, os Diálogos setoriais, as Cúpulas anuais da Parceria Estratégica, as reuniões ministeriais e o Diálogo Político de Alto Nível.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 50, DE 2012

(nº 301/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia.

Os méritos da Senhora Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de junho de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, identificada como J. Russell.

EM nº 00192/2012 MRE

Brasília, 25 de Maio de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre a União Europeia e *curriculum vitae* de VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00192 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

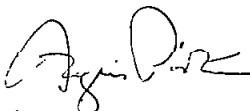
Brasília, 25 de maio de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre a União Europeia e *curriculum vitae* de **VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO*

CPF: 056.484.327-04

ID.: 2511 MRE

1946 Filha de Clovis Barrouin Mello e Maria Lessa Barrouin Mello, nasce em 14 de julho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1967 CPCD - IRBr

1996 CAE - IRBr, República Popular da China: Reformas Econômicas e Relacionamento com o Brasil

Cargos:

1968 Terceira-Secretária

1972 Segunda-Secretária

1978 Primeira-Secretária

1983 Conselheira

1990 Ministra de Segunda Classe

1998 Ministra de Primeira Classe

2011 Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1968-70 Divisão de Conferências, Organismos e Assuntos Gerais, Assistente e Subchefe

1970-71 Assessoria de Relações Internacionais da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Chefe

1971-74 Comissão Nacional de Energia Nuclear, Gabinete, Chefe, interina

1974-76 Embaixada no México, Segunda-Secretária

1976-80 Embaixada em Madri, Segunda e Primeira-Secretária

1980-83 Divisão de Política Comercial, assistente

1981 Reunião do Sub-Comitê Intergovernamental sobre Comércio entre Países em Desenvolvimento, Lubiana, Chefe de Delegação

1981 Reunião do Sub-Comitê Intergovernamental de Acompanhamento e Coordenação do Plano de Ação de Caracas sobre Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento sobre Reservas Alimentares, Manila, Chefe de Delegação

1983-86 Divisão de Ásia e Oceania I, Chefe

1986 Divisão de Energia e Recursos Minerais, Chefe

1986 Reunião do Comitê Executivo da Associação dos Países Produtores de Estanho, Jacarta, Chefe de Delegação

1986-91 Embaixada em Washington, Conselheira e Ministra-Conselheira

1987 Sub-Grupo de Trabalho Brasil-Argentina sobre Salvaguardas Nucleares, Rio de Janeiro, Chefe de Delegação

1990 Reunião do Comitê Executivo sobre o Protocolo de Montreal sobre Proteção da Camada de Ozônio, Montreal, Chefe de Delegação

1991-95 Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Geral

1995-96 Secretaria de Imprensa, Chefe

1996-99 Departamento de Ásia e Oceania, Chefe

1997 I Reunião de Consulta Política Brasil-Coréia, Chefe de Delegação

1999-04 Embaixada em Nova Délhi, Embaixadora

2000-04 Embaixada no Nepal, Ilhas Maldivas, e Sri Lanka, Embaixadora, cumulativa

2001 Reunião do Comitê Executivo do Protocolo de Montreal, em Colombo, Chefe de Delegação

2002 Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Clima, Nova Délhi, Chefe de Delegação

2004-09 Embaixada no Vaticano, Embaixadora

2004-09 Embaixada junto à Ordem de Malta, Embaixadora, cumulativa

2009- Subsecretaria-Geral Política I, Subsecretária-Geral

Condecorações:

- 1979 Ordem "Isabel la Católica", Espanha, "Lazo de Dama"
- 1980 Medalha da Ordem de "Mayo al Mérito", Argentina, Comendador
- 1984 Medalha da Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
- 1995 Medalha da Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Grã-Cruz
- 1995 Medalha da Ordem do Mérito, Alemanha, Grã-Cruz
- 1996 Medalha da Ordem do Mérito, Itália, Grã-Cruz
- 1996 Medalha da Ordem da Coroa Preciosa, Japão, Borboleta
- 2002 Medalha do Pacificador, Brasil, Grã-Cruz
- 2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
- 2007 Ordem de Pio IX, Vaticano, Grã-Cruz

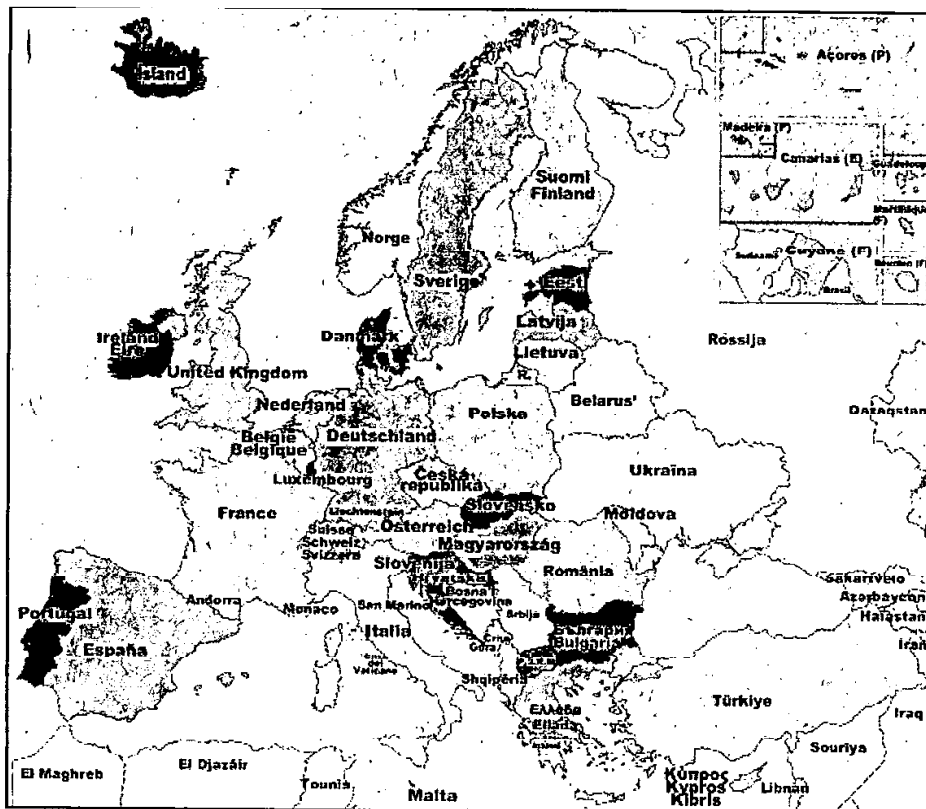
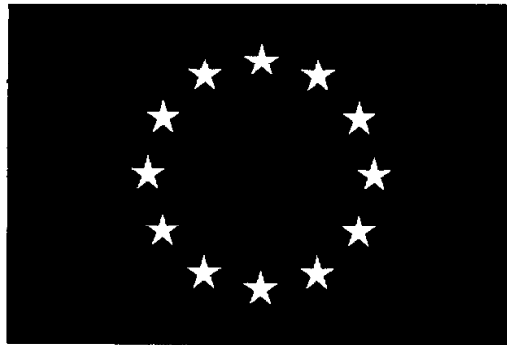
Publicações:

- 1982 O Brasil e o Diálogo Norte-Sul, Ed. na ESAF, Brasília
- 1998 China: Situação e Perspectiva. Fórum Nacional de 1998, in O Brasil e o Mundo no Limiar do Novo Século, coord. João Paulo dos Reis Velloso, José Olympio Editora, Rio de Janeiro


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

UNIÃO EUROPEIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Maio de 2012

ÍNDICE

1. DADOS BÁSICOS	3
2. PERFIS BIOGRÁFICOS	4
3. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIÃO EUROPEIA.....	7
3.1. POLÍTICA INTERNA	7
3.1.1. A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE EUROPEIA	7
3.1.2. A UNIÃO EUROPEIA	9
3.1.3. O TRATADO DE LISBOA	10
3.1.4. AS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS	12
3.1.5. AS COMPETÊNCIAS COMUNITÁRIAS E A SOBERANIA NACIONAL.....	23
3.2. POLÍTICA EXTERNA	24
3.3. ECONOMIA	26
4. A MISSÃO DO BRASIL JUNTO À UNIÃO EUROPEIA	30
5. RELAÇÕES BRASIL-UE.....	31
6. AMÉRICA LATINA-CARIBE E UNIÃO EUROPEIA	36
7. MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA	37
8. ATOS BILATERAIS FIRMADOS COM A UNIÃO EUROPEIA	38

1. DADOS BÁSICOS

PAÍSES-MEMBROS	Alemanha; Austria; Bélgica; Bulgária; Chipre; Dinamarca; Eslováquia; Eslovênia; Espanha; Estônia; Finlândia; França; Grécia; Hungria; Irlanda; Itália; Letônia; Lituânia; Luxemburgo; Malta; Países Baixos; Polônia; Portugal; Reino Unido; República Tcheca; Romênia; Suécia
PRINCIPAIS ÓRGÃOS	Conselho Europeu (Chefes de Estado e de Governo); Conselho de Ministros; Parlamento Europeu; Comissão Europeia; Tribunal de Justiça da União Europeia
ÁREA	4.324.782 km ²
POPULAÇÃO (est. 2011)	502.503.966 habitantes
PRESIDENTE DO CONSELHO EUROPEU	Herman Van Rompuy (Bélgica)
PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA (CE)	José Manuel Durão Barroso (Portugal)
ALTA REPRESENTANTE P/ RELAÇÕES EXTERIORES E POLÍTICA DE SEGURANÇA	Baronesa Catherine Ashton de Uppholland (Reino Unido)
PRESIDÊNCIA DE TURNO DO CONSELHO DA UE	Dinamarca (PM Helle Thorning-Schmidt)
EMBAIXADOR JUNTO À UE EM BRUXELAS	Ricardo Neiva Tavares
EMBAIXADORA DA UE EM BRÁSILIA	Ana Paula Zacarias
PIB (est. 2011)	US\$ 17,69 trilhões (Brasil: US\$ 2,518 trilhões)
PIB <i>per capita</i> (2010)	US\$ 32,66 mil (Brasil: US\$ 10.710,00)
PIB PPP (est. 2011)	US\$ 15,39 trilhões (Brasil: US\$ 2,28 trilhões)
PIB <i>per capita</i> PPP (est. 2011)	US\$ 34 mil (Brasil: US\$ 11.600,00)

COMÉRCIO BRASIL-UE (US\$ bilhões FOB)

Fonte: MDIC

BRASIL-UE	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (até março)
Intercâmbio	29,1	31,9	40,7	45,3	51,3	67,28	82,6	63,3	82,25	99,3	23,1
Exportações	15,6	18,8	24,7	27,0	31,1	40,4	46,4	34,0	43,13	52,9	11,4
Importações	13,5	13,1	16,0	18,2	20,2	26,7	36,2	29,2	39,12	46,4	11,6
Saldo	2,1	5,8	8,7	8,8	10,8	13,7	10,2	4,8	4,01	6,5	-0,18

2. PERSOAS BIOGRÁFICAS

HERMAN VAN ROMPUY

Presidente do Conselho Europeu

Nascido em 31 de outubro de 1947, na comuna flamenga de Etterbeek, na região de Bruxelas. É graduado em Filosofia Tomista (1968) e licenciado em Ciências Económicas (1971), com louvor, na Universidade Católica de Louvain. Iniciou sua carreira política em 1973, no CVP (Partido Flamengo Cristão), hoje CD&V (Cristãos Democratas Flamengos), atualmente no poder. Foi Ministro do Orçamento de 1993 a 1999, período em que conseguiu reduzir significativamente o déficit interno belga. Van Rompuy assumiu o cargo de Primeiro-Ministro da Bélgica em dezembro de 2008 e permaneceu na função por menos de um ano. Foi eleito, por unanimidade, em novembro de 2010, para a Presidência do Conselho Europeu, até maio de 2012, e teve seu mandato estendido, em março passado, até novembro de 2014.

JOSÉ MANUEL DURÃO BARROSO

Presidente da Comissão Europeia

Nascido em Lisboa, em 23 de março de 1956. Político e professor, licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa; obteve o Diploma de Estudos Europeus e Mestrado em Ciência Política pela Universidade de Genebra. Foi Subsecretário do Ministério dos Assuntos Internos, em 1985, e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1992. Foi nomeado Primeiro-Ministro de Portugal, cargo que exerceu até julho de 2004, quando assumiu as funções de Presidente da Comissão Europeia.

CATHERINE ASHTON

Alta Representante para Política Exterior e de Segurança da União Europeia e Vice-Presidente da Comissão Europeia

Nascida em 20 de março de 1956. Graduou-se em Ciências Económicas e em Sociologia na Universidade de Londres, em 1977. Exerceu diversos cargos na administração pública britânica nas áreas de educação e saúde. Em junho de 2001, foi nomeada Subsecretária de Estado no Ministério da Educação e, em maio de 2007, no Ministério da Justiça. Em 28 de junho de 2007, foi designada por Gordon Brown para o cargo de Líder da Câmara dos

Lordes, tendo sido responsável pela aprovação do Tratado de Lisboa naquela casa parlamentar. Em 2008, foi nomeada Comissária de Comércio da União Europeia. Em 19 de novembro de 2009, por decisão consensual dos Chefes de Estado europeus, foi nomeada Alta Representante para Política Exterior e de Segurança da União Europeia. Acumula o cargo de Vice-Presidente da Comissão Europeia. Tem título nobiliárquico de Baronesa Catherine Ashton of Upholland.

MARTIN SCHULZ, Presidente do Parlamento Europeu

Nascido em 20 de dezembro de 1955 em Hehlrath, cidade alemã próxima das fronteiras com os Países Baixos e a Bélgica. Iniciou a sua carreira política aos 19 anos, no Partido Social-Democrata alemão. Com 31 anos tornou-se o mais jovem presidente de câmara de Würselen (Renânia do Norte-Vestefália), cargo que exerceu durante 11 anos. Deputado no Parlamento Europeu desde 1994, Martins Schulz foi líder da delegação de socialistas alemães desde 2000, havendo ocupado simultaneamente o cargo de Vice-Presidente dos eurodeputados socialistas ao Parlamento Europeu. Em 2004, foi eleito líder do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas, função que desempenhou até a eleição para a Presidência do Parlamento Europeu em janeiro de 2012. Exercerá o cargo de Presidente do Parlamento Europeu até as eleições europeias de junho de 2014.

3. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIÃO EUROPEIA

3.1. POLÍTICA INTERNA

3.1.1. A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE EUROPEIA

O projeto de integração europeia nasceu do desejo de evitar a repetição das dificuldades econômicas e nacionalismos exacerbados que levaram às duas Grandes Guerras do Século XX. Além disso, a integração apresentou-se como forma de preservar o prestígio e autonomia decisória da Europa no contexto de crescente rivalidade entre as superpotências a partir da década de 1950.

Entre as primeiras iniciativas de relevo no sentido de maior unidade entre os países europeus está o Conselho da Europa, criado pelo Tratado de Londres, de 1949. O novo organismo, em seus primeiros anos, e em boa parte por pressão do Reino Unido, não foi capaz de ir além de declarações vagas sobre objetivos políticos comuns, muito aquém do tipo de instituição federal almejada pelos entusiastas da integração europeia.

Nesse contexto, alguns líderes europeus, entre os quais se destacam Jean Monnet, empresário com experiência na área de planejamento econômico, e Robert Schuman, Ministro das Relações Exteriores da França, decidiram relançar o processo de integração. A ideia era avançar em bases pragmáticas e paulatinamente, de modo a obter ganhos concretos sem despertar resistências de forças políticas adversas à integração.

Partindo da constatação de que o cerne da tensão política na Europa Ocidental consistira na rivalidade franco-alemã, e ciente de que a participação da Alemanha era imprescindível para a reconstrução europeia, Monnet propôs a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). O plano era submeter o controle desses produtos, a base do desenvolvimento industrial europeu e em particular da indústria bélica, ao controle de entidade supranacional, capaz de fixar preços, reduzir tarifas e abolir subsídios.

O plano foi acolhido por Schuman, que o apresentou em conferência de imprensa realizada em 9 de maio de 1950, na qual enunciou abertamente o objetivo de construir uma federação europeia. O Tratado de Paris, que criou a CECA, foi assinado em 1951 e entrou em vigor no ano seguinte. Os participantes incluíam tanto a Alemanha e Itália, perdedoras na Segunda Guerra Mundial, quanto os países do “Benelux” (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo), objeto da agressão militar alemã, além da França, que lograra identificar-se com o lado vencedor.

O impulso gerado pela Declaração Schuman levou a outras duas iniciativas mais ambiciosas, que se revelaram prematuras: a Comunidade de Defesa Europeia (cujo tratado fundador foi assinado pelos seis integrantes da CECA, mas não foi ratificado, em razão do temor francês a respeito do rearmamento alemão) e a Comunidade Política Europeia (cujo plano foi abandonado após o fracasso da Comunidade de Defesa).

O malogro dessas iniciativas na área política e de defesa levou à necessidade de retomar o processo de integração europeu no campo econômico e comercial. Em 1955, o Benelux apresentou proposta de “estabelecimento de uma Europa unida pelo desenvolvimento de instituições comuns, a fusão progressiva das economias nacionais, a criação de um mercado comum e a harmonização paulatina de políticas sociais”.

As negociações que se seguiram levaram à assinatura, em março de 1957, dos Tratados de Roma, que criaram a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atômica, (EURATOM). Ratificados pelos seis Estados-membros – Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos –, entraram em vigor em janeiro de 1958.

O Tratado sobre o Estabelecimento da Comunidade Econômica Europeia previu a criação de um mercado comum no prazo de doze anos, por

meio da eliminação gradual de todas as restrições sobre o comércio interno, o estabelecimento de tarifa externa comum, a redução de barreiras para o livre movimento de pessoas, capital, bens e serviços entre os Estados-membros, o desenvolvimento de políticas agrícola e de transportes comuns e a criação do Fundo Social Europeu e do Banco Europeu de Investimentos. A EURATOM, por sua vez, nasceu com o objetivo de criar um mercado comum para energia atômica, mas estava destinada a ser parceiro menor entre as instituições europeias, com ênfase em atividades de pesquisa.

Cada uma das três comunidades contava com uma Comissão, com funções executivas, um Conselho de Ministros e uma Corte de Justiça, que foram unificados em 1965. Além disso, as Comunidades Europeias também contavam com uma Assembleia Parlamentar que, a partir de 1962, passou a ser chamada de Parlamento Europeu.

Do controle da produção do carvão e do aço, que fora a matéria-prima da indústria de guerra, à criação, em 1968, de uma união aduaneira, o avanço foi significativo. Não obstante, o prazo estabelecido pelo Tratado de Roma para a entrada em funcionamento do mercado comum deixou de ser cumprido.

Nos anos 80, foi dado novo impulso à criação do mercado comum, com a aprovação do Ato Único Europeu, que foi assinado em 1986 e entrou em vigor em 1987. O documento reuniu a atuação das três comunidades, que passaram a ser conhecidas como Comunidades Europeias. As reuniões de Chefes de Estado e de Governo, no âmbito do Conselho Europeu, ganharam "status" jurídico.

O Ato Único traçou o objetivo de completar todos os requisitos para a entrada em operação do mercado comum em 31 de dezembro de 1992. Para facilitar a adoção das mais de 300 novas medidas necessárias à eliminação das barreiras físicas, fiscais e técnicas entre os Estados-membros, foram adotadas transformações institucionais, em particular a generalização das decisões por maioria qualificada.

Além disso, as instituições comunitárias receberam competências sobre áreas não contempladas no Tratado de Roma, como meio ambiente, pesquisa e desenvolvimento e política regional. O Ato Único Europeu também criou marco formal para a cooperação na área de política externa, a qual era levada a cabo, desde 1970, de forma voluntária, no contexto de reuniões dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados-membros.

O estabelecimento do mercado comum extinguiu todas as demais barreiras técnicas ao comércio resultantes de legislações nacionais, permitindo o livre movimento de bens, serviços e capital entre os então doze Estados-membros. O território dos doze passou a ser equivalente, para fins de comércio interno e externo, ao de um único país.

3.1.2. A UNIÃO EUROPEIA

A queda do muro de Berlim e a reunificação alemã modificaram profundamente o contexto geopolítico em que se havia desenvolvido o processo de integração europeia desde os anos 1950.

O ressurgimento da Alemanha como Estado unificado, indiscutível potência econômica e demográfica do continente, despertou receios em outros países, em particular a França. Nesse contexto, adotou-se para a unificação alemã a mesma solução que permitira o retorno daquele país ao seio da comunidade internacional nos anos 40 e 50: sua inserção em processo reforçado de integração regional.

Com a previsão da entrada em vigor do mercado comum no final de 1992, havia a percepção de que o passo seguinte seria a união monetária, assim como passos mais ousados na direção da união política. Essas medidas foram contempladas no Tratado da União Europeia, ou Tratado de Maastricht, assinado em 1992 e vigente desde 1993.

O Tratado de Maastricht criou a União Europeia (preservando, no entanto, as Comunidades, e transformando a CEE em Comunidade Europeia) e preparou o terreno para a instituição de uma política monetária comum baseada em uma moeda única administrada por um banco central independente. Maastricht criou a cidadania europeia, que proporciona aos naturais dos Estados-membros o direito de viver e votar em qualquer dos países da UE, e estendeu as competências da Comunidade a novos domínios, entre os quais transportes, saúde pública, seguridade social e proteção ao consumidor.

A arquitetura institucional estabelecida pelo Tratado de Maastricht definiu três domínios ou “pilares” distintos de atuação da União Europeia: a dimensão comunitária (primeiro pilar); a de política exterior e segurança (segundo pilar); e a de assuntos de Interior e Justiça (terceiro pilar).

O primeiro pilar, de natureza supranacional, diz respeito às políticas comuns (agricultura, união aduaneira, mercado interno ou união econômica e monetária, por exemplo). Nesse primeiro contexto, o processo de tomada de decisões segue o chamado “método comunitário”, ou seja, o sistema por meio do qual a Comissão Europeia detém o monopólio do direito de proposição ou iniciativa. As matérias do primeiro pilar são, portanto, aquelas em que os Estados-membros transferiram parcelas importantes de sua competência e soberania à União Europeia. Nos âmbitos do segundo e terceiro pilares, de natureza intergovernamental, as decisões são tomadas pelos Estados-membros reunidos no Conselho da UE (“método intergovernamental”).

O Tratado de Amsterdã, assinado em 1997 e vigente a partir de 1999, procedeu a uma revisão dos Tratados anteriores. Algumas modificações

limitadas foram adotadas, em preparação à adesão de novos Estados-membros. No entanto, os principais resultados residem no fortalecimento do método comunitário, com a criação da “área de justiça, liberdade e segurança” e o aumento dos poderes do Parlamento Europeu e do Presidente da Comissão Europeia. Amsterdã criou o cargo de Alto Representante para Política Exterior e de Segurança Comum da UE e previu, pela primeira vez, que Estados-membros poderiam ter seu direito de voto suspenso caso violassem os princípios básicos dos direitos humanos e da democracia.

A revisão seguinte dos documentos fundamentais da UE veio em 2000, com o Tratado de Nice, que entrou em vigor em 2003. Seu objetivo consistia, principalmente, em preparar o bloco para a adesão de países do Leste europeu, além de tornar a União mais democrática e transparente. Nice adotou algumas modificações institucionais, como a ampliação da Comissão e do Parlamento Europeus e a redistribuição do peso dos votos dos Estados-membros no Conselho da UE. Por ocasião da assinatura desse tratado, também foi aprovada a “Carta de Direitos Fundamentais” da UE.

3.1.3. O TRATADO DE LISBOA

A “Declaração sobre o Futuro da União”, anexa ao Tratado de Nice, determinou o lançamento de amplo debate sobre questões fundamentais a respeito do processo de integração europeia, entre as quais a delimitação mais precisa das competências da União e dos Estados-membros; a definição do “status” jurídico da Carta de Direitos Fundamentais; a simplificação das disposições dos Tratados, cuja leitura se havia tornado complexa após a aprovação dos Tratados de Amsterdã e Nice; e definição do papel dos Parlamentos nacionais na arquitetura institucional europeia.

Com vistas a aprofundar o debate sobre essas e outras questões, os líderes europeus, reunidos em Laeken, na Bélgica, em dezembro de 2001, criaram a “Convenção sobre o Futuro da Europa”, presidida pelo ex-Presidente francês Valéry Giscard d’Estaing, a qual reunia 105 representantes dos Estados-membros e em processo de adesão, além de representantes dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu.

A Declaração de Laeken menciona a possibilidade de que a simplificação e unificação dos quatro Tratados em um único documento leve, “no longo prazo”, à adoção de um “texto constitucional” da União Europeia.

Apesar de ser discutível se havia mandato para tanto, por iniciativa de seu presidente, a Comissão preparou anteprojeto de Tratado Constitucional para a União Europeia, com 448 artigos, além de 35 protocolos e 50 declarações

anexas. O documento outorgava personalidade jurídica à União Europeia, criava as figuras do Presidente do Conselho Europeu e do Ministro das Relações Exteriores do bloco e reforçava consideravelmente as competências comunitárias, em detrimento daquelas que permaneceriam na alçada dos Estados-membros.

O Tratado Constitucional foi assinado em 2004, em Roma, e chegou a ser ratificado por nove Estados-membros, até ser rejeitado em referendos realizados no ano seguinte na França e nos Países Baixos, dois países fundadores da CEECA, ainda em 1951, e que haviam estado na linha de frente do processo de integração desde então. Como a entrada em vigor do Tratado Constitucional dependia de sua ratificação unânime por todos os Estados-membros, a derrota nos referendos levou a uma revisão dos planos de reforma da UE.

Em 2007, os Chefes de Estado e de Governo da UE determinaram que uma comissão elaborasse novo projeto de tratado, simplificado e mais breve, que contivesse o essencial do Tratado Constitucional no que diz respeito à arquitetura institucional, mas com menor potencial de gerar resistências, sobretudo em alguns aspectos de natureza simbólica.

Acordou-se que o novo instrumento, ao contrário do projeto de Tratado Constitucional, não revogaria os Tratados anteriores, mas consistiria numa série de emendas àqueles Tratados, dando origem ao Tratado da União Europeia e ao Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Além disso, o novo texto não incluía artigo sobre os símbolos da UE (bandeira, hino, moeda, etc). A Carta de Direitos Fundamentais continuaria fora do corpo do Tratado, embora tenha passado a ter valor vinculante. Além disso, o dispositivo que previa que o direito da União prevalecesse sobre o direito dos Estados-membros foi igualmente retirado do corpo do Tratado e transferido, em linguagem menos direta, para uma declaração anexa.

O novo Tratado foi assinado em Lisboa, em dezembro de 2007. De modo a evitar a repetição da experiência com os referendos francês e holandês, todos os Estados-membros, à exceção da Irlanda, optaram pela ratificação parlamentar. O texto foi finalmente ratificado por todos os países-membros em novembro de 2009 e entrou em vigor em 1º de dezembro de 2009, menos de dois anos após sua assinatura.

O Tratado de Lisboa criou o cargo de Presidente permanente do Conselho Europeu, que passaria a presidir as reuniões do órgão, em lugar do Chefe de Estado ou de Governo do país que ocupasse a presidência de turno do bloco, como ocorria até então. Também foi criado o cargo de Alto Representante para as Relações Exteriores e a Política de Segurança. Trata-se de reformulação do posto de Ministro das Relações Exteriores da UE, previsto no Tratado

Constitucional. O Alto Representante tem a tripla missão de Vice-Presidente da Comissão Europeia, Chefe do novo Serviço Europeu de Ação Exterior (SEAE) e presidente do Conselho de Ministros das Relações Exteriores do bloco. O SEAE reúne órgãos e pessoal anteriormente ligados à Comissão, ao Secretariado do Conselho e aos Estados-membros, com o objetivo de conceder maior coerência e representatividade à atuação externa da UE. Também foram concedidos novos poderes ao Parlamento Europeu, que passou a ter o mesmo nível de importância do Conselho na atividade legislativa do bloco. Finalmente, o Tratado de Lisboa, a exemplo de seus antecessores, ampliou as competências da União e uso da maioria qualificada dos Estados-membros no processo de tomada de decisões do Conselho da UE.

3.1.4. AS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS

A União Europeia não representa uma federação como os Estados Unidos da América, nem uma organização de cooperação entre governos, como as Nações Unidas. Possui, de fato, um caráter único, supranacional. Os países que pertencem à UE, os seus “Estados-membros”, continuam a ser nações soberanas e independentes, mas partilham sua soberania em certas áreas. Tal partilha significa, na prática, delegar determinados poderes de decisão a instituições comuns, de modo a assegurar que decisões sobre assuntos do interesse coletivo possam ser tomadas democraticamente em nível europeu.

A UE dispõe de quadro institucional que visa a promover seus valores e servir os seus interesses, dos seus cidadãos e dos Estados-membros. Conforme o Tratado de Lisboa, as instituições da UE são o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu, o Conselho da União Europeia, a Comissão Europeia, o Tribunal de Justiça da UE, o Banco Central Europeu e o Tribunal de Contas.

O Parlamento Europeu

Diretamente eleitos de cinco em cinco anos por sufrágio universal, os deputados do Parlamento Europeu (PE) representam os cidadãos da UE. Juntamente com o Conselho, o PE é uma das principais instituições da UE com poderes legislativos.

O Parlamento Europeu desempenha três funções principais:

- debate e aprova, juntamente com o Conselho, a legislação comunitária;
- fiscaliza outras instituições da UE, especialmente a Comissão, a fim de assegurar que funcionem de forma democrática (controle democrático); e
- debate e aprova, juntamente com o Conselho, o orçamento da UE.

Aprovação da legislação comunitária

Em diversos domínios, como a defesa do consumidor e do meio ambiente, o PE colabora com o Conselho, que representa os governos nacionais, tomando decisões sobre o teor da legislação da UE e aprovando-a oficialmente. Tal processo chama-se “co-decisão”.

Ao abrigo do Tratado de Lisboa, o leque das políticas abrangidas pela co-decisão aumentou, conferindo ao PE mais poderes para influenciar o conteúdo da legislação em áreas como a agricultura, a política energética, a imigração e os fundos da UE.

Além disso, certas decisões importantes, como a adesão de novos países à UE, também requerem a aprovação do PE.

Controle democrático

O PE exerce influência sobre as outras instituições europeias de várias formas.

Quando é designada uma nova Comissão Europeia, os seus 27 membros (um por cada país da UE) não podem assumir funções sem antes obterem a aprovação do PE. Se os eurodeputados não aprovarem um dos Comissários designados, podem rejeitar toda a Comissão.

O PE pode obrigar a Comissão a demitir-se em bloco, por meio de moção de censura.

O PE acompanha de perto as atividades da Comissão, examinando seus relatórios e interrogando regularmente os Comissários. As comissões parlamentares desempenham importante papel neste sentido.

Os eurodeputados examinam as petições apresentadas pelos cidadãos e podem instituir comissões de inquérito.

Quando os dirigentes nacionais se reúnem no âmbito das cimeiras europeias, o PE dá seu parecer sobre os assuntos da ordem de trabalhos.

Fiscalização do orçamento

O PE, juntamente com o Conselho, adota o orçamento anual da UE.

Existe, no PE, comissão que fiscaliza a execução do orçamento e avalia a gestão, pela Comissão Europeia, do orçamento do ano anterior.

Composição

O número de eurodeputados de que dispõe cada país é, em grande medida, proporcional à sua população. Contudo, nenhum país pode ter menos do que seis nem mais do que 96 deputados no PE.

As últimas eleições foram realizadas em junho de 2009, quando 43,39% dos 375 milhões de eleitores europeus escolheram 736 eurodeputados, cujos mandatos se estendem até junho de 2014.

Os eurodeputados identificam-se, principalmente, por grupos políticos, e não por nacionalidade.

Os seguintes grupos políticos estão representados na atual legislatura:

- PPE - Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), com 265 deputados;
- S&D - Aliança dos Socialistas e Democratas Progressistas, com 184 deputados;
- ALDE - Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, com 84 deputados;
- G-EFA - Grupo dos Verdes/Aliança Livre Européia, com 55 deputados;
- ECR - Reformistas e Conservadores Europeus, com 54 deputados;
- GUE/NGL - Grupo Confederal da Esquerda Unitária Européia/Esquerda Nórdica Verde, com 35 deputados;
- EFD - Grupo União para a Europa das Nações, com 32 deputados, e
- 27 deputados independentes

O atual Presidente do Parlamento Europeu é o socialista alemão Martin Schulz, eleito em 17 de janeiro de 2012 com 387 votos a favor.

Localização

O PE possui três sedes: Bruxelas (Bélgica), Luxemburgo (Luxemburgo) e Estrasburgo (França).

Em Luxemburgo, estão sediados o Secretariado-Geral e os serviços administrativos do Parlamento.

As reuniões de todos os deputados do PE, denominadas “sessões plenárias”, realizam-se em Estrasburgo e, por vezes, em Bruxelas. As reuniões das comissões parlamentares também têm lugar em Bruxelas.

O Conselho Europeu

As reuniões do Conselho Europeu são essencialmente Cúpulas, no âmbito das quais os Chefes de Estado ou de Governo da UE tomam decisões sobre as grandes prioridades políticas e iniciativas da UE.

O Conselho Europeu desempenha sobretudo duas funções: (a) definir a direção e as prioridades políticas gerais; e (b) resolver determinadas questões que, por sua complexidade ou sensibilidade, não possam ser resolvidas em nível inferior da cooperação intergovernamental.

Embora fundamental na definição da agenda política da UE, não possui quaisquer poderes legislativos.

Composição

O Conselho Europeu reúne os Chefes de Estado ou de Governo de cada país da UE, o Presidente da Comissão Europeia e o Presidente do Conselho Europeu, que preside as reuniões. A Alta Representante para as Relações Exteriores e Política de Segurança também participa dos Conselhos Europeus.

O atual Presidente do Conselho Europeu é o ex-Primeiro-Ministro belga, Herman Van Rompuy, cujo mandato teve início em 1º de dezembro de 2009 e termina em 31 de maio de 2012 (Van Rompuy teve seu mandato renovado pelos líderes dos Estados-membros, em 1º de março de 2012, até 30 de novembro de 2014).

As reuniões do Conselho Europeu realizam-se, ordinariamente, de seis em seis meses, geralmente em Bruxelas. O Presidente pode convocar Conselhos extraordinários, caso julgue necessário.

Os Presidentes do Conselho Europeu e da Comissão Europeia e a Alta Representante da UE para Relações Exteriores e Política de Segurança não têm direito de voto.

Antecedentes

O Conselho Europeu teve início informalmente em 1974 como espaço de debate para os dirigentes da UE. Transformou-se, rapidamente, no órgão que estabelece os objetivos gerais e as prioridades para a União Europeia. O Conselho Europeu adquiriu estatuto formal em 1992 e tornou-se uma das sete instituições oficiais da UE em 2009.

O Conselho da União Europeia

É no âmbito do Conselho da União Europeia, conhecido informalmente como Conselho, que os Ministros de cada Estado-membro, nas áreas de competência e nas respectivas pastas, encontram-se para adotarem legislação e assegurarem a coordenação das políticas da UE.

Não confundir esta instituição com:

- o Conselho Europeu, que é outra instituição da UE, no âmbito da qual os Chefes de Estado ou de Governo dos países da UE reúnem-se para debater as prioridades políticas da UE.
- o Conselho da Europa, que não é instituição da UE, mas uma organização intergovernamental, que visa a proteger os direitos humanos, a promover a diversidade cultural na Europa e a combater problemas sociais, como o racismo, o preconceito e a intolerância. O Conselho da Europa conta com 47 Estados-membros, incluindo-se os 27 da UE.

Missão

1. Aprovar a legislação da UE;
2. Coordenar as políticas dos países da UE;
3. Assinar acordos entre a UE e terceiros países;
4. Aprovar o orçamento anual da UE;
5. Definir as políticas externa e de defesa da UE; e
6. Coordenar a cooperação entre os tribunais e as forças policiais dos países da UE.

1. Aprovação da legislação europeia: o Conselho e o Parlamento partilham entre si a tarefa de aprovação de nova legislação da UE, proposta pela Comissão.

2. Coordenação de políticas gerais, em especial a política econômica: os países da UE optaram por ter uma política econômica geral para a Europa, cuja coordenação é assegurada pelos Ministros da Economia e das Finanças de cada país. Outro objetivo, nesse contexto, é o de criar mais emprego e melhorar os sistemas de ensino, de saúde e de segurança social. Embora os países da UE sejam responsáveis pela sua própria política nessas áreas, podem chegar a acordo sobre objetivos comuns e inspirar-se nas experiências positivas uns dos outros.

3. Assinar acordos internacionais: o Conselho assina acordos em nome da UE, com incidência sobre temas gerais, como o ambiente, o comércio, o desenvolvimento, a pesca, a ciência, a tecnologia e os transportes.

4. Aprovação do orçamento da UE: o orçamento da UE é decidido anualmente pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu.

5. Política externa e de segurança: os governos nacionais mantêm controle independente nestas áreas, mas trabalham em conjunto, a fim de desenvolverem política externa e de segurança comum (PESC). O Conselho é a principal instância onde se desenvolve esta cooperação. A UE não possui um exército próprio, mas, para poder reagir rapidamente em situações de conflito internacional ou de catástrofe natural, alguns Estados-membros fornecem efetivos para uma força militar de reação rápida, cujo papel se limita ao desempenho de tarefas de natureza humanitária e de missões de socorro e de manutenção da paz.

6. Justiça: os cidadãos europeus devem se beneficiar da igualdade de acesso à justiça em toda a UE. No âmbito do Conselho, os Ministros da Justiça esforçam-se por assegurar que as decisões dos tribunais de um país sejam reconhecidas nos demais Estados-membros. Os Ministros da Justiça e dos Assuntos Internos asseguram a coordenação do controle das fronteiras externas da UE, assim como da luta contra o terrorismo e o crime organizado internacional.

Composição do Conselho

Não existem propriamente membros permanentes do Conselho. Para cada reunião do Conselho, os países enviam o Ministro responsável pelo domínio político em questão. Por exemplo, os Ministros do Ambiente participam da reunião que trata de questões ambientais e que é conhecida como “Conselho de Meio Ambiente”.

Presidência do Conselho

O Conselho é presidido rotativamente pelos 27 Estados-membros da União, por períodos de seis meses. No semestre do seu mandato, a Presidência dirige as reuniões em todos os níveis, propõe orientações e prepara os

compromissos necessários à tomada de decisões pelo Conselho. Para promover a continuidade dos trabalhos do Conselho, as presidências semestrais cooperam estreitamente entre si por grupos de três. O "trio" de presidências elabora um programa comum das atividades do Conselho para um período de 18 meses.

Só uma formação do Conselho não é presidida pela presidência semestral: o Conselho dos Negócios Estrangeiros, que, desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, é sempre presidido pelo Alto Representante da União para as Relações Exteriores e a Política de Segurança. Este cargo é ocupado, desde 1º de Dezembro de 2009, por Catherine Ashton. Cerca de vinte grupos de trabalho no domínio das relações exteriores são igualmente presididos por um presidente fixo, designado pelo Alto Representante.

A Presidência rotativa dinamarquesa

Ao assumir, em 1º de janeiro último a presidência do Conselho da União Europeia, a Dinamarca estruturou seus objetivos para o semestre em quatro grandes eixos: “Europa responsável”, “Europa dinâmica”, “Europa verde” e “Europa segura”. Durante esse período, Copenhague pretende fazer avançar agenda que transcenda a busca de soluções para a crise da zona do euro – entre as quais se destacariam as reformas estruturais relacionadas à maior disciplina fiscal pretendidas para o continente (“Europa responsável”) – e contemple, também, medidas concretas que se traduzam em benefícios tangíveis para a população, inclusive no que toca à criação de empregos (“Europa dinâmica”). Outras prioridades apontadas por Copenhague para a sua presidência “pro tempore” do bloco consistem no impulso à economia verde (“Europa verde”), tema caro à Dinamarca e de grande apelo junto à opinião pública do país, e o combate ao terrorismo e ao crime transfronteiriço (“Europa segura”).

Em que pese o destaque que a Dinamarca vem atribuindo à necessidade de medidas voltadas mais diretamente ao bem-estar da população, a presidência do país muito dificilmente deixará de ser dominada pela busca da implementação do pacote fiscal acordado no final de 2011. Disto naturalmente se ressentirão os demais eixos do pacote dinamarquês, em especial aquele voltado à promoção de uma agenda de crescimento, que estaria baseada, fundamentalmente, na revitalização do mercado único. Dadas a parcas possibilidades de a Dinamarca vir a exercer influência nas decisões mais relevantes tomadas no contexto da crise do euro, sobretudo pelo fato de o país não adotar a moeda comum, o presente quadro deverá impor limites importantes à capacidade de atuação de Copenhague durante sua presidência de turno.

Votação

Como regra geral, as decisões do Conselho são tomadas por maioria qualificada. Quanto maior for a população de um Estado-membro, de mais votos

este disporá. Entretanto, o número de votos a que cada país tem direito é ponderado de forma a favorecer os países com menor população.

Relacionam-se, a seguir, os votos a que cada país tem direito nas reuniões do Conselho:

- Alemanha, França, Itália e Reino Unido: 29 votos
- Espanha e Polónia: 27 votos
- Romênia: 14 votos
- Países Baixos: 13 votos
- Bélgica, Grécia, Hungria, Portugal, e República Tcheca: 12 votos
- Áustria, Bulgária e Suécia: 10 votos
- Dinamarca, Eslováquia, Finlândia, Irlanda e Lituânia : 7 votos
- Chipre, Eslovênia, Estónia, Letónia e Luxemburgo: 4 votos
- Malta: 3 votos

Total: 345 votos

O processo de votação mais comum no Conselho é por maioria qualificada. Para que uma proposta seja aprovada por maioria qualificada, é necessário:

- que a maioria (em alguns casos, uma maioria de dois terços) dos 27 países da UE vote a favor; e
- que se alcancem pelo menos 255 votos favoráveis, dos 345 votos possíveis

Além disso, um país pode requerer que se verifique se a maioria dos votos obtidos representa, pelo menos, 62% da população total da UE. Caso contrário, a proposta não pode ser adotada.

Quando estão em causa temas sensíveis, como segurança e assuntos externos ou fiscalidade, as decisões do Conselho têm de ser tomadas por unanimidade, o que significa que a proposta pode ser vetada por um único país.

A partir de 2014, será introduzido um “sistema de votação por dupla maioria”. De acordo com tal sistema, para que haja aprovação, a proposta terá de ser apoiada por dois tipos de maioria: uma maioria de países (pelo menos 15) e uma maioria da população total da UE (os países a favor devem representar, pelo menos, 65% da população da UE).

A Comissão Europeia

A Comissão Europeia é uma das principais instituições da UE. Além de representar e defender os interesses da UE no seu conjunto, a Comissão prepara os projetos de legislação europeia e assegura a execução das políticas e do orçamento da UE.

Composição

Os 27 Comissários, um por cada Estado-membro, são responsáveis pela direção política da UE durante mandato de cinco anos. O Presidente da Comissão atribui a cada Comissário responsabilidade por áreas políticas específicas.

José Manuel Durão Barroso é o atual Presidente da Comissão Europeia, tendo dado início ao seu segundo mandato em fevereiro de 2010. O Presidente é nomeado pelo Conselho Europeu, que, conforme o Presidente indicado, aponta igualmente os outros Comissários. A nomeação de todos os Comissários, incluindo o Presidente, está sujeita à aprovação do Parlamento Europeu. Durante o mandato, os Comissários são responsáveis perante o Parlamento, o único órgão com poder para demitir a Comissão.

A gestão corrente da Comissão é assegurada pelo seu pessoal, constituído por administradores, juristas, economistas, tradutores, intérpretes, pessoal de secretariado, entre outros, repartidos por vários serviços ou Direções-Gerais.

O termo “Comissão” pode ser usado para referir-se aos 27 Comissários, o pessoal permanente ou a instituição, no seu conjunto.

Funções

Para supervisionar e executar as políticas da UE, a Comissão Europeia desempenha as funções de:

1. propor nova legislação ao Parlamento e ao Conselho;
2. gerir o orçamento;
3. garantir o cumprimento da legislação da UE (em conjunto com o Tribunal de Justiça); e
4. representar a UE no âmbito internacional, incumbindo-se, por exemplo, de negociar acordos com terceiros países.

1. **Propor novas leis:** a Comissão tem o “direito de iniciativa”, ou seja, pode propor novas leis para proteger os interesses da UE e dos seus cidadãos, mas apenas sobre matérias que não possam ser tratadas em nível nacional, regional ou local (princípio da subsidiariedade). Os serviços da Comissão elaboram os projetos das novas propostas de lei. É necessário que pelo menos 14 dos 27 Comissários concordem com um projeto de lei para este ser enviado ao Conselho e ao Parlamento, que decidem sobre sua aprovação.

2. **Gerir o orçamento:** em colaboração com o Conselho e o Parlamento, a Comissão estabelece as prioridades de despesa a longo prazo no “quadro financeiro” da UE. Elabora também o orçamento anual, que é submetido à aprovação do Parlamento e do Conselho, e controla como são gastos os fundos da UE, por exemplo, pelas agências ou pelas autoridades nacionais e regionais. A execução do orçamento pela Comissão é fiscalizada pelo Tribunal de Contas. A Comissão gere o financiamento das políticas, como agricultura e

desenvolvimento rural, e dos programas, como o programa Erasmus de intercâmbio de estudantes.

3. Garantir o cumprimento da legislação da UE: enquanto “guardião dos Tratados”, a Comissão verifica se os Estados-membros aplicam corretamente a legislação da UE. Caso considere que o governo de um Estado-membro não está aplicando corretamente a legislação, a Comissão, em correspondência oficial, solicita a retificação do problema. A Comissão só recorre ao Tribunal de Justiça em última instância. Este pode impor sanções e suas decisões são vinculantes para os países e as instituições europeias.

4. Representar a UE em nível internacional: a Comissão fala em nome dos países da UE em organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio.

Também negocia acordos internacionais em nome da UE, como o Acordo de Cotonou, sobre ajuda e comércio entre a UE e os países em desenvolvimento de África, Caribe e Pacífico.

Localização

Os serviços da Comissão estão divididos entre Bruxelas e Luxemburgo. A Comissão tem representações em todos os países da UE e delegações em diversas capitais do mundo.

O Tribunal de Justiça da União Europeia

O Tribunal de Justiça interpreta o direito da UE, a fim de garantir sua aplicação uniforme em todos os Estados-membros. Além disso, resolve os litígios entre os Governos nacionais e as instituições europeias. Particulares, empresas e organizações podem recorrer ao Tribunal de Justiça da UE se considerarem que seus direitos foram infringidos por alguma instituição europeia.

Composição

O Tribunal de Justiça da UE é composto por um juiz de cada Estado-membro. É assistido por oito advogados-gerais, aos quais cabe apresentar publicamente, e com imparcialidade, pareceres sobre os processos recebidos. Os juízes e os advogados-gerais são nomeados por período renovável de seis anos.

A fim de ajudar o Tribunal de Justiça da UE a fazer face ao grande número de processos que lhe são submetidos e de proporcionar aos cidadãos uma proteção jurídica mais eficaz, um “Tribunal Geral” ocupa-se das ações ajuizadas por particulares, empresas e algumas organizações, bem como de processos relacionados com o direito da concorrência. O Tribunal da Função Pública Europeia pronuncia-se sobre os litígios entre as instituições da UE e o seu pessoal.

Tipos de processos

O Tribunal pronuncia-se sobre os processos que são submetidos à sua apreciação. Os cinco tipos de processos mais comuns são os seguintes:

1. pedidos de decisão a título prejudicial – os tribunais nacionais dirigem-se ao Tribunal de Justiça para que esclareça a interpretação de um dispositivo do direito da UE;
2. ações por incumprimento – ajuizadas contra os Governos nacionais por não aplicação do direito comunitário;
3. recursos de anulação – interpostos contra a legislação da UE que, alegadamente, viole os Tratados ou os direitos fundamentais da UE;
4. ações por omissão – ajuizadas contra as instituições da UE por não tomarem as decisões que lhes competem; e
5. ações diretas – ajuizadas por particulares, empresas ou organizações contra ações ou decisões da UE.

O Banco Central Europeu

O Banco Central Europeu (BCE), com sede em Frankfurt, na Alemanha, é responsável pela gestão do euro, a moeda única europeia, bem como por assegurar a estabilidade dos preços na UE.

O BCE é igualmente responsável pela definição e execução da política económica e monetária da UE.

As principais missões do BCE são:

- garantir a estabilidade dos preços (manter a inflação sob controle), especialmente nos países que utilizam o euro;
- velar pela estabilidade do sistema financeiro, assegurando supervisão adequada dos mercados e das instituições financeiras.

O BCE trabalha com os bancos centrais dos 27 Estados-membros, que formam o Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC).

O BCE também coordena a colaboração entre os bancos centrais da zona do euro (16 Estados-membros, que adotaram o euro). A cooperação entre este grupo mais reduzido de bancos é denominada "Eurossistema".

O BCE também é responsável por:

- fixar as principais taxas de juros para a zona do euro e controlar a massa monetária;
- gerir as reservas de divisas da zona do euro e comprar ou vender divisas sempre que necessário para manter o equilíbrio das taxas de câmbio;
- ajudar a assegurar uma supervisão adequada dos mercados e instituições financeiras pelas autoridades nacionais, bem como o bom funcionamento dos sistemas de pagamento;

- autorizar os bancos centrais dos países da zona do euro a emitir notas de euro; e
- acompanhar a evolução dos preços e avaliar os riscos que estes representam para a estabilidade inflacionária.

Estrutura

O BCE conta com os seguintes órgãos de decisão:

- Comissão Executiva – responsável pela gestão das atividades correntes do BCE. É constituída por seis membros (um Presidente, um Vice-Presidente e quatro vogais), que são nomeados por um período de oito anos pelos dirigentes dos países da zona do euro.
- Conselho do BCE – define a política monetária da zona do euro e fixa as taxas de juros, segundo as quais os bancos comerciais podem obter fundos junto do Banco Central. É composto pelos seis membros da Comissão Executiva e pelos governadores dos 16 bancos centrais dos países da zona do euro.
- Conselho Geral – participa dos trabalhos de consulta e coordenação do BCE e ajuda a preparar a adesão de novos países à zona do euro. É constituído pelo Presidente e pelo Vice-Presidente do BCE e pelos governadores dos bancos centrais dos 27 países da UE.

O BCE é completamente independente. Com efeito, o BCE, os bancos centrais nacionais do Eurosistema e os membros dos respectivos órgãos de decisão não podem solicitar ou receber instruções de qualquer outro órgão. Todas as instituições e governos dos países da UE devem respeitar este princípio.

O Tribunal de Contas Europeu

O Tribunal de Contas Europeu controla as finanças da UE. Sua função é melhorar a gestão financeira da UE e verificar como são usados o dinheiro público. O Tribunal foi criado em 1975, e sua sede é em Luxemburgo.

Missão

Para garantir que o dinheiro dos contribuintes seja usado da melhor forma, o Tribunal de Contas da UE tem o direito de realizar auditorias junto a qualquer pessoa ou organização responsável pela gestão de fundos europeus. As suas conclusões são apresentadas por escrito sob a forma de relatórios, que são transmitidos à Comissão e aos governos dos Estados-membros.

O Tribunal de Contas não dispõe de poder jurisdicional próprio. Quando os auditores detectam fraudes ou irregularidades, informam o OLAF (Organismo Europeu de Luta Antifraude).

O Tribunal deve apresentar, ao Parlamento Europeu e ao Conselho, relatório anual sobre o exercício financeiro precedente, a “quitação anual”. O Parlamento analisa o relatório antes de decidir se aprova a forma como a Comissão executou o orçamento.

O Tribunal de Contas também emite pareceres sobre as propostas de legislação financeira da UE e sobre as ações comunitárias em matéria de luta contra a fraude.

Os auditores executam inspeções nas instituições da UE, nos Estados-membros e nos países que se beneficiam da ajuda da UE. Com efeito, embora o trabalho do Tribunal diga principalmente respeito a verbas da responsabilidade da Comissão, 80% destas receitas e despesas são geridas pelas autoridades nacionais.

Composição

O Tribunal é composto por um membro de cada país da UE, nomeado pelo Conselho por um período renovável de seis anos. Os membros elegem entre si o Presidente por um período renovável de três anos. O atual Presidente, Vitor Manuel da Silva Caldeira, de Portugal, foi eleito em janeiro de 2008.

Organização

O Tribunal de Contas dispõe de cerca de 800 funcionários, incluindo tradutores, administradores e auditores. Os auditores estão divididos por “grupos de auditoria”. Compete-lhes elaborar os projetos de relatórios que servem de base às decisões do Tribunal.

3.1.5. AS COMPETÊNCIAS COMUNITÁRIAS E A SOBERANIA NACIONAL

A política interna e a atuação externa da União Europeia devem ser compreendidas à luz da singular divisão de competências entre os Estados-membros e os órgãos comunitários. A UE só dispõe das competências que lhe são expressamente atribuídas pelos Estados-membros, as quais são divididas, pelo Tratado de Lisboa, em competências exclusivas, partilhadas e de apoio.

Nas matérias de competência exclusiva da UE, o primado dos órgãos comunitários é, em geral, absoluto. Após vários tratados do processo de integração europeu nos quais os Estados-membros cederam competências soberanas a órgãos comunitários, hoje somente a UE legisla no que diz respeito à união aduaneira, à política comercial comum, às regras de concorrência necessárias ao funcionamento do mercado interno, à política monetária na área do euro e à conservação dos recursos biológicos do mar.

Nas áreas de “competência compartilhada”, a UE atua, em tese, quando oferece “valor adicionado” à ação dos Estados-membros. Atualmente, há competência compartilhada no que tange ao mercado interno, à política social, à agricultura e à pesca, à defesa do consumidor, ao ambiente, aos transportes, à energia e ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça. Em caso de conflito sobre a distribuição dessas competências, aplica-se o princípio do “primado do direito comunitário”, segundo o qual as normas dos Estados-membros não podem contrariar as da União Europeia, obrigação cujo cumprimento pode ser exigido no Tribunal de Justiça da UE.

Nos assuntos em que tem tão-somente competência de apoio, a UE atua com base no “princípio da subsidiaridade” e apenas complementa ou coordena a ação dos Estados-membros, que continuam a ser os principais responsáveis pelos temas. São, em geral, questões importantes para a identidade nacional, tais como cultura e educação, esportes, saúde, turismo, proteção civil e indústria, sobre as quais o Conselho da UE toma suas decisões por unanimidade. Nessas áreas, em geral, salvo mandato específico concedido pelos Estados-membros, os órgãos comunitários somente emitem recomendações para que legislações nacionais não sejam demasiadamente diferentes umas das outras.

Essa separação de competências é definida, na prática, pela acomodação de interesses entre a Comissão Europeia e os Estados-membros. A Comissão, que é o histórico “motor da integração regional” é o único órgão com poder formal para propor a adoção de normas na UE, atua para aumentar as competências comunitárias. Por sua vez, os Estados-membros, ciosos de sua soberania em determinadas áreas, devem conceder mandatos específicos – em geral, por meio de Conclusões adotadas nas reuniões setoriais do Conselho da UE – para que aquele órgão supranacional passe a atuar em questões concretas relativas às competências de apoio, e em alguns casos nas que dizem respeito às competências compartilhadas.

3.2. A POLÍTICA EXTERNA DA UNIÃO EUROPEIA

Entidade única e especial no sistema internacional, a União Europeia (UE), ao mesmo tempo em que ocupa posição de destaque, também enfrenta importantes desafios no novo cenário multipolar, marcado pelo crescimento da economia e da atuação externa de grandes países em desenvolvimento, como os BRICs. Para se compreender seu papel no contexto atual, bem como os riscos e oportunidades que se lhe apresentam, deve-se atentar para as diferentes capacidades de atuação internacional da UE nas áreas comercial, política e militar.

Com cerca de 500 milhões de habitantes, a União Europeia é hoje o maior e mais rico mercado global, detendo aproximadamente 30% do PIB e

40% do comércio mundial de bens e serviços. Em decorrência da Política Comercial Comum, a UE representa seus 27 Estados-membros, detém participação fundamental em negociações comerciais internacionais, já firmou dezenas de acordos de livre comércio e está negociando tratados similares com importantes parceiros, entre os quais Índia, Japão, EUA e Mercosul. No que tange, portanto, a aspectos comerciais do novo cenário multipolar, o papel de destaque da UE parece consagrado.

Por outro lado, no que toca à coordenação na esfera política, os Estados-membros da UE continuam adotando posturas divergentes em vários assuntos da agenda internacional, a despeito das inovações introduzidas pelo Tratado de Lisboa. Nas áreas de defesa e segurança, os Estados-membros não transferiram competências exclusivas para órgãos comunitários, como fizeram na área comercial, e as decisões da UE têm de ser tomadas por consenso.

A despeito de tais dificuldades, o bloco vem demonstrando perceber a necessidade de expressar suas próprias opiniões e valores em política internacional; bem como de se aproximar de países de importância crescente no contexto multipolar. É nesse sentido que a UE buscou a criação de Parcerias Estratégicas. Atualmente, a UE possui tais parcerias com os Estados Unidos, o Canadá, o Japão, a Índia, a China, a Rússia, a África do Sul, o Brasil, o México e a Coreia do Sul. Da mesma forma, a União Europeia atuou para se fazer representar em órgãos multilaterais, como as Nações Unidas, e em grupos como o G. 20 financeiro, onde seus Estados-membros também falam em nome próprio.

No entanto, tendências de longo prazo e problemas de curto prazo têm levado vários analistas a questionar as perspectivas de desenvolvimento da UE. No longo prazo, o envelhecimento de sua população e as baixas taxas de natalidade no continente poderão levar a uma diminuição do mercado interno europeu e a perspectivas negativas para a economia do bloco. No curto prazo, a crise financeira iniciada em 2008 e a atual situação de alguns Estados-membros da zona do euro também demonstram as dificuldades para a UE se desenvolver economicamente.

Uma saída apontada para o bloco seria a associação com países e regiões do mundo que estejam crescendo economicamente, como os integrantes dos BRICs. A negociação do acordo de livre comércio com o Mercosul faz parte dessa estratégia.

Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)

A construção da Europa política foi formalizada no Tratado de Maastricht, de 1992, o qual prevê que a UE teria uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC). Esta veio a ser complementada em 1999, pelo estabelecimento da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), com o

objetivo de estabelecer identidade comunitária específica em matéria militar, independente das ações da OTAN. O Tratado de Lisboa, em vigor desde 2009, alterou a denominação da PESD para Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) que, parte integrante da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), teve as competências de suas missões ampliadas.

A construção e consolidação da PCSD ("Common Security and Defence Policy" – CSDP) enfrentam desafios importantes. Conforme têm apontado muitos analistas europeus, uma das principais dificuldades residiria no fato de que, a exemplo de Tratados anteriores, tal política manteve sua natureza intergovernamental, o que dificulta a obtenção de consenso para que se possibilitem ações efetivas. Ademais, a PCSD vê-se hoje confrontada pelas crises orçamentárias enfrentadas pelos Estados-membros, cujos efeitos nas capacidades operacionais da UE são agravados pela falta de coordenação e pela duplicação de esforços dentro do bloco.

Ampliação da UE

O processo de ampliação da União Europeia pode ser considerado um dos mais importantes instrumentos de sua política externa. Há hoje cinco países candidatos a adesão: Islândia; Turquia; a Antiga República Jugoslava da Macedônia ("*Former Yugoslav Republic of Macedonia*", ou "FYROM"); Montenegro; e Sérvia. A Croácia concluiu as negociações com a UE em 30 de junho de 2011 e firmou com o Conselho Europeu, em 9 de dezembro passado, Tratado de Adesão à UE. Com a aprovação da adesão em referendo de 22 de janeiro, a Croácia tornar-se-á o segundo Estado da Antiga República da Iugoslávia a entrar no bloco comunitário. Até 1º de julho de 2013, quando se espera que o processo esteja concluído, a Croácia gozará de estatuto de observador nos grupos de trabalho do Conselho Europeu e nos Comitês da Comissão Europeia.

Relatório sobre ampliação publicado pela Comissão Europeia em 12/10/2011 registrou alguns progressos nas negociações com os países na rota da adesão ao Bloco, notadamente com a Macedônia, Montenegro, Islândia e Sérvia.

3.3. ECONOMIA

A crise que se abate sobre a zona do euro decorre, essencialmente, de falhas originais do projeto de união monetária, que não foi acompanhado da necessária harmonização das políticas fiscais. Ao se disseminar à maior parte da União Europeia a moeda comum - e, de forma implícita, a credibilidade econômica e fiscal do marco alemão -, esse desdobramento permitiu a um grupo de países menos competitivos economicamente e com menor solidez fiscal o endividamento a taxas de juros mais baixas, muito próximas daquelas obtidas

pela Alemanha. A consequência foi o forte crescimento das dívidas pública e privada desses países, em euros. Embora o Pacto de Estabilidade e Crescimento (de 1997) previsse mecanismos de verificação e sanções aos países que ultrapassassem os limites de 60% do PIB para a dívida pública e 3% do PIB para o déficit fiscal, as sanções não chegaram a ser aplicadas de forma efetiva, e o endividamento continuou a crescer.

Diante das medidas de estímulo econômico adotadas globalmente em 2008 e 2009, para enfrentar a crise financeira internacional, a dívida pública dos países europeus aumentou exponencialmente, de maneira geral. No caso da Grécia, de Portugal e da Irlanda, o endividamento atingiu patamar que começou a ser considerado pelos credores como incompatível com as capacidades de seus governos de honrar os compromissos assumidos. Essa desconfiança provocou a elevação dos juros cobrados pelo mercado para a rolagem das dívidas desses três países, que, assim, se viram forçados a recorrer a programas de resgate da UE e do FMI.

O caso da Grécia revelou-se muito mais crítico do que parecia inicialmente - tendo sido necessária a aprovação de dois planos de resgate da economia daquele país. O temor de que as dificuldades enfrentadas pela Grécia se disseminassem, contaminando economias maiores, provocou nova queda da confiança dos investidores e o consequente acirramento dos efeitos da crise, sobretudo no segundo semestre de 2011. Os juros cobrados pelo mercado para a aquisição dos títulos das dívidas soberanas de praticamente todos os outros países que adotam o euro (com exceção da Alemanha) cresceram ainda mais, aumentando a pressão junto às lideranças políticas pela adoção de medidas urgentes para apaciar esses e outros efeitos da crise.

Convencida de que a busca da harmonização das políticas fiscais revestir-se-á de especial importância na solução dos problemas enfrentados pela zona do euro, a Alemanha - com o concurso da França - apresentou proposta de novo "pacto fiscal" na UE, com a finalidade de promover a disciplina orçamentária e a coordenação de políticas econômicas no bloco. Diante da recusa do Reino Unido e da República Tcheca de tomar parte, os outros 25 Estados-membros da UE firmaram, em março último, o "Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governança na União Monetária e Econômica", o qual, entre outras medidas, determina a incorporação nas legislações nacionais da regra do equilíbrio orçamentário, de forma mandatória e permanente, com monitoramento pela Comissão Europeia. O novo Tratado deverá entrar em vigor em 2013. Seu texto deixa entreaberta a possibilidade de eventual adesão posterior pelo Reino Unido e pela República Tcheca.

No entendimento de Berlim, estariam assim assentadas as bases legais para a disseminação da prática da disciplina fiscal, o que, em tese, impediria a repetição no futuro de crise semelhante à atual. Cumprindo o que seria sua parte

na barganha, a Alemanha terminou por concordar com o aumento da capacidade de empréstimo dos dois fundos de resgate da zona do euro (Fundo Europeu de Estabilidade Financeira e Mecanismo Europeu de Estabilidade). Anteriormente limitada a EUR 500 bilhões, a capacidade de empréstimo conjunta do FEEF (temporário) e do MEE (permanente) foi elevada para EUR 700 bilhões. Como essa quantia não é percebida como suficiente para eventualmente resgatar economias do porte da italiana e/ou da espanhola, os europeus esperam que os sócios do FMI aceitem efetuar novas contribuições ao Fundo, no total de EUR 375 bilhões (US\$ 500 bilhões). Desse valor, EUR 150 bilhões proviriam de países da zona do euro, que já se comprometeram nesse sentido.

Até a conclusão do processo de consolidação fiscal e de reformas estruturais para promover competitividade levado a cabo pelos países da UE, parece estar a cargo do Banco Central Europeu a tarefa de "ganhar tempo" e enfrentar os efeitos da crise no curto prazo. A decisão do BCE de oferecer aos bancos europeus liquidez ilimitada, por 3 anos, a juros muito baixos (hoje 1% ao ano), na expectativa de que utilizem esses recursos para investir em títulos soberanos dos países em dificuldade, parece estar rendendo os resultados esperados. O BCE emprestou EUR 1 trilhão à banca européia, e foi observada paulatina queda nas taxas de juros cobradas pelo mercado para a aquisição dos títulos de praticamente todos os países da zona do euro, o que aliviou perceptivelmente as tensões naquela zona. A inflação sob controle, estável em 2,7% - acima do limite de 2% do BCE, mas com perspectiva de baixa ao longo de 2012, diante da estagnação da economia da UE - tem contribuído para deixar o BCE mais à vontade para seguir essa linha de ação. As pressões do mercado, contudo, podem retornar sobre aqueles países percebidos como menos exitosos nesse processo de consolidação fiscal e de reformas estruturais, como parece ser o caso da Espanha neste momento.

As lideranças europeias, tanto nacionais quanto comunitárias, agora admitem que a adoção simultânea de medidas de austeridade e consolidação fiscal pela maioria dos países da zona do euro fatalmente deverá comprometer a necessária retomada do crescimento econômico do bloco. Parecem, no entanto, dispostas a arcar com o ônus desse efeito indesejado, aparentemente visto como mal inevitável no curto prazo, diante da perspectiva de conquista de objetivo maior de longo prazo. No entendimento dos tomadores de decisão europeus, reformas estruturais em nível nacional, para promover a competitividade, e a paulatina desvalorização do euro, diante da expansão da base monetária decorrente da atuação do BCE para aliviar as tensões do mercado de títulos soberanos, concorreriam para promover as exportações extrabloco da UE e assim diminuir os efeitos negativos da consolidação fiscal sobre a atividade econômica.

Com relação às eleições na França e na Grécia e a repercussão que poderão ter sobre a estratégia adotada pela UE para enfrentar a crise na zona do euro, o Embaixador Frans Van Daele, Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, declarou-se otimista quanto à transição política na França e minimizou as ameaças de campanha de François Hollande, que defendia a renegociação do novo "pacto fiscal" (Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governança na União Monetária e Econômica). A renegociação do Tratado seria tarefa muito difícil, uma vez que o instrumento já foi objeto de acordo entre 25 Estados-membros, mas estima ser possível acomodar as preocupações que vêm sendo externadas pelo Presidente-eleito da França. No que tange ao caso grego, Van Daele se diz pessimista. Afirmou não ser possível prever o que vai ocorrer após os resultados inconclusivos do pleito do dia 6 de maio, os quais não permitem vislumbrar a formação de novo Governo com a estabilidade política necessária, e avaliou que a situação na Grécia tende a complicar-se ainda mais.

Cabe registrar que a Comissão Europeia emitiu comunicado de imprensa sobre as eleições na Grécia, em que manifesta a expectativa de que o futuro Governo grego honre os compromissos assumidos no âmbito do segundo plano de resgate da economia grega. Em sua mensagem por ocasião das comemorações do "Dia da Europa", o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, recordou as medidas adotadas para a superação da crise na zona do euro e retomou o discurso em defesa da promoção do crescimento econômico na UE. Considerou que o bloco europeu está dando "resposta robusta" à crise, mediante (i) o saneamento de seu setor bancário; (ii) o reforço da governança econômica; (iii) o estabelecimento de mecanismos "críveis" de resgate financeiro; e (iv) a ajuda "sem precedentes" aos Estados-membros em dificuldade. E a solidez dessa "resposta", continuou, reside no fato de que está assentada no binômio "estabilidade e crescimento" - ou seja, consolidação fiscal, "porque a crise mostrou que o crescimento fomentado pelo débito é insustentável", e criação de condições para o crescimento econômico, por meio de reformas estruturais e investimentos em infraestrutura. O Presidente da Comissão Europeia preocupou-se em sublinhar que esse enfoque duplo não é novo, embora a ênfase no crescimento se tenha destacado apenas mais recentemente. Em alusão às eleições na França, Durão Barroso felicitou o que classificou de "novo momentum que se está formando entre os Estados-membros para se ligar o motor do crescimento europeu" e concluiu sua mensagem externando a expectativa de que "aqueles Estados-membros que estão pedindo mais medidas para impulsionar o crescimento reflitam isso em suas posições" no próximo Conselho Europeu (28 e 29 de junho).

Após as manifestações de apoio qualificado em favor da permanência da Grécia na zona do euro proferidas em Berlim, em 15 de maio passado, pela

Chanceler alemã e pelo novo Presidente francês, José Manuel Durão Barroso também transmitiu mensagem clara a respeito do futuro de Atenas na UE. Aparentemente após haver-se coordenado com os demais garantes do programa de resgate da economia grega, o Presidente da CE procurou alertar os eleitores na Grécia para o fato de que, ao votarem no próximo dia 17 de junho – em eleição que classificou de "histórica" –, estarão, em última instância, definindo a futura participação de seu país no projeto europeu. Depois de procurar deixar claro que as próximas eleições equivaleriam, na prática, a um "referendum" sobre a participação da Grécia na zona do euro – e, por extensão, na própria UE –, o Presidente Barroso concluiu afirmando que a decisão última sobre a permanência na zona do euro necessita vir da própria Grécia, cujos eleitores precisam agora dizer se querem continuar trabalhando com os membros da zona do euro e com as instituições europeias.

No dia 19 de maio último, após suas participações na Reunião de Cúpula do G8 em Camp David, os Presidentes do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, emitiram comunicado conjunto a respeito dos debates havidos na ocasião sobre o estado da economia global – especialmente no que se refere à zona do euro. Ambos os Presidentes ressaltaram que os Chefes de Estado e de Governo europeus concordam quanto à importância de conjugar políticas de austeridade com iniciativas em prol do crescimento. Van Rompuy e Barroso ainda observaram que as medidas sendo discutidas e implementadas pela UE para gerar crescimento, combinadas com reformas estruturais, investimentos em infraestrutura e consolidação fiscal, foram bem recebidas pelos Chefes de Estado e de Governo dos países não europeus que fazem parte do G8, os quais transmitiram mensagens de confiança aos colegas da UE.

Por fim, que o Presidente do Conselho Europeu convocou a realização de uma cúpula informal na noite do dia 23 de maio. Além de servir de ocasião para um primeiro encontro do novo Presidente francês, François Hollande, com os demais Chefes de Estado e de Governo da UE, a minicúpula de Van Rompuy também se destinava a explorar ideias – novas ou antigas – que contribuam para o debate em curso sobre formas de promover a retomada do crescimento da economia europeia. A eventual divulgação de decisões deverá, no entanto, ocorrer somente depois da reunião ordinária do Conselho Europeu de 28 e 29 de junho próximo.

4. A MISSÃO DO BRASIL JUNTO À UNIÃO EUROPEIA

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Comunidade Econômica Europeia em 24 de maio de 1960 – foi o primeiro país latino-

americano a fazê-lo – data em que o Embaixador Augusto Frederico Schmidt apresentou credenciais a Jean Rey, membro da primeira Comissão da CEE, encarregado das relações exteriores, e que viria a ser o primeiro Presidente da Comissão unificada das três Comunidades Europeias.

A representação brasileira funcionou inicialmente em Paris, como um apêndice da Delegação junto à UNESCO. Não tardou, porém, o estabelecimento de uma representação diplomática permanente, com sede em Bruxelas, em decisão tomada no final do Governo Kubitschek, que, por Decreto de 23 de janeiro de 1961 – três anos apenas após a entrada em vigor do Tratado de Roma –, criou a Delegação do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia.

Por Decreto de 22 de maio de 1963, as atribuições da representação brasileira foram ampliadas para as demais comunidades – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM) –, com a criação da Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias (BRASEUROPA).

Por meio do Decreto nº 7.136, de 29 de março de 2010, alterou-se a denominação da Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias para Missão do Brasil junto à União Europeia, à qual cabe a representação dos interesses do Brasil também junto à Comunidade Europeia de Energia Atômica.

5: RELACIONES BRASIL-UE

A União Europeia constitui iniciativa de integração regional “*sui generis*”, com crescentes características supranacionais, que congrega, entre seus 27 Membros, diversos entre os Estados de maior projeção política na arena internacional – dois dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), seis entre os vinte membros do G-20 e cinco dos dez maiores contribuintes para o orçamento da ONU, entre outros exemplos. Além disso, em termos agregados, a UE é a maior economia mundial, com um PIB de US\$ 17,69 trilhões de dólares em 2011 (US\$ 15,39 trilhões, pelo critério PPP).

Para o Brasil, a importância da UE é inegável, tanto do ponto de vista econômico quanto político. As relações do Brasil com a Europa são especialmente dinâmicas e têm sido marcadas pela diversidade. As duas partes mantêm diálogo político maduro, baseado em comunhão de valores e em pontos de vista coincidentes sobre questões importantes da agenda global; na área econômica, têm buscado explorar a complementaridade de setores produtivos; e, no plano da cooperação, mantêm laços importantes nos campos do intercâmbio científico e tecnológico e nas áreas de saúde e agrícola (inclusive no que se refere à agricultura familiar e ao fomento da segurança alimentar).

No final de 2005, a UE procedeu a uma reavaliação de suas relações com o conjunto da América Latina, até então baseada essencialmente na interlocução política e comercial sem identificação de parceiros individuais na região. Optou, na oportunidade, por passar a privilegiar um único parceiro, com capacidade para dialogar de igual para igual com o bloco, e junto ao qual seria possível pleitear mais efetivamente os objetivos e interesses comunitários. O Brasil apareceu como candidato ideal em razão do peso de sua economia, sua liderança no processo de integração da América do Sul e sua atuação cada vez mais destacada no cenário internacional, com peso que transcende a esfera regional.

Após reflexão interna, o bloco propôs ao Brasil, em maio de 2007, a elevação do relacionamento bilateral ao status de Parceria Estratégica. A decisão foi formalizada nos termos da Declaração Conjunta divulgada por ocasião da I Reunião de Cúpula entre o Brasil e a Tróica da UE (Lisboa, 4 de julho de 2007).

O termo “parceria estratégica”, inicialmente utilizado de maneira informal pela mídia e por observadores da política externa da UE, passou, nos anos 2000, a ser empregado oficialmente para designar relações políticas de natureza especial e privilegiada entre o bloco e certos países-chave. Até 2007, os parceiros estratégicos da UE eram Estados Unidos, Canadá, Japão, China, Rússia, Índia e África do Sul, esta última lançada apenas dois meses antes da I Cúpula Brasil-UE. Após o lançamento da parceria com o Brasil, somaram-se ao grupo o México e a Coreia do Sul, em maio e outubro de 2010, respectivamente.

Tradicionalmente densas do ponto de vista econômico e comercial (a UE é o maior parceiro comercial do Brasil e os países-membros do bloco são responsáveis por quase metade do estoque de investimento externo no Brasil; por sua vez, o Brasil é o sexto maior investidor na UE em estoque acumulado), as relações bilaterais foram enriquecidas em sua vertente política por meio do lançamento da Parceria Estratégica. Ao cabo de intenso exercício de adensamento e diversificação dos canais institucionais de diálogo, o Governo brasileiro e a UE lograram promover, em curto espaço de tempo, importante salto qualitativo nas relações bilaterais. O estabelecimento da Parceria Estratégica facilitou e agilizou a troca de idéias entre o Brasil e a UE, nos mais variados níveis, sobre os principais temas da agenda internacional.

Por ocasião da II Cúpula Brasil-UE (2008), foi adotado Plano de Ação Conjunta da Parceria Estratégica, com propostas concretas de ação conjunta para o triênio 2009-11 em áreas como promoção da paz e da segurança; promoção da parceria econômica, social e ambiental; promoção da cooperação em ciência, tecnologia e inovação; promoção da cooperação regional e da cooperação triangular em benefício de países em desenvolvimento; intercâmbio nas áreas de educação e cultura; e aproximação das sociedades civis. Na V Cúpula, as partes adotaram versão revista do instrumento, a ter vigor no triênio de 2012-2014. O

instrumento substitui e aprofunda o Plano de Ação original e contém diretrizes para a atuação dos mais de 20 diálogos setoriais bilaterais já estabelecidos. Esses foros têm-se reunido com frequência regular e produzido resultados positivos. A versão atualizada do documento reflete o resultado das atividades realizadas até o momento e prevê o reforço da cooperação em diversos campos.

Os resultados da V Cúpula Brasil-UE, realizada em Bruxelas, em 3 e 4 de outubro de 2011, ilustram o alto grau de maturidade atingido pelas relações bilaterais, que se têm intensificado em todos os níveis. A Declaração Conjunta aprovada na ocasião demonstra a afinidade de valores que norteiam o tratamento pelo Brasil e pela UE dos grandes temas da agenda internacional. As duas partes decidiram em Bruxelas aprofundar ainda mais o diálogo político com vistas a lograr maior convergência de posições sobre os principais desafios globais e nas grandes conferências e Cúpulas internacionais.

Cabe registrar, também, o êxito do V Fórum Empresarial Brasil-UE, realizado simultaneamente à V Cúpula. A dimensão adquirida pelo evento, não apenas quanto ao número de participantes, mas também à sua representatividade, traduz o interesse das comunidades de negócios brasileira e europeia no incremento do intercâmbio de informações sobre oportunidades de comércio e investimentos entre as partes.

A VI Cúpula Brasil-UE terá lugar no Brasil, em 2012. O lado brasileiro sugeriu, em princípio, que o encontro se realize no mês de outubro. A proposta se encontra sob exame do lado europeu.

A cooperação com a UE em matéria de ciência, tecnologia e inovação constitui elemento de especial importância para o Brasil, cuja indústria muito se beneficiaria de ganhos de produtividade que o aprofundamento desse intercâmbio poderá engendrar. Nesse contexto, merece destaque o papel potencial do programa "Ciência sem Fronteiras" no adensamento da cooperação bilateral em C,T&I. Por ocasião da V Cúpula, as partes concordaram em avançar no sentido de promover a mobilidade acadêmica bilateral e, já em novembro, foi realizada, em Brasília, a reunião inaugural do Diálogo Brasil-UE em Educação.

A cooperação triangular em prol de países em desenvolvimento – especialmente os países africanos lusófonos (PALOPs), o Timor-Leste e o Haiti – representa, também, tema especialmente caro ao Brasil na agenda bilateral com a União Europeia. Além de estar mencionado diversas vezes no Plano de Ação Conjunta da Parceria Estratégica assinado em dezembro de 2008, bem como na nova versão do instrumento, adotada em outubro último, o assunto foi ressaltado nas Declarações Conjuntas da III, IV e V Cúpulas Brasil-UE. A importância política do tema e as expectativas geradas em potenciais beneficiários não foram suficientes, contudo, para que iniciativas trilaterais envolvendo o Brasil e a UE ganhassem a dimensão almejada. Tal fato se deve, sobretudo, a dificuldades relacionadas à pequena disponibilidade de fundos

européus para cooperação triangular distintos daqueles já alocados para sua cooperação bilateral.

Em 6 e 7 de fevereiro passado, a Alta Representante para as Relações Exteriores e a Política de Segurança da União Europeia, Catherine Ashton, realizou visita a Brasília, oportunidade em que manteve com o Sr. Ministro de Estado discussões proveitosas tanto sobre temas da agenda internacional, tais como a primavera árabe, o processo de paz no Oriente Médio e a responsabilidade ao proteger, quanto acerca de questões atinentes às relações bilaterais e multilaterais, a exemplo dos direitos humanos, a mudança climática e a situação econômico-financeira internacional.

A visita de Ashton veio somar-se a outro importante desdobramento no contexto do “follow-up” da V Cúpula, representado pela visita ao Brasil do Vice-Presidente da Comissão Europeia e Comissário de Empresas e Indústria, Antonio Tajani, em dezembro, à frente de missão empresarial.

O relacionamento bilateral Brasil-UE conta, atualmente, com a seguinte moldura:

Cúpulas anuais da Parceria Estratégica. As cinco primeiras Cúpulas tiveram lugar, respectivamente, em julho de 2007, em Lisboa, em dezembro de 2008, no Rio de Janeiro, em outubro de 2009, em Estocolmo, em julho de 2010, em Brasília, e em outubro de 2011, em Bruxelas.

Reuniões ministeriais, tal como previsto no Plano de Ação.

Diálogo Político de Alto Nível (DPAN). Diálogo criado com o objetivo de adicionar foro de natureza essencialmente política ao diálogo bilateral, até então restrito à esfera da Comissão Mista.

Comissão Mista Brasil-Comissão Europeia. A Comista foi estabelecida pelo Acordo de Cooperação de 1982 e mantida pelo Acordo-Quadro de Cooperação, que o substituiu e se encontra vigente desde 1995. Das treze reuniões realizadas até o momento, 6 foram conduzidas em nível de Secretários-Gerais. O mecanismo passou a se reunir todos os anos, de forma a poder cumprir sua função de avaliação da implementação das iniciativas acordadas no Plano de Ação Conjunta e em cada um dos diversos Diálogos Setoriais. Contribui também para a preparação das Cúpulas da Parceria Estratégica. Como previsto no Plano de Ação, a Comista e o Diálogo de Alto Nível se complementam para permitir o tratamento do conjunto de temas da agenda bilateral.

Reuniões de Diálogo Político em Nível de Altos Funcionários. Mecanismo de interlocução, em nível de Subsecretários-Gerais, foi estabelecido em 2011.

Fóruns Empresariais Brasil-UE, realizados à margem das Cúpulas.

Diálogos setoriais, que se reúnem regularmente. Atualmente, há mais de 20 diálogos, entre os quais: Diálogo sobre Questões Macroeconômicas; Diálogos-piloto sobre Questões Industriais e Regulatórias; Diálogo sobre Serviços Financeiros; Mecanismo de Consultas sobre Questões Sanitárias e Fitossanitárias; Diálogo sobre Transportes Marítimos; Diálogo sobre Transportes Aéreos; Diálogo sobre Cooperação Administrativa em Questões de Concorrência; Diálogo sobre Ciência e Tecnologia; Diálogo sobre Desarmamento e Não-Proliferação; Diálogo sobre Sociedade da Informação; Diálogo sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável e Mudança do Clima; Diálogo Regular sobre Política Energética; Diálogo sobre Políticas de Integração Regional; Diálogo sobre Direitos Humanos; Diálogo informal sobre Governança do Setor Público; Diálogo sobre Temas das Nações Unidas; e Diálogo em Educação.

Comércio e investimentos

O intercâmbio comercial Brasil-UE em 2011 atingiu a cifra recorde de US\$ 99,3 bilhões (a China, cujo intercâmbio comercial com o Brasil somou US\$ 77,1 bilhões no mesmo ano, ocupou uma distante segunda colocação entre os principais parceiros comerciais do País). As exportações do Brasil para a UE no ano passado somaram US\$ 52,9 bilhões (recorde histórico; aumento de 10% em relação ao recorde anterior, de US\$ 46,4 bilhões, atingido em 2008) e as importações totalizaram US\$ 46,4 bilhões (também recorde; crescimento de 18,6% em comparação ao recorde anterior, de US\$ 39,1 bilhões, obtido em 2010).

Os países-membros da UE detêm, ademais, quase a metade do estoque de Investimento Externo Direto (IED) no Brasil, além de terem sido responsáveis, nos últimos anos, por semelhante percentagem do fluxo de IED recebido pelo País. O fluxo de investimentos diretos europeus para o Brasil nos primeiros sete meses de 2011 chegou a cerca de US\$ 23 bilhões. O estoque histórico de investimentos europeus no Brasil perfaz aproximadamente US\$ 180 bilhões, e o País ocupa o quarto posto entre os principais destinos dos investimentos do bloco, depois de EUA, Suíça e Canadá.

Fenômeno significativo observado ao longo dos últimos anos é a transformação do Brasil em importante fonte de investimentos diretos

estrangeiros na UE. Dados recentes colocam o Brasil na posição de 6º maior investidor no bloco, depois de EUA, Suíça, Japão, Canadá e Noruega, com estoque acumulado de cerca de US\$ 80 bilhões.

6. AMÉRICA LATINA E CARIBE – UNIÃO EUROPEIA

O diálogo político entre os países da América Latina e do Caribe, de um lado, e a União Europeia, do outro, começou a ser aprofundado a partir da realização da primeira reunião em São José da Costa Rica, em 1984, entre a então chamada Comunidade Econômica Europeia (CEE) e o Grupo de Contadora (México, Colômbia, Venezuela e Panamá), com vistas à promoção do processo de paz na América Central. Com a posterior formação do Grupo do Rio, foi institucionalizado, em 1990, o diálogo político regular entre a tróica europeia e os Ministros das Relações Exteriores do Grupo. Em 1999, realizou-se, no Rio de Janeiro, a I “Cúpula América Latina e Caribe-União Europeia” (ALC-UE), a que se seguiram as Cúpulas de Madri (2002); Guadalajara (2004); Viena (2006); Lima (2008); e Madri (2010).

As reuniões de cúpula dos Chefes de Estado e de Governo dos países da América Latina, Caribe e União Europeia (ALC-UE) constituem o foro de diálogo político no mais alto nível entre essas regiões. O Brasil e os demais países latino-americanos e caribenhos têm procurado fazer do mecanismo ALC-UE um instrumento de cooperação efetiva, cujo progressivo aperfeiçoamento poderá ensejar a formação de uma associação estratégica birregional.

Lançada em 2 e 3 de dezembro passado, em Caracas, na esteira de decisão adotada por ocasião da “Cúpula da Unidade” (Cancun, México, 23/2/2010), a “Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos” (CELAC) foi definida em seu Estatuto de Procedimentos como interlocutor na Cúpula América Latina & Caribe – União Europeia (ALC-UE) e no Diálogo Ministerial Institucionalizado Grupo do Rio - UE.

As Cúpulas ALC-UE, que se realizam com periodicidade bianual, alternaram-se ao longo dos anos com reuniões ministeriais do Grupo do Rio com a União Europeia. A VII Cúpula birregional está prevista para ter lugar em Santiago, em janeiro de 2013.

Em 7 de novembro de 2011, foi realizada, em Berlim, cerimônia de lançamento da Fundação EULAC (*European Union & Latin America and the Caribbean*). O Brasil espera que a entidade possa iniciar suas atividades o mais brevemente possível, tendo em vista, sobretudo, a expectativa de que venha a aportar contribuição aos trabalhos da próxima VII Cúpula ALC-UE, em 2013. O objetivo fundamental da entidade é o de promover o fortalecimento do diálogo entre as duas regiões, por meio do fomento ao debate sobre estratégias e ações comuns, a partir de uma agenda positiva de cooperação.

7. MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

As negociações visando a um Acordo de Associação entre os dois blocos foram formalmente relançadas em maio de 2010, na Cúpula MERCOSUL-UE em Madri. Desde então, houve oito reuniões do Comitê de Negociações Birregionais (CNB) – a última delas realizada em Bruxelas, entre 12 e 16 de março de 2012).

Em fevereiro-março de 2011, a Argentina informou aos sócios do MERCOSUL que não poderia proceder à troca de ofertas, inicialmente prevista para o final de março de 2011, antes de suas eleições presidenciais em outubro último e transição subsequente.

Em maio de 2011, o MERCOSUL e a UE acordaram aguardar as eleições na Argentina e na França (abril-maio de 2012) para tomar decisão sobre a troca de ofertas. Os trabalhos passaram, então, a concentrar-se na negociação do marco normativo do futuro acordo.

O Brasil continua a emprestar seu apoio inequívoco ao processo de negociação do Acordo de Associação, e está comprometido com a busca de instrumento abrangente, equilibrado e ambicioso.

A parte europeia, por sua vez, tem dado repetidas indicações de que segue empenhada em promover a conclusão do Acordo. Em recente debate na Comissão de Assuntos Externos do Parlamento Europeu (20/3), a Alta Representante para as Relações Exteriores e a Política de Segurança da União Europeia, Catherine Ashton, confirmou a expectativa europeia de que negociações possam ser concluídas até o final do ano corrente.

O Brasil tem-se mostrado consciente das sensibilidades da UE em relação à agricultura. Por outro lado, vem ressaltando a importância de que a UE, de sua parte, tenha em mente os limites do Mercosul, sobretudo nas áreas industrial e de propriedade intelectual. Para a parte brasileira, é preciso haver enfoque pragmático, flexível e realista de ambos os lados.

Quanto às tratativas em torno dos capítulos político e de cooperação do Acordo, o Brasil considera bem-vindos avanços logrados em sessões recentes do CNB, as quais permitiram que se chegasse a entendimento sobre a maior parte dos elementos do projeto em negociação.

8. ATOS BILATERAIS FIRMADOS COM A UNIAO EUROPEIA

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Acordo, por troca de Notas, Relativo aos Transportes Marítimos.	18/09/1980	1º/10/1982	D.O.U. 99, de 25/05/1983
Protocolo Adicional ao Acordo entre o Brasil e a CEE Relativo ao Comércio de Produtos Têxteis Decorrente da Adesão da Grécia às Comunidades Europeias.	01/12/1982	01/02/1982	D.O.U. 244, de 22/12/1983
Acordo, por Troca de Notas, Relativo ao Artigo 10 do Acordo-Quadro de Cooperação.	14/10/1983	14/10/1983	D.O.U. 244, de 22/12/1983
Acordo sobre o Estabelecimento e os Privilégios e Imunidades da Delegação da Comissão das Comunidades Europeias no Brasil.	04/04/1984	19/11/1984	D.O.U. 27, de 09/02/1989
Acordo sobre Comércio de Produtos Têxteis.	08/10/1985	19/11/1986	D.O.U. 205, de 24/10/1986
Acordo-Quadro de Cooperação	29/06/1992	01/11/1995	D.O.U. 228, de 29/11/1995
Acordo-Quadro de Cooperação Financeira.	19/12/1994	21/06/1995	D.O.U. 166, de 29/08/1995
Ajuste Complementar ao Acordo-Quadro de Cooperação para Apoio à Reestruturação do Setor de Energia Elétrica do Brasil - EBRRA 2000.	23/10/1998	23/10/1998	D.O.U. 14-E, de 21/01/1999
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	19/01/2004	15/12/2006	D.O.U. 91, de 14/05/2007
Diálogo Regular de Política Energética Brasil - Comunidade Europeia - Termos de Referência	05/07/2007	05/07/2007	D.O.U. 145, de 30/07/2007
Primeira Emenda ao Ajuste Complementar de Cooperação Relativo ao Projeto Manejo Florestal, Apoio à Produção Sustentável e Fortalecimento da Sociedade Civil na Amazônia Brasileira.	18/09/2008	18/09/2008	D.O.U. 219, de 11/11/2008 (anexos publicados no D.O.U. 226, de 20/11/2008)

Ajuste Complementar de Cooperação Relativo ao Projeto Apoio aos Diálogos Setoriais.	19/09/2008	19/09/2008	D.O.U. 219, de 11/11/2008
Acordo Entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia Sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos	14/07/2010	Em tramitação na Casa Civil. Nota europeia de 04/04/2011 informou da aprovação do acordo por aquela parte.	
Acordo Sobre a Segurança da Aviação Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia	14/07/2010	Em tramitação na Casa Civil. Nota europeia de 26/09/2011 informou da aprovação do acordo por aquela parte.	
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns	08/11/2010	Em tramitação no Senado Federal (PDS 123/2012). Nota europeia de 24/02/2011 informou da aprovação do acordo por aquela parte.	
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre a Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Serviço ou Oficiais	08/11/2010	01/04/2011	D.O.U. 48, de 11/03/2011

Aviso nº 544 - C. Civil.

Em 28 de junho de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora VERA LÚCIA BARROUIN CRIVANO MACHADO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária, Chefe da Missão junto à União Europeia.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 03/07/2012.

2ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

1